

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ENTRE INSTITUIÇÕES E REPRESENTAÇÕES:
O QUE PENSAM OS SECRETÁRIOS E SECRETÁRIOS ADJUNTOS DAS
COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL?

LE-LYNE PAES LEME VASCONCELOS NUNES

Brasília
2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ENTRE INSTITUIÇÕES E REPRESENTAÇÕES:
O QUE PENSAM OS SECRETÁRIOS E SECRETÁRIOS ADJUNTOS DAS
COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL?

Le-Lyne Paes Leme Vasconcelos Nunes

Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa
sobre as Américas da Universidade de Brasília
CEPPAC – UnB, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Prof^a Dra. Sonia Maria Ranincheski

Brasília
2009

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a Dra. Sonia Maria Ranincheski (Presidente) – UnB/CEPPAC

Examinadora: Prof. Dra. Simone Matins Rodrigues Pinto – UnB/CEPPAC

Examinador: Prof^a Dr. Paulo Kramer – UnB/IPOL

Brasília, março de 2009

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado é um trabalho solitário, mas que envolve a presença e apoio de muita gente. Um dos maiores veio da minha orientadora, professora Sonia Ranincheski, que me acompanha desde minha monografia de graduação e que sempre me estimulou no caminho acadêmico, mostrando que fazer Ciências Sociais, para além da realização de uma pesquisa, envolve a descoberta de um novo olhar. Sua orientação firme, paciente e incentivadora foi fundamental para a realização dessa pesquisa e, por várias vezes, felizmente, ultrapassaram seu escopo.

No CEPPAC tive brilhantes professores que contribuíram com a minha formação acadêmica e com o alargamento de meus horizontes. A equipe técnica – Alice, Jacinta e Ionne – sempre prestou valiosa colaboração e deu suporte às minhas demandas.

Durante esse período, obtive o apoio institucional da CAPES, a qual viabilizou minha dedicação integral a essa pesquisa. Ademais, devido a essa instituição de fomento e ao apoio institucional da UnB, pude participar de Congressos e neles expor minhas ideias; tais eventos muito acrescentaram a minha formação e experiência de vida.

Em minhas constantes visitas ao Senado Federal, recebi suporte diferenciado da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. As profícuas conversas com seus servidores me possibilitaram pensar meu objeto e ver a complexa rede de instituições, representações e lógicas que os envolvem. Sem eles, eu provavelmente me dedicaria a outro tema de pesquisa. O colega e consultor do Senado, João Henrique Pederiva me elucidou muitos pontos e apresentou vários contatos institucionais, favorecendo a pesquisa de campo.

Agradeço aos meus amigos do mestrado, por compartilharem a densidade do cotidiano acadêmico, repleto de momentos alegres e angustiantes, que ultrapassa em muito a rotina de aulas, leituras, horas na biblioteca e muitas outras que passei escrevendo.

À minha família, minha tríade sagrada, pelo amor, pelo suporte e por compreenderem as minhas tão frequentes ausências. Ao meu pai, o maior exemplo de força, determinação e caráter. À minha mãe, fonte inesgotável de amor e carinho. Ao meu irmão, companheiro de todas as horas. Ao Orlando, por sempre me incentivar e ser meu economista favorito. Ao Osmar, pela presença constante em minha vida. Ao Nicolau, pelo amor que torna o caminho mais bonito.

RESUMO

O que pensam os servidores do Senado Federal sobre os políticos, o Senado e sobre eles mesmos? Como os Secretários e Secretários Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal, que desempenham um papel técnico dentro de uma Casa política, veem alguns elementos componentes de sua realidade? O objetivo dessa pesquisa de mestrado é tanto explorar os discursos desses servidores como compreender como se dão as intermediações entre indivíduo e estrutura. Para tanto, buscam-se as contribuições da teoria institucionalista e das representações, observando seus elementos comuns e a possibilidade de diálogo entre esses arcabouços teóricos. As instituições foram estudadas com especial atenção ao seu processo de formação e consolidação através dos modelos mentais. O aparato normativo regulador do funcionamento do Senado Federal – Constituição Federal, Regimento Interno e Regulamento Administrativo – foi observado nos três aspectos de interesse dessa pesquisa, quais sejam, o Senado, os políticos e os próprios funcionários da Casa. O estudo sobre as representações elucidou como as crenças, valores e ideias compartilhados por um corpo social integram a realidade desse mesmo grupo. Por fim, a pesquisa empírica consistiu-se na realização de entrevistas e análise de conteúdo dos discursos dos Secretários e Adjuntos de todas as comissões permanentes do Senado Federal, a fim de explorar e compreender as interpretações compartilhadas por esses servidores.

Palavras-chave: instituições, representações, modelos mentais, Senado Federal, burocracia.

ABSTRACT

What do the civil servants of the Brazilian Federal Senate think about politics, the Senate and themselves? How do the Secretaries and Deputies of the Senate's Standing Committees, whose technical work is executed in a political House, see some elements of their reality? The purpose of this Master's research is both to explore the speeches of those civil servants and to understand the intermediation between individual and structure. For these purpose, the theories on institutionalism and representations are applied, mostly throughout their common elements and the possibility of dialog between them. The institutions were studied with special attention on their construction and configuration process through mental models. The Senate's legal apparatus – Federal Constitution, Internal Regiment and Administrative Regulations – was observed in the three aspects of interest of this research, that being, the Senate, the politicians and the House's civil servants themselves. The study on representations elucidated how the beliefs, values and ideas shared by a social body are part of the reality of the group itself. Finally, the empiric research was conducted by interviews and speech analysis of the Secretaries and Deputies of the Federal Senate's Standing Committees, in order to explore and understand the interpretations shared by those civil servants.

Keywords: institutions, representations, mental models, Federal Senate, bureaucracy

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	10
2 – PERSPECTIVA INSTITUCIONAL.....	21
2.1 – O INSTITUCIONALISMO.....	21
2.2 – ABORDAGEM COGNITIVA DAS INSTITUIÇÕES.....	27
2.3 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	31
2.4 – REGIMENTO INTERNO.....	33
2.5 – REGULAMENTO ADMINISTRATIVO	38
2.6 – HISTÓRICO DOS FUNCIONÁRIOS DO SENADO	44
2.7 – REGRAS E COMPORTAMENTOS.....	47
3 – REPRESENTAÇÕES: ENTRE A COLETIVIDADE E O INDIVÍDUO	50
3.1 – A CONTRIBUIÇÃO DE DURKHEIM.....	52
3.2 – LÉVY-BRUHL: ADIÇÃO DO ELEMENTO EMOCIONAL	56
3.3 – MOSCOVICI E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	59
3.3.1 – <i>Representações Sociais: apontamentos metodológicos</i>	66
3.4 – REPRESENTAÇÕES E INSTITUIÇÕES: A BUSCA DE DIÁLOGO	67
4 – ENTREVISTAS COM OS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO: QUEM SÃO E O QUE PENSAM.....	70
4.1 – PERFIL DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS.....	70
4.2 – DIMENSÕES DE ANÁLISE.....	76
4.2.1 – <i>O Senado</i>	76
4.2.2 – <i>Os Políticos</i>	81
4.2.3 – <i>Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes</i>	86
5 – CONCLUSÃO.....	99
5.1 – DISCUSSÃO TEÓRICA	100
5.2 – RESULTADOS EMPÍRICOS	102
5.3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
6 – BIBLIOGRAFIA	107

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL POR SEXO – NOV E DEZ DE 2008	71
GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL SOBRE A FORMA DE INGRESSO NO SENADO – NOV E DEZ DE 2008	73
GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PELO TEMPO DE TRABALHO NA FUNÇÃO – NOV E DEZ DE 2008..	74
GRÁFICO 4: CONSENTIMENTO DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL SOBRE O CONHECIMENTO DO SENADO – NOV E DEZ DE 2008	75
GRÁFICO 5: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE O COTIDIANO DO SENADO– NOV E DEZ DE 2008	77
GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE SUA VISÃO DO SENADO – NOV E DEZ DE 2008	78
GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE A RELAÇÃO COM OUTROS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS – NOV E DEZ DE 2008.....	87
GRÁFICO 8: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE SUAS PRINCIPAIS ATIVIDADES – NOV E DEZ DE 2008	89
GRÁFICO 9: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE O DESACORDO COM O CONTEÚDO DAS MATÉRIAS – NOV E DEZ DE 2008	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL POR ÁREA DE FORMAÇÃO - NOV E DEZ DE 2008.....	71
TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL POR EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ANTERIOR – NOV E DEZ DE 2008	72
TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS DO SENADO FEDERAL SOBRE OS SETORES IMPORTANTES AO PROCESSO LEGISLATIVO – NOV E DEZ DE 2008	80
TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE A VISÃO A RESPEITO DOS POLÍTICOS BRASILEIROS – NOV E DEZ DE 2008.....	83
TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE O TRABALHO COM OS SENADORES – NOV E DEZ DE 2008.....	85
TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA SECRETÁRIA DA COMISSÃO – NOV E DEZ DE 2008	88
TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE AS DIFICULDADES QUE ENFRENTAM – NOV E DEZ DE 2008	90
TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE A FORMA COMO O SERVIDOR DO LEGISLATIVO É VISTO PELA SOCIEDADE – NOV E DEZ DE 2008	94
TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE A VISÃO DOS PARLAMENTARES A RESPEITO DO TRABALHO DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS – NOV E DEZ DE 2008	95
TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE A VISÃO DOS OUTROS FUNCIONÁRIOS DA CASA A RESPEITO DO TRABALHO DO SECRETÁRIO E DO ADJUNTO – NOV E DEZ DE 2008	96
TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS SECRETÁRIOS E ADJUNTOS SOBRE SUA INSERÇÃO NA CASA – NOV E DEZ DE 2008	97

1- Introdução

A compreensão do mundo social é resultado tanto de processos de aprendizado coletivo, decorrentes da interação social, como do aprendizado individual. O objetivo desta pesquisa de mestrado é conhecer aspectos do imaginário simbólico, formado por elementos sociais e individuais, dos membros da alta burocracia do Senado Federal brasileiro quanto a três dimensões, quais sejam, o Senado, os políticos e o próprio corpo de funcionários. Para tanto, essa dissertação possui dois momentos distintos: uma discussão teórica e uma pesquisa empírica, que, a partir dos discursos individuais, pretende alcançar elementos de significação coletivos que expressem a configuração dos modelos mentais desses indivíduos.

Para estudar a alta burocracia legislativa foi feito um recorte empírico que restringiu o grupo examinado aos Secretários e Secretários-Adjuntos de todas as Comissões Permanentes do Senado. Ao todo são onze Comissões, com a mesma composição interna: um Secretário, um Adjunto e demais funcionários auxiliares. Apenas servidores efetivos podem ocupar as funções de Secretário e Adjunto, as quais são acompanhadas de gratificação por desempenho de função. Esses burocratas são vistos como elite simplesmente por ocuparem posições estratégicas e de decisão e por terem ocuparem elevados postos na hierarquia sem problematizar e adentrar a discussão teórica sobre as elites.

A escolha desse grupo de servidores deu-se pela posição que ocupam na estrutura legislativa, que proporciona bastante proximidade com os parlamentares e com o processo legislativo, acompanhando de perto o cotidiano político. O trabalho da burocracia em uma Casa essencialmente política promove o questionamento sobre o imaginário desses funcionários, uma vez que administram o processo político sem serem os sujeitos do poder político, ou seja, a burocracia legislativa administra, mas não dirige. O interesse nesse grupo de funcionários é incrementado pela afirmação de Weber de que “Os parlamentos modernos são, primordialmente, órgãos representativos de indivíduos governados por meios burocráticos” (WEBER, 1993, p. 59). Ora, se o parlamento é a representação de

uma sociedade burocratizada, como será a representação simbólica dos burocratas dentro do parlamento sobre dimensões inclusive políticas?

A burocracia, na perspectiva de Guerreiro Ramos, não possui natureza intrínseca e sim características históricas. Desta forma, seu exame demanda o olhar sobre a estrutura institucional na qual se insere, focando a influência desta sobre as relações estabelecidas pelo corpo de funcionários. Como claramente explicado pelo sociólogo, “(...) a chave para a compreensão sociológica da burocracia é a estrutura de poder com a qual se articula” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p. 228).

Ainda neste sentido, o autor, com muita propriedade, defende que as características da burocracia são episódicas e não algo intrínseco a sua existência, como seria o caso de uma essência metafísica. “A burocracia não tem natureza, tem história. Conferir-lhe atributos fixos e imutáveis é incidir num erro de perspectiva histórica” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p. 197). Logo, observar a burocracia apenas pelas características gerais definidoras do grupo social não possibilita a acurada percepção sobre ela, uma vez que a existência de uma estrutura burocrática pode determinar quais serão os papéis interpretados pelos atores, mas é incapaz de esclarecer sua natureza mais específica. A burocracia, sua racionalidade e capacidade de ação são muito mais complexas do que possíveis valorações positivas ou negativas. Por isso, o corpo de funcionários e sua racionalidade técnica devem ser apreendidos pela forma como estabelecem e consolidam relações com a estrutura circundante (GUERREIRO RAMOS, 1983, p. 202).

Esta pesquisa sobre o imaginário burocrático atenta para o meio em que o corpo de funcionários vive, pois as dimensões simbólicas construídas pelo grupo não estão em função de sua existência como corpo técnico profissional qualificado e treinado e sim como grupo social inserido em determinada estrutura, a qual constitui sua realidade social e a partir da qual se dão todas as suas relações.

Ressalta-se que a burocracia nesta pesquisa é vista e, conseqüentemente conceituada, de acordo com a clássica definição de Weber, ou seja, é entendida como corpo de trabalhadores qualificados e capacitados por meio de treinamento especializado, responsáveis pela administração do maquinário estatal. Estes funcionários caracterizam-se pela estabilidade funcional, competências claramente definidas, divisão do trabalho, salário fixo, subordinação hierárquica, formalismo documental, dentre outros (WEBER, 1997).

Estas propriedades são descritas na forma de tipo ideal, portanto abstrato e estático. Weber não estudou a burocracia dinamicamente, modificada pelos homens que a integram de acordo com seus valores, crenças, sentimentos e necessidades (MOTTA & BRESSER-PEREIRA, 2004). Como é justamente a parte dinâmica e simbólica da burocracia o interesse desta pesquisa, parte-se da conceituação weberiana, adicionando-se a ela a perspectiva institucional, ou seja, o modo de mediação entre as estruturas sociais e o comportamento individual (THERET, 2003).

A mesma atenção para o meio em que se encontra o corpo burocrático pode ser inferida do livro “Introdução a Organização Burocrática”. Nele, Motta e Bresser-Pereira (2004) defendem que a burocracia é uma organização, ou melhor, um sistema social no qual a divisão do trabalho é sistemática e coerentemente realizada. Afirmam que todo sistema social ordenado segundo critérios racionais ou hierárquicos, nos quais o sentido básico do processo decisório seja de cima para baixo, consiste em uma organização burocrática. Portanto, mais do que a partilha de elementos comuns, o corpo burocrático é caracterizado por estar sob a regência de um princípio comum (MOTTA & BRESSER-PEREIRA, 2004), apontando para o imperativo de exame do cenário circundante e das possíveis consequências deste na formação do imaginário simbólico dos funcionários legislativos.

A necessidade de olhar os aspectos contextuais não poupa os autores de indicarem alguns elementos específicos dos administradores burocratas, visto que o conceito é fundamental na identificação do objeto e conseqüente direcionamento da visão. O primeiro deles é que o funcionário burocrata é um especialista treinado para exercer suas funções. Seus conhecimentos incluem tanto a sua especialidade como o sistema de normas, diretrizes e rotinas em que está inserido.

O funcionário burocrático torna-se, então, um especialista não por possuir conhecimentos profissionais em determinado setor que interesse diretamente à consecução dos objetivos da organização, mas simplesmente porque conhece perfeitamente todas as normas que dizem respeito à sua função (MOTTA E BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 44).

Segundo, o burocrata tem em seu cargo sua principal atividade, seu meio de vida. Terceiro, os meios de administração não são propriedades do funcionário, que administra para os cidadãos. Quarto, o burocrata desenvolve um espírito de fidelidade ao cargo e

identificação com a estrutura em que está inserido. Este aspecto é especialmente importante na presente pesquisa e só vem a reforçar a relevância da análise institucional. Motta e Bresser-Pereira acrescentam que a identificação é impessoal “O administrador não se identifica com o chefe, o proprietário, o senhor, mas com os objetivos da organização. Na medida em que ele não é um empregado particular dessas pessoas, mas um membro da organização, é com ela que ele se identifica” (IDEM, 2004, p. 20). Quinto, o funcionário é remunerado financeiramente e diretamente pelos seus serviços. Sexto, é nomeado pelo superior hierárquico e permanece no cargo por tempo indeterminado, podendo ser promovido, transferido ou demitido. Por fim, o burocrata segue uma carreira, na qual movimentações verticais ou horizontais estão incorporadas no regulamento e a aposentadoria é o termo final (IDEM, 2004).

Uma última observação sobre a burocracia faz-se crucial. Ela não constitui um todo homogêneo, sendo composta por diversos grupos posicionados e integrados de formas distintas, detentores de diferentes experiências, estratégias, lógicas, imaginários. Existem burocracias e não apenas uma burocracia (IDEM, 2004). Consequentemente, as modalidades de concepções políticas intrínsecas estarão diretamente relacionadas com a posição dos funcionários na estrutura institucional. Dessa forma, a imagem que construirá da vida política e de si, na qualidade de membro do maquinário, dependerá diretamente da posição institucional ocupada.

A questão do imaginário simbólico dos Secretários e Adjuntos pode ser observada a partir de duas abordagens distintas e até então sem muito diálogo: a teoria institucionalista e a teoria de representações. Enquanto aquela se desenvolve predominantemente no âmbito da Ciência Política, essa possui raízes históricas na Sociologia e Antropologia. O objetivo teórico desta dissertação é empreender um diálogo entre ambas, enfatizando como as estruturas e os processos de socialização contribuem para a formação do imaginário coletivo.

A vertente clássica do institucionalismo argumenta que as instituições são restrições criadas pelo homem que estruturam as relações sociais, econômicas e políticas. São normas formais e informais que direcionam o comportamento e as preferências, ordenando socialmente as relações interpessoais.

Dada a eficiência em moldar comportamentos, Krehbiel e Dieminier (2003) defendem que não há diferença intrínseca entre robustas regularidades comportamentais e as instituições, pois sua adoção e manutenção baseiam-se nos processos de decisão coletiva. No mesmo sentido, Mantzavinos, North e Shariq (2004) afirmam que, do ponto de vista externo, as instituições são regularidades comportamentais ou rotinas, ambas compartilhadas por um grupo, enquanto, de um ponto de vista interno, são modelos mentais ou soluções compartilhadas aos problemas de interação coletiva.

Entra em cena o conceito de modelo mental, crucial para a discussão teórica empreendida nessa dissertação. Modelos mentais podem ser definidos como estruturas cognitivas gradualmente estruturadas que ajudam os indivíduos a resolverem seus problemas, pois organizam percepções e registram memórias (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004). Em outras palavras, modelos mentais são as representações criadas pelo sistema cognitivo para interpretação do mundo. O aprendizado individual é baseado em uma gama de categorias e prioridades culturalmente construídas, de forma que nunca parte-se de uma tábula rasa. As estruturas dos modelos mentais são então confirmadas ou reformadas pelas experiências individuais através do dinâmico processo de aprendizagem (DENZAU & NORTH, 1994, p. 5).

Notam-se semelhanças entre o institucionalismo e o arcabouço teórico das representações. O mundo social, ou seja, a realidade da vida cotidiana, é intersubjetivo. Participar do mundo significa compartilhar atitudes naturais em relação a ele, pois atuações “normais” são aquelas legitimadas pelo senso comum (ALEXANDRE, 2004). Desta forma, para se colocar no mundo e interagir de forma a ser compreendido e aceito pela coletividade, os indivíduos se utilizam de valores, crenças e ideias comuns, aprendidas e apreendidas durante o processo de socialização. Logo, os indivíduos não são independentes nem pensam totalmente por si sós, pois carregam todo um imaginário simbólico compartilhado pela coletividade.

Segundo Durkheim (1983), a existência da sociedade pressupõe todo um sistema de representações coletivas que permitem a compreensão mútua entre os homens e orientam as práticas correntes da vida, impondo-se sobre as consciências individuais. As representações exprimiam a maneira pela qual a sociedade concebe os objetos de sua existência. No mesmo sentido, Lévy-Bruhl argumenta que representações são construções

que despertam emoções coletivas e são por elas acompanhadas, inserindo a esfera afetiva no âmbito no imaginário simbólico coletivo (JAHODA, 1982).

No âmbito da psicologia social, as representações são tratadas como fenômenos. Por serem uma forma de criação coletiva, são denominadas representações sociais e definidas como um modelo recorrente e compreensivo de imagens e valores simbólicos. São entendidas como entidades quase tangíveis, com a função tanto de estabelecer uma ordem que permite às pessoas interagirem no mundo social e material, como de possibilitar a comunicação, já que fornecem um código de classificação dos vários aspectos da realidade (MOSCOVICI, 1976).

Ambos os arcabouços teóricos apresentam grande potencial contributivo para a compreensão das ideias, crenças, valores, enfim, de algumas interpretações comuns ao grupo formado pelos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal brasileiro. Contudo, para além da discussão teórica, esta pesquisa também apresenta um objetivo empírico: explorar o imaginário comum desse grupo, buscando apreender como esses indivíduos veem o Senado, os políticos e a eles mesmos. Dado o caráter empírico e a pouca quantidade de pesquisas teóricas realizadas sobre o tema, optou-se pela realização de um estudo de caso de cunho exploratório baseado em entrevistas estruturadas.

O método foi escolhido por parecer o mais adequado ao objeto – os modelos mentais dos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado – e a pergunta de pesquisa – o que pensam sobre o Senado Federal, sobre as Comissões e sobre os próprios funcionários. O estudo de caso é a estratégia adequada quando o foco é um fenômeno contemporâneo real e o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos contextuais. Favorável ao estudo de fenômenos sociais complexos, o estudo de caso permite a explicação de vínculos causais, observação de múltiplas características, ilustração de elementos, descrição de fenômenos e exploração de situações. Em especial, utiliza-se o estudo de caso quando deliberadamente são inseridas questões contextuais, dada sua pertinência ao fenômeno estudado. Difere da etnografia, por ser uma estratégia de pesquisa que abrange vários métodos, não dependendo exclusiva ou majoritariamente dos dados etnográficos. Podem-se mesclar dados quantitativos e qualitativos, sem a necessidade de observações diretas e detalhadas (YIN, 2005).

O estudo de caso tem a capacidade de observar muitas variáveis e, por isso, permite o exame de relações causais complexas. Um caso se refere a uma classe de eventos, logo um estudo de caso corresponde a um fenômeno específico de determinado universo contextual. Possibilita o detalhamento e aprofundamento dos dados, tornando-se, portanto, vantajoso exatamente nos pontos em que os métodos estatísticos são frágeis. Uma vez que captam o contexto de inserção, são capazes de alcançar grande acuidade e validade contextual. Dentro de um mesmo caso é possível notar um grande número de variáveis intervenientes, com a possibilidade de observarem-se elementos inesperados nas relações causais (GEORGE & BENNET, 2004).

Nesta pesquisa, a questão contextual é central, pois o foco são os funcionários em sua posição como servidores da Casa e não como cidadãos – por mais que não seja possível isolar completamente os papéis. Como a pergunta-guia é “o que” pensam os servidores, a pesquisa empírica foca o levantamento de dados, o que dificulta a elaboração de hipóteses de resposta no sentido de confirmar ou negar algum apontamento teórico. Portanto, a estratégia utilizada foi o estudo de caso de cunho exploratório, que compreende um levantamento de informações para, a partir do resultado, examinar a possibilidade de conclusões teóricas.

Comumente os estudos de caso apresentam *trade-offs* difíceis de serem superados. Estes se referem à dualidade entre parcimônia e riqueza e à tensão entre validade interna e embasamento histórico *versus* realização de generalizações (GEORGE & BENNET, 2004).

Das muitas técnicas de coleta de dados cabíveis, optou-se pela realização de entrevistas abertas, pois nelas vigora “(...) uma fala relativamente espontânea, com um discurso falado, que uma pessoa – o entrevistado – orchestra mais ou menos à sua vontade. (...) A subjetividade está muito presente: uma pessoa fala” (BARDIN, 2008, p. 89).

O questionário foi dividido em quatro partes, com vistas a orientar as entrevistas, como disposto no Anexo. As primeiras perguntas buscaram o perfil do entrevistado, com alguns dados sobre seu histórico pessoal e funcional. A segunda, terceira e quarta questões enfatizaram as percepções sobre três dimensões, quais sejam: o Senado, os políticos e os próprios funcionários. Nestas, todas as respostas eram abertas.

Foram entrevistados dez Secretários e cinco Secretários-Adjuntos, totalizando quinze entrevistas do conjunto formado por dezessete servidores. Vale salientar que apenas servidores efetivos, do quadro de pessoal da Casa, podem ocupar essas funções comissionadas e receber a gratificação que delas decorre.

As entrevistas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2008. Os servidores entrevistados desempenhavam funções majoritariamente internas, ou seja, trabalhavam em suas comissões em horário de expediente normal. Como os dias de reunião das comissões são dias de trabalho mais intenso, eles foram identificados de forma que as visitas realizaram-se em dias diferentes, mais tranquilos, em que os servidores estivessem mais disponíveis. Na semana compreendida entre dez e quatorze de novembro de 2008, houve reuniões extraordinárias na maior parte das comissões para votação de suas emendas orçamentárias. Poucas entrevistas foram realizadas nessa semana.

De forma geral, foi tranquila a recepção por parte dos Secretários e Adjuntos. Comumente visitavam-se as comissões para realização ou agendamento das entrevistas nos casos de indisponibilidade dos servidores. Na maior parte das vezes a entrevista foi realizada na mesma hora e, nos casos de agendamento, ele foi tranquilamente cumprido. As entrevistas tiveram duração média de vinte minutos e vários foram os casos que ultrapassaram em muito esse tempo. Alguns funcionários demonstraram interesse pela pesquisa, pedindo mais explicações sobre o objeto de estudo, a entrevista e a abordagem teórica. Chegou-se a exclamar “Alguém lembra da gente!”.

Contudo, tal interesse ou disponibilidade não foram unanimidade. Em determinada comissão, mesmo após várias tentativas, não foi possível contatar o Secretário nem o Adjunto, o que inviabilizou a realização das entrevistas e excluiu essa comissão do universo abarcado. Essa situação criou o déficit de dois servidores, do grupo formado por dezessete. Sua ausência certamente influencia os resultados finais, mas não chega a comprometê-los, uma vez que as entrevistas realizadas abrangeram 88,2% do universo. Em outra comissão o Secretário se encontrava afastado formalmente do cargo, que estava sob a responsabilidade do diretor da Seção. Com o argumento de obediência hierárquica, o Secretário afirmou-se impossibilitado de responder à entrevista (mesmo exercendo a função há mais de dez anos naquela comissão) e sugeriu que se entrevistasse seu superior. Dado o desconforto gerado pela situação, um contato pessoal intermediou o encontro com o superior e permaneceu durante a realização da entrevista. Curiosamente, este foi o único

caso de recusa da gravação de áudio. A exceção desta, todas as demais entrevistas foram gravadas e depois transcritas para a realização da análise de conteúdo. Os contratemplos não prejudicaram a pesquisa, pois foi coberto quase todo o grupo, e o superior entrevistado ocupava o cargo havia bastante tempo, tendo grande experiência e vivência no âmbito das Comissões.

A técnica utilizada para exame das entrevistas foi a análise de conteúdo. As ideias, imagens e crenças pessoais são expressas através do discurso, logo o olhar atento pode revelar suas regularidades e subjetividades. Quando os indivíduos expressam suas opiniões, geralmente na primeira pessoa do singular, eles tanto elucidam o regular funcionamento das representações sociais como viabilizam a existência e eficácia das próprias representações. “De fato, as opiniões ou representações sociais são eficientes, funcionam, justamente, porque os indivíduos acreditam que suas opiniões são suas, ou seja, geradas em seus cérebros” (LEFEVRE & LEFEVE, 2006).

O pensamento coletivo, por sua vez, é captado indutivamente pelos discursos individuais, correspondendo a um produto que pode ser identificado e qualificado *a posteriori* pela pesquisa empírica. Para Lefevre & Lefevre (2006) o pensamento coletivo apresenta-se tanto como uma variável qualitativa, porque cada distinta opinião coletiva é apresentada sob a forma de um discurso com diferentes conteúdos e argumentos, como quantitativa, por possuir elemento numérico, expressando opiniões partilhadas por uma série de indivíduos, ou seja, ser o resultado de uma coletividade.

Contudo, os autores são bastante cautelosos em ressaltar que quando os indivíduos opinam, apenas uma parte do conteúdo da ideia compartilhada pela coletividade é veiculada. Ou seja, os indivíduos apresentam parte do imaginário ou da representação coletiva, a qual terá seu conteúdo ampliado quando maior o número de opiniões pessoais coletadas (LEFEVRE & LEFEVE, 2006).

Neste mesmo sentido, Durkheim (1983) afirma que, por mais que as comunicações sejam pessoais e partam da experiência de vida de cada um, elas obedecem a uma lógica socializada, logo consistem em um discurso social. Moscovici (2007) acrescenta que representações expressam a natureza específica do universo consensual, sem que isso signifique uma forma homogênea de pensar, cabendo em seu interior modulações individuais, como elucidado no segundo capítulo. Esse aspecto é fundamental para a

análise do conteúdo das entrevistas e caminha ao encontro da argumentação teórica dos modelos mentais, compreendidos como o elemento individual das instituições e das representações. A pesquisa empírica procura revelar, para além da diversidade de discursos, os modelos mentais compartilhados pelo grupo de entrevistados.

Mas o que é a análise de conteúdo? Trata-se de um método empírico, constituído por um conjunto de instrumentos que se aplicam a interpretação das comunicações e dos discursos. Corresponde a um exercício de hermenêutica controlada e ancora-se na recusa da compreensão espontânea e da transparência dos fatos sociais. A análise de conteúdo consiste na vigilância crítica e evita a leitura simples do real. Sendo assim, possui entre seus objetivos principais a superação da incerteza interpretativa e o enriquecimento da leitura (BARDIN, 2008).

A análise de conteúdo utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição da substância dos discursos para interpretação das comunicações. Seu propósito é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, ou seja, articula a superfície do texto com os fatores que levaram a sua determinação. Procura estabelecer as correspondências entre as estruturas semânticas e as estruturas sociológicas por meio da inferência: “Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermédio, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra” (BARDIN, 2008, p. 41).

A pesquisa empírica concentrou-se no que a análise de conteúdo denomina estereótipos. Um estereótipo é a ideia sobre algo, a imagem espontânea, a representação de alguma coisa mais ou menos desligada de sua realidade objetiva e partilhada por um grupo social de certa forma estável (BARDIN, 2008). Em outras palavras:

Estrutura cognitiva e não inata (submetida à influência do meio cultural, da experiência pessoal, de instâncias e de influências privilegiadas como a comunicação de massa), o estereótipo, no entanto, mergulha suas raízes no afectivo e no emocional, porque está ligado ao preconceito por ele racionalizado, justificado ou criado (BARDIN, 2008, p. 53).

Através da singularidade do individual procura-se alcançar o social, logo, a informação precisa ser tratada para então ser descrita e analisada.

Como a pesquisa consiste em um estudo de caso exploratório, o quadro de análise dos conteúdos não foi colocado *a priori* nem se utilizou de procedimentos fechados. Ao contrário, as categorias de análise foram elaboradas a partir de características dos próprios discursos, por meio de procedimentos de exploração ou *fishing expeditions*. As categorias são classes que reúnem elementos com características comuns, assim, o durante o tratamento dos discursos, os elementos foram diferenciados e, em seguida, reagrupados de acordo com critérios específicos.

Ressalte-se que, nesta pesquisa, a análise de conteúdo abrange uma dimensão e uma abordagem específica do exame da comunicação. Para cobrir todo o discurso seria necessário abarcar todas as dimensões da análise e utilizar vários instrumentos, técnicas e interpretações. Portanto, é quase impossível esgotar um discurso e a pesquisa realizada não tem essa pretensão. A meta restringiu-se a levantar e compreender o olhar dos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal sobre o Senado, os políticos e eles mesmos.

A primeira questão suscitada é saber como esses burocratas, que convivem tão próximos dos parlamentares organizam o processo legislativo e que acompanham e compartilham do cotidiano político do país, interpretam alguns elementos componentes dessa realidade. Outra questão é identificar qual a contribuição teórica às ciências sociais esta pesquisa oferece, por meio dos estudos sobre instituições e representações. Para tentar responder a estas perguntas, esta pesquisa se organiza da seguinte forma: o primeiro capítulo dedica-se às contribuições do institucionalismo e, para tanto, empreende exame do aparato normativo do Senado Federal. A Constituição Federal, o Regimento Interno e o Regulamento Administrativo são as instituições formais examinadas no que tange o Senado, os políticos e os próprios funcionários. No segundo capítulo, examinam-se as representações, que não consistem em um único e consolidado corpo teórico, mas apresentam apontamentos teóricos consonantes. Sendo assim, buscaram-se teóricos clássicos das Ciências Sociais – Durkheim e Lévy-Bruhl – e da Psicologia Social – Moscovici. Alguns apontamentos metodológicos das representações sociais são apresentados. No terceiro e último capítulo são apresentados os resultados da pesquisa empírica, quando a consonância entre os vários discursos individuais apontam elementos do imaginário simbólico coletivo.

2 – Perspectiva Institucional

Este capítulo tem como objetivo apresentar como a perspectiva institucional pode contribuir para o estudo do imaginário simbólico do corpo de funcionários do Senado Federal. A forma como as instituições impõem regras aos indivíduos, influenciando significativamente seus valores, crenças e, conseqüentemente, representações simbólicas, são os fatores examinados. Portanto, este capítulo está organizado da seguinte forma: aborda-se a teoria institucional, seus desdobramentos teóricos e conseqüentes contribuições como elo entre as estruturas e o indivíduo. Em seguida, focam-se as instituições formais (o ordenamento normativo) do Senado Federal, quais sejam: a Constituição Federal de 1988, o Regimento Interno e o Regulamento Administrativo. Em cada um deles são observadas três dimensões específicas: o Senado Federal (incluindo as Comissões Permanentes), os políticos e os próprios servidores. Por fim, examina-se como regras e comportamentos se relacionam e se harmonizam nesses instrumentos normativos.

2.1 – O Institucionalismo

O institucionalismo consiste em respeitável corpo teórico desenvolvido predominantemente na Ciência Política, com variantes na Economia e na Sociologia. Este arcabouço possui abrangente capacidade explicativa, motivo pelo qual foi utilizado e desenvolvido por diversos estudiosos, em linhas distintas. De forma geral, o institucionalismo aponta “(...) para a necessidade de se levar em conta, a fim de se compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas, as mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais. Essas mediações são precisamente as instituições” (THÉRET, 2003).

A premissa básica do institucionalismo sustenta que a organização da vida política influencia substancialmente as relações sociais. A pergunta primeira de toda análise institucional é: como as instituições afetam os indivíduos? (HALL & TAYLOR, 2003). Desta forma, relacionam-se os fenômenos da vida social e suas causas às instituições que

compõem o universo social, partindo da premissa de que as instituições desempenham papel predominante na organização social contemporânea (MARCH & OSLEN, 1984).

Mas em que consistem as instituições? São muitas as definições do termo, que vão desde abordagens materiais até concepções mais abstratas. Na acepção de North (1991), instituições são “restrições criadas pelo próprio homem que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Consistem tanto em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) como em normas formais”. Logo, as instituições podem ser definidas como as regras do jogo, as normas formais e informais que moldam o comportamento e preferências dos indivíduos, conferindo incentivos e impondo constrangimentos (KREHBIEL & DIEMINIER, 2003). De forma mais clara, podem ser vistas basicamente como o ordenamento social dos relacionamentos interpessoais (DENZAU & NORTH, 1994).

As instituições são responsáveis pela restrição das opções de ação dos indivíduos, determinando certa ordem e reduzindo as incertezas nas interações entre atores. Como constroem a ação humana, estruturando a sua interação, as instituições possibilitam a construção de previsões em situações nas quais antes elas seriam irrealizáveis (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004).

Acrescenta-se que as instituições são “criadas” pelo homem, isto é, são endógenas, estruturadas pela realidade social (ACEMOGLU, 2004). Não são nem o resultado natural de forças exógenas nem arenas neutras para ação dos indivíduos (MARCH & OSLEN, 1984). Ademais, North (1990) argumenta que as instituições são não-ergódicas, pois se transformam com o passar do tempo. Elas tanto moldam a sociedade como a interação entre os diversos atores sociais vai influenciar as transformações nessas mesmas instituições, em um duplo processo de influência.

Interessante notar que as instituições podem se apresentar como aspectos estruturais abstratos nos modelos formais, todavia concretos no constrangimento de comportamentos coletivos e presentes nas diversas áreas de interação humana. Krehbiel e Dieminier (2003) defendem, inclusive, que não há diferença intrínseca entre robustas regularidades comportamentais e as instituições, pois sua adoção e manutenção baseiam-se nos processos de decisão coletiva. Essa abordagem será desenvolvida adiante, quando serão apresentados os modelos mentais que providenciam estruturas comuns de interpretação da realidade.

Partindo das premissas e conclusões do institucionalismo, o neo-institucionalismo surge a partir de 1980, com o objetivo de elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação dos resultados sociais e políticos e como reação às perspectivas behavioristas influentes nos anos de 1960 e 1970. De forma geral, pode-se afirmar que o neo-institucionalismo enfatiza a interdependência entre instituições políticas e sociais relativamente autônomas e vê as organizações como agregados de comportamentos padronizados que definem e defendem interesses e lógicas de ação baseadas em significados e símbolos (MARCH & OSLEN, 1984). Todavia, há certa dissonância conceitual quanto ao sentido preciso do neo-institucionalismo, antes de tudo devido ao fato de não se tratar de uma corrente de pensamento unificada (HALL & TAYLOR, 2003).

Enquanto o institucionalismo enfatiza o papel das estruturas institucionais em impor elementos de ordem (seja pela razão ou pela coerção e competição), a abordagem neo-institucional reconhece pelo menos seis elementos que possibilitariam a ordem política. O primeiro deles seria a ordem histórica, a qual se relaciona com o processo de evolução das instituições, seu aprendizado com sua experiência e os motivos de resultados ótimos ou sub-ótimos. Essa abordagem será mais bem desenvolvida posteriormente, quando focado o elemento cognitivo das instituições. O segundo é a ordem temporal, ou melhor, a conexão entre elementos se dá mais por uma questão de simultaneidade do que de causalidade. A ordem endógena, terceiro aspecto, enfatiza a imposição da ordem pelo ambiente externo. Esta perspectiva coloca o poder, em determinado sistema político, como resultado da posse de recursos do ambiente, o interesse como resultado do posicionamento no mundo e a coerência como dependente das exigências da existência. O quarto seria a ordem normativa, pela qual o comportamento é mais influenciado pela expectativa convencional de ação do que pelo cálculo de retorno de escolhas alternativas. A ordem demográfica, quinto elemento, afirma que uma instituição pode ser interpretada como uma *cross-section* das pessoas envolvidas. Desta forma, o comportamento coletivo pode ser entendido como um mosaico de vidas privadas. Por fim, o sexto aspecto diz respeito à ordem simbólica, ou seja, a força que símbolos, rituais, histórias e cerimônias desempenham na organização social e política (MARCH & OSLEN, 1984). As diferentes formas de explicação de como a ordem pode ser imposta ressaltam importante característica do neo-institucionalismo, qual seja, o ceticismo quanto às concepções atomísticas dos processos sociais. A ordem vinda do aprendizado, muito relacionada à

questão temporal e à *cross-section* das pessoas envolvidas, faz parte da dinâmica explicativa apontada por esta pesquisa.

Segundo Hall e Taylor (2003) há, pelo menos, três métodos de análise diferentes que se denominam neo-institucionais, quais sejam: o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. Elas se diferenciam fundamentalmente pela forma como encaram duas questões básicas: a relação entre instituição e comportamento; e o surgimento e modificação das instituições. As três abordagens do institucionalismo apresentam contribuições sobre a forma como as instituições influenciam e formam o imaginário e as representações mentais dos indivíduos, construindo, então, suas estruturas de interpretação da realidade. É a partir desta influência que as escolas serão apresentadas.

O institucionalismo histórico enfatiza o “estruturalismo” das instituições da comunidade política em detrimento do “funcionalismo” até então vigente, o qual considerava as situações políticas como respostas às exigências funcionais do sistema. O Estado passa a ser visto como um complexo de instituições estruturantes da natureza e dos resultados dos conflitos entre grupos. Esses teóricos têm especial interesse nas assimetrias de poder relativas ao funcionamento das instituições, ao mesmo tempo em que incluem fatores como ideias e valores na análise do desenvolvimento e trajetórias das instituições, mas sem esquecer as raízes normativas. Nesta perspectiva, as estratégias induzidas por um contexto institucional podem perdurar no tempo e transformar-se em visões de mundo que podem moldar a imagem dos atores e suas preferências (HALL & TAYLOR, 2003). Para os teóricos dessa escola:

(...) as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições composto de símbolos, de cenários e de protocolos que fornecem filtros de interpretação aplicáveis a situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação (HALL & TAYLOR, 2003).

Já o institucionalismo da escolha racional leva para a Ciência Política argumentos teóricos da “nova economia das organizações”, que explora a relevância dos direitos de propriedade, das rendas e dos custos de transação no funcionamento e desenvolvimento das instituições. Partindo de pressupostos utilitários, esses teóricos elucidam que os atores compartilham preferências e se comportam de modo pragmático a fim de maximizar essas

preferências. A vida política é compreendida como uma série de dilemas de ação coletiva (HALL & TAYLOR, 2003). Krehbiel e Diermeier acrescentam que: “(...) the aim of contemporary institutionalism is to guide inquiry into which of many more-or-less stable features of collective choice settings are essential to understanding collective choice behavior and outcomes” (KREHBIEL & DIEMINIER, 2003, p. 124). Foca-se o caráter instrumental e estratégico do comportamento. A importância das instituições encontra-se na redução da incerteza em relação ao comportamento alheio (THÉRET, 2003). Dados seus pressupostos utilitários, é a escola que menos explora a influência das instituições nos processos cognitivos e na formação do imaginário comum dos atores; logo, é a que menos colabora com o problema pesquisado.

Por fim, o institucionalismo sociológico é provavelmente a abordagem neo-institucional que mais tem a contribuir com esta pesquisa, além, claro, do institucionalismo histórico. Desenvolve-se no final dos anos 70, sustentando o argumento de que muitas das práticas e formas institucionais não eram adotadas de acordo com sua eficácia no cumprimento de tarefas, como seria esperado pelo critério meramente racional. Ao contrário, as práticas e procedimentos deveriam ser vistos como práticas culturais, incluindo o procedimento mais burocrático. A inovação desta abordagem está na percepção das instituições de forma muito mais ampla, abarcando normas, procedimentos formais, esquemas cognitivos e modelos morais que geram padrões de significados. Conseqüentemente, o enfoque rompe com a dicotomia entre instituições e cultura, levando-as à interpenetração. Consiste em uma “virada cognitivista” na Sociologia, a qual leva a considerar a cultura como hábitos, símbolos e cenários que fornecem modelos de comportamento. Enquanto os teóricos da escolha racional veem os indivíduos e organizações como empenhados na maximização de seu bem estar material, os sociólogos os descrevem pela busca da expressão ou definição de suas identidades em modos socialmente apropriados (HALL & TAYLOR, 2003).

Os teóricos desta abordagem focam a dimensão cognitiva das instituições, ou seja:

Em outros termos, concentram-se no modo como as instituições influenciam o comportamento ao fornecer esquemas, categorias e modelos cognitivos que são indispensáveis a ação, mesmo porque, sem eles, seria impossível interpretar o mundo e o comportamento dos outros atores. As instituições exercem influência sobre o comportamento simplesmente ao especificarem o que se deve fazer, mas também o que se pode imaginar fazer num contexto dado. (...) A identidade e a imagem de si dos atores sociais são elas mesmas vistas como sendo construídas a partir das formas, imagens e signos institucionais fornecidos pela vida social (HALL & TAYLOR, 2003).

Nota-se a natureza interativa da relação entre indivíduos e instituições, pois elas não apenas indicam o que fazer, mas, também, indicam as categorias e modelos cognitivos sobre os quais o indivíduo pode imaginar fazer. Juntamente vem a premissa de que a ação é intimamente ligada à interpretação, ou seja, ao escolher um modo de ação o indivíduo tanto utiliza um modelo institucional disponível como o confecciona (HALL & TAYLOR, 2003).

Segundo Théret (2003), o trabalho de Hall e Taylor é o primeiro a sistematizar de forma clara as três versões do neo-institucionalismo dentro da Ciência Política. Todavia, essa mesma configuração tripolar pode ser observada na Economia e na Sociologia. Segundo o autor, o institucionalismo da escolha racional aparece na Economia sob a forma da Nova Economia Institucional, o institucionalismo sociológico assume a forma da Economia das Convenções e, por fim, o institucionalismo histórico apresenta-se como a Teoria da Regulação.

As três versões do institucionalismo também aparecem na Sociologia. Entretanto, segundo Durkheim e Mauss a Sociologia seria exatamente a ciência das instituições:

Entendemos, assim, por instituição tanto os usos como os costumes, os preconceitos como as superstições, as constituições políticas como os organismos jurídicos essenciais; já que todos esses fenômenos têm a mesma natureza e apenas diferem em grau. (...) a ciência da sociedade é a ciência das instituições assim definidas (FAUCONNET & MAUSS apud THÉRET, 2003).

O institucionalismo da escolha racional representa uma importante força da sociologia norte-americana ortodoxa, com teóricos como James Coleman. Na França, seu principal expoente foi Raymond Boudon. A característica principal dessa escola é o foco na passagem entre o micro e o macro, que, para Coleman, ocorre através de mecanismos como os mercados, as hierarquias e os sistemas normativos (THÉRET, 2003).

Já a corrente sociológica, que corresponde ao institucionalismo histórico, parte dos mesmos princípios metodológicos, que incluem o foco em macro-objetos, a preocupação com o contexto histórico e cultural e a existência de multicausalidades, dentre outros. Essa abordagem sociológica culturalista apresenta-se, principalmente, sob a forma histórico-comparativa (THÉRET, 2003).

Por fim, o institucionalismo sociológico interpretativo ou cognitivo surge como resposta à hegemonia funcionalista dos anos sessenta, voltando a análise para uma

perspectiva mais subjetiva. As instituições não são vistas apenas como constrangimentos à ação e sim como redes cognitivas. Influenciada por Bourdieu, essa corrente sociológica:

(...) busca a microsociologia correspondente à sua macrosociologia, isto é, uma apreciação mais fina e complexa da maneira como as instituições influenciam os comportamentos individuais por meio da formação de 'habitus' e o conjunto variado de disposições incorporadas (THÉRET, 2003).

Considera-se o indivíduo como fruto de diversos processos de socialização (THÉRET, 2003). Essa apreciação, mais fina, corresponde ao exato intento da presente pesquisa, a qual se detém tanto nas dimensões simbólicas delimitadas como nas características sociais (sexo, idade, escolaridade, formação profissional) mais amplas dos Secretários e Adjuntos das comissões permanentes do Senado Federal.

Ressalte-se que a alta burocracia do Senado Federal pode ser entendida como organização (MANTZAVINOS, NORTH e SHARIQ, 2004) e como instituição, fornecendo modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. Desta forma, um membro da burocracia encontra-se envolvido num mundo de símbolos e protocolos que "(...) fornecem filtros de interpretação aplicáveis a situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação" (HALL & TAYLOR, 2003). Assim, analisar o aparato normativo do Senado com relação à burocracia traduz-se na observação da relação e interação entre instituições. O resultado desta interação pode ser apresentado sobre a forma dos modelos mentais.

2.2 – Abordagem cognitiva das Instituições

O arcabouço teórico institucionalista, em estudos mais recentes, incorpora a dimensão cognitiva na análise das instituições. Os modelos mentais são a categoria analítica que surge como desdobramento desse empreendimento investigativo. Trata-se de uma nova abordagem com desenvolvimento recente, sem a configuração de escola, mas com enorme potencial explicativo. A grande contribuição dos modelos mentais consiste no ganho explicativo para o estudo das instituições, possibilitando a compreensão de como ocorre o processo de institucionalização e sua consolidação estrutural.

A escolha racional assume que indivíduos sabem em que consiste seu interesse individual e fazem suas escolhas de acordo com esse interesse. Entretanto, diversas

performances políticas e econômicas indicam que outros fatores além dos puramente racionais estão envolvidos neste processo, como apontado por escolas institucionais de vertente culturalista. A caixa preta da racionalidade assume sua existência, mas não elucida seus mecanismos internos de funcionamento. Assim, existe uma fenda explicativa, a qual é reduzida através do diálogo com a ciência cognitiva. Consequentemente, as ideias e a forma como elas são desenvolvidas e transmitidas ganham papel de destaque e, como colocado por autores institucionalistas, ajudam a compreender o processo de tomada de decisão em contextos de incerteza (DENZAU & NORTH, 1994).

Ressalte-se que a abordagem da escolha racional já atenta para processos cognitivos, contudo ela o faz de modo padronizado, concebendo todos os movimentos mentais como escolhas que levarão à ação. A inovação trazida pela abordagem cognitiva é a união da racionalidade com os demais processos mentais, ambos necessários ao desenvolvimento de soluções coletivas para problemas de interação social, ou seja, necessários para o desenvolvimento e funcionamento das instituições (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004).

Nesse contexto, o institucionalismo apresenta os modelos mentais como categoria analítica de grande relevância, uma vez que as estruturas institucionais seriam função de modelos mentais compartilhados (DENZAU & NORTH, 1994). Mantzavinos, North e Shariq (2004) redefinem instituições para melhor abarcar a questão. Para eles:

From an external point of view, institutions are shared behavioral regularities or share routines within a population. From an internal point of view, they are nothing more than shared mental models or shared solutions to current problems of social interaction. Only because institutions are anchored in people's mind do they ever become behaviourally relevant (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004, p. 77).

As instituições passam a ser vistas pela sua face interna e externa. Essa divisão é fundamental para direcionar o olhar em direção a uma dimensão até então pouco explorada, sob o argumento da racionalidade absoluta. A visão interna das instituições revela que elas são modelos mentais compartilhados por um grupo de indivíduos e, justamente por ressoar nestes indivíduos, elas são capazes de influenciar seu comportamento de tal forma a se tornarem expressivas.

Os modelos mentais podem ser definidos como estruturas cognitivas que ajudam os indivíduos a resolverem seus problemas. São gradualmente consolidados durante o

desenvolvimento cognitivo, organizando percepções e registrando memórias (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004). De forma mais clara, especifica-se que “mental model are the internal representation that cognitive systems create to interpret the environment (...)” (DENZAU & NORTH, 1994, p. 5).

O exame da dimensão interna das instituições conduz à abordagem cognitiva, com ênfase nos processos de aprendizado individual e coletivo. Parte-se do entendimento da mente humana como uma complexa estrutura que interpreta e classifica uma grande variedade de sinais recebidos pelo ambiente. Os sinais externos são recebidos, processados e geram uma resposta que será colocada em prática na interação social. Respostas bem sucedidas tendem a se estabilizar, assim como as ruins tendem a ser reelaboradas (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004).

O aprendizado individual é baseado em uma gama de categorias e prioridades culturalmente construídas, de forma que nunca se parte de uma tábula rasa. Os modelos mentais são desenvolvidos a partir de categorias, ou melhor, classificações que organizam a percepção e a memória. O resultado das experiências individuais irá confirmar ou não esses modelos, levando então ao dinâmico processo de aprendizagem (DENZAU & NORTH, 1994). Quando uma solução baseada em um modelo mental falha, a pessoa é obrigada a criar novos modelos que solucionem o problema. A resposta do ambiente é fundamental para determinar o sucesso ou fracasso do modelo, com sua consequente estabilização ou modificação (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004). Situações e contextos mais simples demandam modelos mentais menos complexos e vice-versa. Além disso, as próprias instituições podem reduzir a complexidade dos modelos mentais requeridos (DENZAU & NORTH, 1994).

Processo semelhante ao aprendizado individual ocorre com a coletividade. Os indivíduos em um mesmo ambiente sociocultural se comunicam continuamente e o resultado direto desta comunicação é a formação de modelos mentais compartilhados, objetos de estudo da presente pesquisa. Os modelos mentais compartilhados, os “*shared mental models*”, providenciam estruturas comuns de interpretação da realidade, possibilitando soluções coletivas para problemas vindos do ambiente. É justamente essa interpretação comum da realidade a base da consequente interação social (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004).

Um modelo mental compartilhado providencia uma série de conceitos que facilitam a comunicação, uma vez que a recepção e interpretação de uma mensagem é diretamente influenciada pelas categorias e crenças que o receptor tem do mundo (DENZAU & NORTH, 1994). Logo, quanto mais homogêneos os modelos mentais compartilhados pelos indivíduos de um grupo, maior a compreensão mútua, conforme elucidam os autores:

Individuals with common cultural backgrounds and experiences will share reasonably convergent mental models, ideologies and institutions and individuals with different learning experiences (both cultural and environmental) will have different theories (models, ideologies) to interpret that environment (DENZAU & NORTH, 1994).

Uma vez que os modelos mentais compartilhados são estruturas comuns de interpretação da realidade, observa-se que as instituições consistem na consolidação de modelos mentais, em um processo de influência mútua. Elas se ancoram na mente dos indivíduos e consistem em soluções coletivas para problemas sociais, sendo capazes de coordenar as atividades sociais no nível do comportamento (DENZAU & NORTH, 1994).

Neste sentido, a partilha de modelos mentais torna-se fundamental para entender tanto a emergência e evolução das instituições como os seus efeitos. Quando modelos mentais são compartilhados por grupos, o aprendizado coletivo desenvolve-se e consolida-se com sentido claro (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004). Sendo assim, quando a resposta do ambiente confirma repetidas vezes um modelo mental compartilhado, ele se estabiliza. Tem-se então a conexão entre modelo mental, crença e sistema de crenças. Como colocado:

We call this relatively crystallized mental model a 'belief'; and we call the interconnection of beliefs (which can be either consistent or inconsistent) a 'belief system'. Having enable an individual to survive in his or her environment in the past, the belief system becomes connected with the motivational system. To put it in another way: the belief system is progressively shaped by the involvement of a parallel emotion adaptation, and it therefore takes on the character of a general filter for all new stimulus processing, so one may safely hypothesize that it is relatively resistant to abrupt changes (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004, p. 76).

Vale ressaltar que a estrutura dos modelos mentais deriva da experiência de cada indivíduo. Desta forma, mesmo que o ambiente cultural, social e linguístico de duas pessoas seja o mesmo, elas não apresentarão modelos mentais idênticos. Ademais, os indivíduos não dispõem de recursos cognitivos suficientes que garantam a coerência lógica de seus modelos mentais, logo podem existir contradições e ambiguidades em seu interior sem que isso signifique a inoperância do modelo (DENZAU & NORTH, 1994).

Destaca-se que, mesmo o material cognitivo sendo o mesmo, instituições informais e modelos mentais não são conceitos sinônimos. O que as diferencia é o grau com que estão disseminadas pelo universo social e sua consolidação. Instituições informais são compartilhadas por todos os elementos de determinado grupo, enquanto os modelos mentais são construções de caráter temporal, não necessariamente partilhadas por todo o grupo. O foco desta pesquisa restringe-se aos modelos mentais compartilhados pelo pequeno grupo formado pelos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal.

Como se trata de um processo de aprendizado, é possível observar tanto o desenvolvimento da elaboração de modelos mentais como seu produto final, qual seja, o modelo elaborado. O foco desta pesquisa está no resultado final, no modelo mental vigente correspondente a determinadas dimensões, e não no seu processo de construção. Contudo, vale ressaltar que estes modelos estão em constante processo de elaboração, visando a sua contínua adequação ao ambiente e à solução de problemas enfrentados pelos indivíduos que o compartilham, logo tendem a retratar características conjunturais.

A partir das relações de mútua influência entre as estruturas, as normas e os indivíduos, examina-se o aparato normativo que rege o funcionamento das Comissões Permanentes do Senado Federal brasileiro, no que diz respeito a sua atividade política e administrativa, observando a Constituição Federal de 1988, o Regimento Interno do Senado Federal e o Regulamento Administrativo. As três dimensões desta pesquisa, quais sejam, o Senado, as Comissões Permanentes e a burocracia legislativa, serão os direcionadores do olhar.

2.3 – Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 foi promulgada após vinte anos de período autoritário. Nos seus também vinte anos de vigência sofreu 57 emendas, algumas delas (ECR 2-1994; ECR 6-1994; EC 18-1998; EC 19-1998; EC 20-1998; EC 23-1999; EC 32-2001; EC 35-2001; EC 41-2003; EC 42-2003; EC 45-2004; e EC 50-2006) referentes ao Poder Legislativo. A Constituição consiste em texto legal de ampla publicação e fácil acesso, estando disponível inclusive em sítios oficiais na internet.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. As atribuições de cada uma das Casas, as prerrogativas e deveres dos parlamentares, as disposições sobre as reuniões, sobre as comissões e sobre o processo legislativo encontram-se no Título IV – Da Organização dos Poderes, no Capítulo I – Do Poder Legislativo, dos artigos 44 ao 69.

Diferentemente da Câmara dos Deputados, composta de representantes do povo, o Senado é formado por três representantes de cada um dos estados e do Distrito Federal, eleitos com dois suplentes, pelo princípio majoritário para mandato de oito anos. A renovação da Casa se dá de quatro em quatro anos, por um ou dois terços alternadamente. A longa duração do mandato somada à renovação ponderada conferem mais estabilidade à Casa, o que vai ao encontro do seu papel de Revisora.

Quanto à primeira dimensão a ser observada, a Constituição Federal, na Seção IV, artigo 52, apresenta as competências privativas do Senado. Estas incluem a atribuição de processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, aprovar a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal, elaborar seu regimento interno; dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. Observa-se que a organização interna é assunto *interna corporis*, devendo ser disciplinado pelo próprio Senado. Esse aspecto é especialmente relevante quando do exame do Regulamento Administrativo.

De forma lacônica, as Comissões possuem seu funcionamento disciplinado no artigo 58 da Constituição Federal, que aponta suas principais funções legislativas e algumas questões administrativas, como a proporcionalidade partidária dos membros da Mesa e a competência para votar terminativamente projetos de lei que dispensem a

manifestação do plenário. Questões mais específicas pertencem ao escopo do Regimento Interno, visto posteriormente.

A Constituição apresenta os direitos políticos no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais – e trata dos membros do Legislativo e do Executivo nos capítulos dedicados a esses Poderes. As prerrogativas e deveres dos Senadores e Deputados se encontram arroladas a partir do artigo 53, cujo caput afirma que os parlamentares são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Dispõe-se que os parlamentares não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. Inclusive, no oitavo parágrafo, tem-se que as imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. Essa proteção aos parlamentares não encontra paralelo para os funcionários, para os quais não há prerrogativas no Regimento Interno nem no Regulamento Administrativo.

Quanto aos servidores dessa Casa Legislativa, não são mencionados na Constituição, até pela natureza daquele documento. Isso decorre do fato de que cabe à Constituição o papel de ordenar as grandes estruturas do Estado, transferindo para a esfera legal a regulamentação específica das dimensões das Comissões e o papel dos diversos servidores.

2.4 – Regimento Interno

O Regimento Interno do Senado Federal é fruto da Resolução nº 93, de 1970. Como a resolução é anterior à Constituição Federal, o Regimento foi reeditado em conformidade com a Resolução nº 18, de 1989 e sua última versão consolida a legislação posterior, até 2006, decorrente de alterações como emendas à Constituição, leis ordinárias e outras resoluções. O documento encontra-se disponível na internet, além de se vendido a preço de custo (R\$ 10,00 na Gráfica do Senado) e de haver exemplares disponíveis em sua biblioteca.

Como o Regimento Interno é justamente a norma que especifica o funcionamento do Senado, torna-se difícil definir objetivamente essa Casa, pois seu conceito encontra-se esmiuçado em todo o corpo daquele texto. Mesmo sabendo que o todo ultrapassa a soma das partes, observa-se que o Senado possui partes constitutivas bastante relevantes e específicas, tanto que são indicadas sob a forma dos títulos em que se organiza o Regimento Interno. Em outras palavras, do todo formado pelo Senado, algumas partes específicas mereceram ser nomeadas e ter seu funcionamento discriminado. Ao todo são 15 títulos, discriminados da seguinte forma: Do funcionamento; Dos Senadores; Da Mesa; Dos blocos parlamentares, da maioria, da minoria e das lideranças; Da representação externa; Das Comissões; Das Sessões; Das proposições; Das proposições sujeitas a disposições especiais; Das atribuições privativas; Da convocação e do comparecimento de Ministro de Estado; Da alteração ou reforma do Regimento Interno; Da questão de ordem; Dos documentos recebidos; e Dos princípios gerais do processo legislativo. Percebe-se que o Regimento atenta para fatores bastante específicos que provavelmente seriam ignorados pelo grande público.

As Comissões, integrantes da dimensão Senado, são objeto de ampla normatização no Regimento Interno. No Título VI – Das Comissões – há catorze capítulos que, além de definirem suas competências, estabelecem sua composição, organização, direção, substituições, suplências, reuniões, prazos, emendas, relatores, relatórios, pareceres, diligências e a forma de apreciação de documentos.

O Senado Federal possui Comissões Permanentes e Temporárias. Estas últimas podem ser de três naturezas: internas (para finalidade específica), externas (destinadas a representar o Senado em atos públicos), ou parlamentares de inquérito; a extinção destas se dá ou pela conclusão da finalidade ou pelo término do prazo ou da sessão legislativa ordinária. Já as Comissões Permanentes, foco da presente pesquisa, além da Comissão Diretora, são as seguintes: I – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; II – Comissão de Assuntos Sociais – CAS; III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; IV – Comissão de Educação – CE; V – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; VI – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH; VII – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE; VIII – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI; IX – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR; X – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; e XI – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. As

Comissões Permanentes podem criar subcomissões permanentes ou temporárias, até o máximo de quatro.

Cada senador pode integrar até três comissões como titular e três como suplente. Os membros das comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos líderes, buscando manter-se a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares, fixadas à data da diplomação. O lugar do parlamentar na Comissão pertence ao partido, competindo ao líder solicitar a substituição a qualquer tempo. A quantidade de membros das comissões é estabelecida pelo Regimento, atentando que cada comissão possui igual número de suplentes. O controle partidário da participação nas Comissões possibilita alterações rápidas, capazes de atender a demandas políticas conjunturais.

O Presidente e Vice-Presidente da Comissão são eleitos no início das sessões legislativas, em escrutínio secreto. A função do Presidente é crucial para o funcionamento da Comissão, pois a ele cabe, entre outras atribuições, o ordenamento e direção dos trabalhos, incluindo tarefas como designar os relatores para as matérias, fixar a composição das subcomissões, resolver as questões de ordem, desempatar as votações quando ostensivas e ser o elemento de comunicação entre a comissão e demais órgãos como a Mesa, as outras comissões e suas respectivas subcomissões e os líderes.

O Regimento prevê reuniões deliberativas semanais para cada Comissão, com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros. As reuniões são públicas, salvo exceções do Regimento Interno ou quando assim deliberar a Comissão.

As competências das Comissões são descritas tanto de forma geral para todas as comissões, como de forma específica, de acordo com sua natureza temática. O escopo de ação das comissões é largo, incluindo atribuições além das descritas na Constituição Federal. Segundo o artigo noventa do Regimento, às Comissões compete:

I – discutir e votar projeto de lei nos termos do art. 91 (Const., art. 58, § 2º);

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil (Const., art. 58, § 2o, II);

III – convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições e ouvir os Ministros quando no exercício da faculdade prevista no art. 50, § 1o, da Constituição (Const., arts. 50 e 58, § 2o, III);

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas (Const., art. 58, § 2o, VI);

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão (Const., art. 58, § 2o, V);

VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer (Const., art. 58, § 2o, VI);

VII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (Const., art. 49, V);

VIII – acompanhar junto ao Governo a elaboração da proposta orçamentária, bem como sua execução;

IX – acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência;

X – exercer a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e quanto às questões relativas à competência privativa do Senado (Const., arts. 49, X, e 52, V a IX);

XI – estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições do Senado, propondo as medidas legislativas cabíveis;

XII – opinar sobre o mérito das proposições submetidas ao seu exame, emitindo o respectivo parecer;

XIII – realizar diligência.

Parágrafo único. Ao depoimento de testemunhas e autoridades aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Processo Civil.

Nota-se que algumas alçadas elencadas no artigo noventa são colocadas de forma vaga, ou seja, possibilitam a tomada de algumas atitudes, mas não determinam a forma como devem ser tomadas ou mesmo se devem ser efetivadas, cabendo então a decisão à discricionariedade dos senadores, comumente relacionada a questões de conveniência política. É o caso do inciso XI, que afirma que cabe às comissões “estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições do Senado, propondo as medidas legislativas cabíveis”. Desta forma, estabelece-se uma ampla margem de ação para os senadores, dentro da qual navegam com liberdade.

Por exemplo, tem-se no artigo 96 do Regimento Interno que cabe às comissões receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública sobre assunto de sua competência. Mais à frente no artigo 143, afirma-se que, quando a comissão julgar que a petição, representação ou

qualquer outro documento que não deva ter andamento, poderá, por proposta de qualquer de seus membros, solicitar seu arquivamento.

Ressalte-se que as discussões e votações em comissão dispensam a atuação do Plenário em alguns casos, como nos projetos de lei ordinária de autoria de Senador, (ressalvado projeto de código) e projetos de resolução que versem sobre a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. O Presidente do Senado, com aval das lideranças, poderá conferir às comissões competência para apreciar, terminativamente, matérias como: tratados ou acordos internacionais, autorização para a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas, projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa, dentre outros. Trata-se de uma nova interpretação dada ao Regimento Interno, com o propósito de conferir celeridade ao processo legislativo e amparado no fato de que, em última instância, os recursos sempre são feitos ao Plenário, órgão deliberativo máximo do Senado.

Tanto quanto possível, a tramitação de projetos e demais proposições obedece aos mesmos prazos, ritos e formalidades exigidos para as matérias submetidas à apreciação do Plenário do Senado.

Sobre os políticos, o Título II é inteiramente dedicado aos Senadores. Conforme a natureza do documento, são disciplinados aspectos do cotidiano do parlamentar em relação à Casa. Fatores relativos à posse, às vagas, ao exercício da função, aos assentamentos, à remuneração, ao uso da palavra, às vedações, às medidas disciplinares, à convocação de suplente, às licenças e ausências, à suspensão de imunidades, ou seja, às diversas situações administrativas e políticas que os parlamentares vivenciam no cotidiano de trabalho são regulamentados pelo Regimento. Há um título inteiro dedicado aos blocos parlamentares da maioria, da minoria e das lideranças, no qual são apresentados os requisitos de sua formação, a obrigação de ter um líder e as obrigações e prerrogativas dos líderes. Ao contrário da Constituição, não são disciplinadas prerrogativas ou deveres dos senadores (no máximo são citadas fazendo referência ao artigo constitucional), apenas se normatiza como e em que medida essas prerrogativas serão exercitadas no fazer legislativo.

A terceira dimensão, sobre os funcionários do Senado, também é abordada de forma rápida pelo Regimento. Sobre o trabalho interno, não parlamentar, apenas um artigo do Regimento Interno, no Título VI – Das Comissões, é dedicado ao papel dos Secretários das Comissões. Objetivamente, afirma-se:

Art. 114. As comissões permanentes e temporárias serão secretariadas por servidores da Secretaria do Senado e terão assessoramento próprio, constituído de até três assessores, designados pelo respectivo Presidente, ouvida a Consultoria Legislativa ou a de Orçamentos, conforme o caso.

Parágrafo único. Ao secretário da comissão compete:

I – redigir as atas;

II – organizar a pauta do dia e do protocolo dos trabalhos com o seu andamento;

III – manter atualizados os registros necessários ao controle de designação de relatores.

Trata-se de uma das três vezes em que o termo “servidor” aparece no Regimento Interno e a única na qual “Secretário” refere-se ao funcionário das Comissões e não a um dos membros da Mesa Diretora da Casa. Nota-se que o Regimento é bastante descritivo quanto ao processo legislativo, à organização da Casa e às atividades dos Senadores, mas explicita pouco sobre a atividade funcional interna da Casa, ou melhor, as tarefas a serem desempenhadas pelos servidores. Essa normatização cabe ao Regulamento Administrativo, que passa a ser apreciado.

2.5 – Regulamento Administrativo

O Senado Federal possui uma esfera política e outra administrativa. A parte política compreende o processo legislativo e a atuação dos parlamentares, organizados pelos dois conjuntos de regras vistas acima. Já a parte administrativa diz respeito ao ordenamento interno do Senado Federal, ou seja, o comportamento dos funcionários e a organização da estrutura funcional.

O Regulamento Administrativo do Senado Federal rege a organização e o funcionamento dos serviços administrativos, as condições de provimento e vacância dos cargos e funções e suas respectivas competências, além de disciplinar e indicar o regime jurídico dos servidores do Senado Federal. Sua criação foi aprovada pela Resolução nº 58,

de 1972 e, desde então, recebeu alterações necessárias à sua adaptação às mudanças da legislação ordinária. Seu artigo primeiro afirma ser ele parte integrante do Regimento Interno do Senado Federal que, por sua vez, estabelece, no artigo 402, a obrigatoriedade da consolidação das modificações que lhe forem feitas ao final de cada legislatura. Todavia, o Regimento, em sua versão impressa, apenas apresenta poucos artigos soltos do Regulamento, cuja última consolidação foi realizada pela Resolução 09, de 1997, que incorpora as alterações ocorridas até o dia 07 de março de 1996. Algumas resoluções foram promulgadas desde então, acarretando correções e reedições que fizeram com que seu conteúdo se tornasse disperso. Não existe no presente momento o Regulamento Administrativo atualizado e consolidado e, talvez por isso, o Regimento não contenha o Regulamento.

A procura por esse aparato normativo se mostrou um curioso divisor de águas da pesquisa. Neste ponto, o trabalho de campo foi crucial e especialmente interessante. Enquanto a Constituição Federal e o Regimento Interno foram facilmente encontrados, uma vez que ambos possuem diversas publicações e estão disponíveis na internet, o mesmo não se deu com o Regulamento Administrativo. A obtenção do documento se mostrou dificultosa e teve como obstáculos diversos fatores, que incluíram desde a falta de conhecimento interno sobre sua existência até dificuldades institucionais de publicação e atualização do seu texto.

A indisponibilidade do documento por canais oficiais e a desatenção desta demanda por canais institucionais tornaram necessária a realização de diversas visitas ao Senado Federal, onde alguns contatos pessoais viabilizaram informações mais precisas e, principalmente, indicaram os possíveis caminhos a serem percorridos.

A Resolução nº 09, de 1997 – última consolidação do Regulamento Administrativo – foi gentilmente cedida pela Secretária Geral da Mesa. Esse órgão ocupa posição central no processo legislativo e sua competência inclui assessorar a Mesa no desempenho de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, secretariando suas reuniões, coordenando as unidades administrativas que lhe estão afetas e as atividades relacionadas à tramitação das proposições e ao provimento das informações pertinentes à tramitação das matérias legislativas. Após essa Resolução de 1997, algumas modificações foram realizadas, de forma que não existe uma versão final consolidada do texto.

Entretanto, existe hoje (dezembro de 2008) em funcionamento uma comissão coordenada pela Secretaria de Recursos Humanos com o objetivo de consolidar as alterações efetuadas no Regulamento Administrativo promulgadas até 25 de abril de 2007. O trabalho da comissão já se encerrou, mas o texto final está na Gráfica do Senado para correções finais e publicação.

A dimensão “Senado” neste texto apresenta-se de forma muito distinta das anteriores. Dada a natureza do documento, o Senado é visto a partir de sua estrutura interna, ou seja, parte-se da estrutura, da competência e do funcionamento dos órgãos, do regulamento e atribuições dos cargos e funções. Em outras palavras, a Casa é abordada de forma administrativa e não política. Segundo o Regulamento, o Senado possui a seguinte estrutura:

O Senado Federal tem a seguinte estrutura básica:

I – Comissão Diretora;

II – Gabinetes dos Senadores e Lideranças;

III – Órgãos de Assessoramento Superior;

IV – Órgão Central de Coordenação e Execução;

V – Órgão Supervisionado;

VI – Centro de Integração de Estudos do Legislativo;¹

VII – Órgãos de Assessoramento Especial da Presidência do Senado Federal.²

As Comissões, no Regulamento Administrativo, podem ser apontadas a partir desta “estrutura básica” do Senado, pois se encontram dentro dos órgãos de assessoramento superior, quais sejam:

São Órgãos de Assessoramento Superior:

I – Secretaria-Geral da Mesa;

II – Consultoria Legislativa;

III – Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle;

¹ Inciso inserido em decorrência do disposto no Ato da C. Diretora nº 27/2004, convalidado pela Resolução nº 1, de 22/02/2005.

² Inciso inserido em decorrência do disposto no Ato da C. Diretora nº 8/2005.

- IV – Advocacia do Senado Federal;
- V – Secretaria Especial de Comunicação Social;³
- VI – Secretaria de Controle Interno;
- VII – Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa;
- VIII – Cerimonial da Presidência.

E na Secretaria Geral da Mesa tem-se:

- São órgãos da Secretaria-Geral da Mesa:⁴
- I – Gabinete;
 - II – Assessoria Técnica;
 - III – Serviço de Protocolo Legislativo;
 - IV – Serviço de Sinopse;
 - V – Serviço de Distribuição de Avulsos e Apoio ao Plenário;
 - VI – Serviço de Redação;
 - VII – Subsecretaria de Administração;
 - VIII – Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento;⁵
 - IX – Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal;
 - X – Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional;
 - XI – Secretaria de Comissões;⁶
 - XII – Secretaria de Taquigrafia;
 - XIII – Secretaria de Ata;
 - XIV – Secretaria de Expediente

³ Nome do Órgão alterado em decorrência do disposto no Ato da C. Diretora nº 2/2005, convalidado pela Resolução nº 1, de 22/02/2005.

⁴ Vide o Ato da C. Diretora nº 7/2006.

⁵ Estrutura alterada em decorrência do disposto no Ato da C. Diretora nº 19/2002, convalidado pela Resolução nº 1, de 22/02/2005.

⁶ Vide o Ato da C. Diretora nº 16/2004, convalidado pela Resolução nº 1, de 22/02/2005.

Finalmente, a Secretaria de Comissões tem como órgãos o Gabinete, a Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas, a Subsecretaria de Apoio a Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito e a Subsecretaria de Apoio a Comissões Permanentes. A esta, dentro da qual se inserem as Comissões, compete: submeter a despacho dos Presidentes das Comissões as proposições e os documentos recebidos; receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores as matérias e as emendas; organizar a pauta das reuniões, segundo orientação do respectivo Presidente; preparar a correspondência e as atas das Comissões; controlar os prazos das proposições em tramitação nas Comissões; prestar as informações necessárias aos membros das Comissões; alimentar o sistema de informações; e executar outras atividades correlatas.

Nota-se que as Comissões se inserem em uma estrutura bastante hierarquizada e possuem competências claramente definidas.

Dado o caráter do Regulamento Administrativo, voltado para o funcionamento e administração internos da Casa, não há normatização relativa aos parlamentares. Apenas os órgãos responsáveis pelo seu assessoramento e serviços técnicos, como a consultoria, os gabinetes, as lideranças e demais áreas técnicas e administrativas são objeto de normatização. Aos gabinetes e lideranças cabe:

Aos gabinetes dos senadores e lideranças compete assessorar diretamente o titular na atividade legislativa, parlamentar, fiscalizadora, política e de comunicação social, bem como providenciar o suporte administrativo e logístico necessário à sua atuação.

Por fim, parte do Regulamento Administrativo fixa a nomenclatura e os quantitativos dos cargos de provimento efetivo e em comissão e das funções comissionadas existentes no Senado Federal, bem como estabelece as atribuições dos respectivos titulares e indica sua lotação. Como nesta pesquisa o foco são os Secretários e Secretários Adjuntos das Comissões Permanentes, apenas suas atribuições são apontadas.

Em entrevista, a Sra. Claudia Lyra, Secretária Geral da Mesa, ressaltou a similaridade entre suas atribuições funcionais e a dos Secretários das Comissões. Segundo ela, os Secretários desempenham nas Comissões o mesmo papel que ela no Plenário. Com enorme facilidade a Secretária listou as atribuições dos Secretários, apresentando detalhes de suas atribuições cotidianas. O Regulamento Administrativo, em seu Título III – Das

atribuições dos Titulares de Cargo em Comissão ou de Função Comissionada, discrimina quais seriam essas atribuições:

Ao Secretário de Comissão compete submeter ao despacho dos Presidentes das Comissões as proposições e os documentos recebidos; receber, processar e encaminhar, aos respectivos relatores, matérias e emendas; organizar a pauta de reuniões; preparar e encaminhar convocação; preparar a correspondência e as atas das reuniões; controlar os prazos das proposições em tramitação nas Comissões; prestar as informações necessárias aos membros das Comissões, imprensa e outros órgãos interessados; fiscalizar a execução das tarefas compreendidas nas linhas de sua competência administrativa; manter informado o diretor a que estiver subordinado sobre as atividades desenvolvidas; decidir sobre problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados; assistir os Presidentes e demais membros das Comissões nas reuniões plenárias dos órgãos ou a qualquer momento que for solicitado; e desempenhar atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Curiosamente, nas Disposições Gerais e Transitórias do Regulamento, lê-se:

As atribuições dos cargos e funções fixadas neste Regulamento poderão ser objeto de especificação por ato da Comissão Diretora.

O interessante é que mesmo com as atribuições previstas, a Comissão Diretora do Senado pode alterar competências. Essa medida pode ser justificada pela incapacidade do legislador prever todas as futuras situações a que a lei será aplicada, o que inclui alterações decorrentes de situações políticas conflitantes.

O Regulamento Administrativo e o Regimento Interno não disciplinam a atuação do Secretário Adjunto. Sua figura apenas aparece nos anexos que discriminam as funções comissionadas (FCs), ou seja, as gratificações por desempenho de função. Os Secretários e Adjuntos recebem a mesma gratificação (FC,-8), no valor de R\$ 5.396,43. Ao Adjunto cabem exclusivamente, segundo a Secretária Geral da Mesa, funções de substituição e auxílio ao Secretário de Comissão. Entre as comissões permanentes, cinco não possuem Secretários Adjuntos.

Na Subsecretaria de Apoio as Comissões permanentes, tem-se 45 funções comissionadas assim distribuídas: uma para o Diretor da Subsecretaria, 11 para Secretários de Comissão, 11 para Secretários de Comissão Adjuntos e 22 para Assistentes Técnicos.

2.6 – Histórico dos funcionários do Senado

Os contratempos em torno da obtenção do Regulamento Administrativo em oposição ao aparente clima de tranquilidade na execução das atividades funcionais dos Secretários e Adjuntos conduziram à pesquisa sobre o histórico da burocracia legislativa, partindo do pressuposto de que o processo de institucionalização da atividade funcional e dos funcionários poderia elucidar as atuais configurações.

A teoria institucionalista sustenta que as instituições aprendem através da acumulação de experiência no decorrer do tempo. Os resultados e influências do passado se refletem nos procedimentos operacionais, nas normas profissionais e afins (MARCH & OSLEN, 1984). Já o neo-institucionalismo compreende a dependência de trajetória como algo além da evolução das instituições via processo incremental, pelo qual as restrições e incentivos de ontem providenciam as possibilidades de hoje. A matriz institucional abrange uma interdependente rede de instituições cujo processo de desenvolvimento se dá de forma interligada (DENZAU & NORTH, 1994).

Isto ocorre porque o desenvolvimento humano, para Denzau & North (1994), é composto por várias formas de aprendizado indireto, também denominado de aprendizado cultural. A cultura é o conjunto de experiências das gerações passadas de certo grupo social. Promove certa homogeneização de algumas dimensões básicas entre pessoas do mesmo grupo social, a qual se dissipa por toda a realidade social. Para os autores “The presence of learning creates path-dependence in ideas, ideologies and then in institutions” (DENZAU & NORTH, 1994, p. 15).

A herança cultural seria tanto responsável como consequência da homogeneização dos modelos mentais, os quais transferem percepções unificadas através de gerações. Sobre a forma como a cognição e as instituições se desenvolveriam, os autores acrescentam que “Both usually evolve incrementally but the latter, institutions, clearly are a reflection of the evolving mental models” (DENZAU & NORTH, 1994, p. 12). Isto se dá, segundo Mantzavinos, North e Shariq (2004), dada a dimensão cognitiva do aprendizado. Para eles, a dependência de trajetória existe porque os modelos mentais compartilhados em um momento t2 são formados com base nos modelos mentais compartilhados em t1.

Desta forma, para compreender como os Secretários e os Adjuntos das Comissões Permanentes podem ter suas atribuições consolidadas mesmo na ausência de um ordenamento claramente identificado, mostra-se interessante retomar o processo de consolidação do corpo administrativo do Senado como um todo, visando a estabelecer relações entre o momento político e as atividades principais a serem desempenhadas pelos servidores.

Tal contextualização é realizada por Abdo Baaklini em sua obra “O Congresso e o Sistema Político do Brasil” (1993), na qual analisa o papel desempenhado pelo Congresso Nacional durante a ditadura militar. Baaklini argumenta que o desenvolvimento do corpo de servidores do legislativo pode ser dividido em quatro momentos distintos, quais sejam, o período competitivo (1946 a 1960), o do bem-estar (1960 a 1970), o institucional (1970 a 1985), e o período político (1985 a 1988).

Durante o Império e a República Velha, a demanda pelo trabalho dos funcionários do Congresso se restringia ao registro das atas das sessões, por isso havia poucos servidores em turnos parciais. Contudo, já havia um interesse diferenciado quanto ao trato dos funcionários públicos nas questões sociais, uma vez que representavam a administração pública e era necessário melhorar suas condições sociais quanto à jornada de trabalho, salários e aposentadoria.

Dos projetos de lei apresentados à Câmara dos Deputados entre 1904 e 1914, 31,4% tratavam de assuntos individuais dos funcionários do Estado, como férias, pensões e licenças. Como pressupunham situações específicas, essas concessões de benefícios eram tratadas caso a caso. Já assuntos mais gerais do funcionalismo público, como vencimentos e regras, foram responsáveis por 16,5% dos projetos apresentados. Juntos, os temas do trabalhador do Estado obtiveram a atenção de 47,9% dos projetos de lei no período. As discussões parlamentares sobre a regulamentação da questão social, em grande parte vistas como a ausência de normas trabalhistas, por mais que não tenham resultado em consolidada legislação social e trabalhista, são politicamente relevantes, pois formalizam a visão da elite parlamentar brasileira sobre o processo de articulação entre Estado e sociedade:

Em outras palavras, a noção de trabalho como um elemento integrante da questão social no país, para as elites parlamentares brasileiras, se esboça também na perspectiva de viabilizar condições de vida para esses trabalhadores

que não estavam diretamente ligados ao setor privado (RANINCHESKI, 2004, p. 137).

Após 1946, início do primeiro período indicado por Baaklini, começa a se desenvolver um corpo estável de funcionários do legislativo, devido ao estabelecimento de um Congresso forte e às reformas do serviço público iniciadas com Vargas, em 1938. Nessa época, o Congresso contava com poucas centenas de empregados, a maior parte contratada sem concurso público e encarregada de serviços de secretaria, administrativos ou de manutenção. Poucos funcionários se ocupavam diretamente do processo legislativo, de forma que aos parlamentares cabia a tarefa (BAAKLINI, 1993).

O segundo período, do bem-estar, começa com a transferência do parlamento para Brasília e é marcado por um novo padrão de funcionalismo. Como Brasília era uma cidade com poucos atrativos, o Congresso oferecia aos seus membros e funcionários um “pacote de bem estar” que incluía moradia, manutenção e conservação de instalações, serviços médicos e de transporte, clubes, dentre outros. Para cada serviço oferecido era criada uma unidade de funcionários para administrá-lo, de forma que, em uma década, o número de funcionários saltou das centenas para os milhares e a maior parte deles não tinha nenhuma relação com as atividades legislativas (BAAKLINI, 1993).

O período institucional, terceiro deles, é o mais importante em termos do desenvolvimento do funcionalismo legislativo. Procurou-se adequar a burocracia às prescrições da Reforma Administrativa de 1967, com a preocupação de conferir ao Legislativo capacidade institucional para processar as informações recebidas do Executivo. Foi dado treinamento aos funcionários em diversas áreas gerenciais e legislativas e algumas unidades importantes foram criadas e/ou fortalecidas, como ocorreu com a Secretaria Geral da Mesa. Criaram-se subsecretarias de monitoramento e coordenação das propostas legislativas, ampliaram-se as bibliotecas e o número de funcionários especializados em referências, pesquisa e informação (BAAKLINI, 1993).

Por fim, o período político, entre 1985 e 1988, compreende a volta à democracia e a competição partidária aberta. Surge a necessidade de funcionários a serviço dos partidos e dos parlamentares individualmente. Logo, a disputa entre blocos partidários deu-se pelo controle do corpo central de funcionários. Outra demanda política do período referia-se à vontade dos parlamentares de controlar a admissão e demissão dos funcionários dos seus

gabinetes. Incentiva-se a utilização do quadro de funcionários permanentes do Senado pela ausência de custos parlamentares para a manutenção desses (BAAKLINI, 1993).

O histórico mostra como a consolidação do corpo de funcionários do Senado ocorreu de acordo tanto com situações conjunturais como necessidades políticas. Sendo assim, a burocracia consolidou-se caminhando ao encontro das novas situações criadas a partir de novos contextos que posteriormente foram ganhando materialidade normativa. O aprendizado do grupo, a forma como os funcionários se percebiam e atuavam como atores institucionais, pareceu estar em função de uma demanda política.

2.7 – Regras e comportamentos

Uma vez que as instituições referem-se a mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais e que estas mediações podem ser tanto formais quanto informais, o corpo de funcionários do Senado pode ser compreendido tanto como grupo social como também como instituição. Logo, analisar o aparato normativo relacionado com o corpo de funcionários consiste em observar a relação entre instituições e mediações, e compreender como essas mediações coexistem no espaço e se harmonizam.

O exame do aparato normativo que rege o Senado Federal se deparou com dois momentos distintos. O primeiro se refere ao ordenamento do processo legislativo, que foi de fácil acesso por estar todo previsto na Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado, ambos documentos públicos disponíveis, inclusive, pela internet. O segundo momento concentrou-se na procura pelo Regulamento Administrativo, que ordena a estrutura interna e as competências dos funcionários, quando a pesquisa se deparou com curiosos aspectos.

O Regulamento Administrativo é ainda um normativo de pouco conhecimento dos funcionários. Mesmo os funcionários em lugares-chave, como os consultores e analistas legislativos, muitos lotados em postos hierárquicos altos, como na Presidência ou em Secretarias de Comissão, desconhecem a integridade do texto – quando não sua própria existência. Durante a busca, notou-se que a antiguidade no cargo parece não significar familiaridade com este corpo normativo. Os obstáculos encontrados derivavam tanto da ausência de um texto consolidado como do desconhecimento sobre seu teor. Ressalte-se

que, mesmo sendo norma *interna corporis*, o Regulamento é documento oficial de caráter público, portanto, esperava-se encontrar maior acessibilidade e publicidade.

O Senado parece possuir um ordenamento interno muito próprio, no qual as competências e as funções a serem desempenhadas pelos funcionários são delimitadas e institucionalizadas de maneira não estritamente formal. O funcionamento da Casa é ordenado por outros textos que não o Regulamento (Constituição Federal e Regimento Interno), que organizam a atividade política sem a engessar nem levar a completa discricionariedade dos funcionários no cumprimento de suas funções.

As atividades internas do Senado Federal são regidas por uma ordem pouco material. O argumento de Motta e Bresser-Pereira (2004) de que aos funcionários burocratas são impostos padrões de comportamento parece não encaixar totalmente na realidade do Senado. Nele o padrão de comportamento é atingido, mas não pelo sistema de normas formais:

(...) um sistema altamente formalizado e elaborado de normas, prevendo, às vezes em minúcias, o comportamento que se espera dos indivíduos, e a existência entre essas normas, de algumas que estabelecem os meios de controle e coerção á disposição dos superiores possibilitam às organizações aquela imposição de um padrão de comportamento aos funcionários (MOTTA E BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 48).

Neste contexto, parece encaixar bem o conceito da teoria institucional de modelos mentais compartilhados, os quais resultam do processo de aprendizado coletivo e da contínua comunicação entre membros do grupo, consistindo em estruturas comuns de interpretação da realidade. Prefere-se a utilização do conceito de modelos mentais compartilhados e não instituições informais uma vez que a pesquisa se ateu à organização das comissões permanentes, logo qualquer generalização ultrapassaria o escopo observado.

A consolidação do ordenamento é alcançada de outras formas, principalmente pelo aprendizado coletivo temporal. O fato de os Secretários serem indicados pela Subsecretaria de Apoio as Comissões Permanentes, nomeados pela Secretaria de Comissões, mas terem sua lotação aquiescida pelo senador Presidente da Comissão indica uma série de aprovações tácitas que raramente são desfeitas pelo Presidente. O processo de aprendizado do funcionário só não será reconhecido se algum interesse político maior se fizer presente.

Há duas formas de organização do funcionamento interno do legislativo brasileiro: uma concreta, explícita nas leis, e outra tácita, socialmente aprendida, fluida. A coexistência de ambas parece não desestabilizar o funcionamento da Casa, nem bloquear a agenda política, mas, ao contrário, permite uma convivência minimamente harmônica. A coexistência entre a lógica jurídica e a política, aquela presente e especificada nas leis, esta um pouco mais fluida, acarreta a criação de um espaço intermediário de acomodação de interesses diversos. Essa convivência caminha ao encontro da natureza do Senado – casa política – num Estado democrático de direito, no qual as regras asseguram o ordenamento social, mantendo-se a segurança jurídica.

O comportamento deve ser organizado de tal forma que permita sua alteração pelos interesses do poder. Logo, o espaço dado aos comportamentos institucionalizados informalmente está em consonância com a confluência que deve existir entre a ação e os interesses políticos, os quais caminham com as conjunturas e demandam a possibilidade de modificação da ação. A estrutura normativa do Senado parece abarcar essas necessidades, representados pela normatização que não engessa, pela organização verdadeiramente tácita, pelos limites que são socialmente aprendidos.

O convívio social não apenas ensina limites, mas promove uma socialização que paulatinamente consolida valores, crenças e ideias comuns. Consolidados, esses aspectos apresentam-se como representações, pois correspondem a certa homogeneidade cognitiva que acarreta regularidades comportamentais. A natureza das representações e seu possível diálogo com a teoria institucionalista é o foco do próximo capítulo.

3 – Representações: entre a coletividade e o indivíduo

A realidade social corresponde a um todo complexo, cuja inteira percepção de suas partes constituintes é impossível para o homem. A necessidade de compreensão leva a repartição da realidade, gerando formas distintas de ver, entender e valorar o todo. Estas diferentes visões são socialmente construídas e compõem o plano simbólico, que explica, interpreta e consolida esta mesma realidade. O plano simbólico não é apenas reflexo, mas parte integrante da realidade social (PINHERO FILHO, 2004). O propósito desse capítulo é demonstrar como os modelos mentais, nova categoria da abordagem neo-institucionalista, se relacionam com as representações sociais, categoria clássica da análise sociológica. Para tanto, analisa-se o conceito e o desenvolvimento histórico das representações, elucidando que fazem o elo entre a dimensão institucional e coletiva e a dimensão pessoal e social. A linha mestra dos estudos das representações sociais consiste na interligação entre processos sociais e formas psicológicas (DUVEEN, 2007).

Como visto no capítulo anterior, os modelos mentais surgem dentro da teoria institucionalista como forma de superar a caixa preta da racionalidade. São definidos como estruturas cognitivas que ajudam os indivíduos a resolverem seus problemas. Em outras palavras, os modelos mentais são a “representação interna que o sistema cognitivo cria para interpretar o ambiente” (DENZAU & NORTH, 1994, p. 5). Da mesma forma, os modelos mentais compartilhados correspondem a estruturas comuns de interpretação, solucionadoras de problemas de interação social e, por isso mesmo, considerados como uma nova forma de compreensão das instituições.

O mundo social é produzido coletivamente e permanece vivo devido ao conhecimento coletivo. “A realidade da vida cotidiana é um mundo intersubjetivo, o mundo em que cada um participa junto com outros indivíduos. Essa participação inclui o compartilhar de atitudes naturais em relação ao mundo” (ALEXANDRE, 2004, p. 134). A sociedade, por meio da interação e relações pessoais, confere ao indivíduo formas de expressão de sua subjetividade. Ao compartilhá-la, o indivíduo percebe que a atitude natural é aquela legitimada pelo senso comum. A realidade da vida cotidiana apresenta-se

como a realidade por excelência, por conseguinte, demonstra ter caráter impositivo (ALEXANDRE, 2004).

As crenças, valores e ideias são os elementos que possibilitam a vida social. Estão encarnadas em estruturas específicas (como igrejas, famílias e movimentos sociais), as quais comunicam sentido e exercem coerção. “Os fenômenos e as pessoas com que nos lidamos no dia-a-dia não são, geralmente, um material bruto, mas são os **produtos**, ou corporificações, de uma coletividade, de uma instituição, etc.” (MOSCOVICI, 2007, p. 90, grifo meu). Nesse sentido, afirma, ainda, que os indivíduos não são totalmente independentes, ou seja, “Inseparáveis de seu meio (...) eles são moldados por regras e normas em relação às quais eles se definem” (MOSCOVICI, 2007, p. 262).

Assim como a parte simbólica faz parte da realidade, o modo como os indivíduos se inserem na sociedade influencia a forma como veem essa mesma realidade. O recorte dessa análise, o corpo de servidores das Comissões Permanentes do Senado Federal, é um produto da instituição legislativa – a qual resulta da interação de outras instituições, como a Constituição Federal, o Regimento Interno e o Regulamento Administrativo, vistos no capítulo anterior – e possui um imaginário próprio, que é o objeto de investigação da presente pesquisa.

Para analisar as representações desse grupo, numa perspectiva multidisciplinar, faz-se uma revisão do que seriam as representações, enfatizando sua construção teórica, principais autores e aspectos metodológicos. Um dos grandes estudiosos da matéria, Serge Moscovici argumenta que o conceito de representações tem sua gênese na Sociologia e na Antropologia, por meio de Durkheim e Lévy-Bruhl, respectivamente. Sendo assim, o capítulo organiza-se da seguinte forma: retoma-se o conceito de representação em Durkheim, um dos primeiros autores a ressaltar sua relevância na realidade social. Posteriormente, enfatiza-se a contribuição de Lévy-Bruhl na compreensão das representações, examinando como o autor as alia aos elementos emocionais. Apresenta-se então o conceito de representações sociais pela perspectiva da psicologia social, com especial ênfase na contribuição de Moscovici. Apontam-se alguns aspectos metodológicos envolvendo a pesquisa em representações sociais. Por fim, atenta-se para a ideia das representações como elo entre os indivíduos e a sociedade, aspecto bastante próximo do conceito de instituições.

3.1 – A contribuição de Durkheim

O conhecimento social, em suas fases iniciais de estruturação, segregou de forma simples o estudo do indivíduo e da sociedade, atribuindo o primeiro à Psicologia e o segundo à Sociologia. Contudo, o relacionamento entre esses campos do conhecimento apresenta algumas áreas cinzentas, que hoje contam com a contribuição de diversas disciplinas, constituindo verdadeiro campo multidimensional (ALEXANDRE, 2004). As representações e as formas de cognição humana como processos socialmente determinados podem ser apontadas como exemplo de temas que pertencem a esta área cinzenta do conhecimento humano. Ambos foram bastante desenvolvidos pela Escola Francesa, que contou com nomes como Émile Durkheim e Lucien Lévy-Bruhl.

Durkheim nasceu em 1858, em uma família de rabinos. Desenvolveu a maior parte de seus estudos na França, principalmente em Paris, onde morreu em 1917, no fim da primeira Guerra Mundial. Foi um dos construtores da Sociologia como ciência, lecionou em diversas universidades e aprofundou seus estudos nas obras de Spencer e Espinas. A influência deste inspirou Durkheim a desenvolver uma de suas principais ideias, a da consciência coletiva. Para ele, a sociedade era um fato *sui generis*, irreduzível a outros, com caracteres próprios que não se reencontram, sendo, por isso, incapazes de reproduzir duas sociedades iguais. Como fato em si, a sociedade possuía uma consciência, composta pelo seu sistema de representações coletivas, como, por exemplo, a linguagem ou um conjunto de práticas coletivas. O seu conteúdo seria totalmente diferente das representações individuais. A consciência coletiva seria a forma mais elaborada de vida psíquica, correspondendo à consciência de consciências. Como enfatiza Durkheim:

Apenas porque a sociedade existe, também existe, fora das sensações e das imagens individuais, todo um sistema de representações coletivas que gozam de propriedades maravilhosas. Por elas os homens se compreendem, as inteligências penetram umas na outras. Elas têm em si um tipo de força, de ascendência moral em virtude da qual se impõem aos espíritos particulares. Desde então o indivíduo se dá conta, pelo menos obscuramente, que acima de suas representações privadas existe um mundo de noções-tipos, segundo as quais ele é obrigado a regular suas ideias; entrevê todo um reino intelectual de que ele participa, mas que o ultrapassa (DURKHEIM, 1983, p. 238).

Realça, em sua obra “As Regras do Método Sociológico”, que os detalhes da vida social excedem a capacidade humana de absorção, pois lhe falta percepção suficientemente forte para captação da realidade. Por isso, representam-se os aspectos mais gerais de forma

esquemática e sumária. Para Durkheim "a vida social é toda ela feita de representações", as quais orientam as práticas correntes da vida. "Não podemos portanto pensar em pôr em dúvida a existência delas (...). Elas não apenas estão em nós, como também, sendo um produto de experiências repetidas, obtêm da repetição – e do hábito resultante – uma espécie de ascendência e de autoridade" (DURKHEIM, 1995, p. 19).

Desenvolveu o conceito ao elaborar uma teoria da religião, do pensamento mítico e da magia, pois esses fenômenos não podiam ser explicados apenas nos termos do indivíduo. Durkheim deteve-se na clássica dualidade entre indivíduo e sociedade, defendendo que a relação entre ambos poderia ser percebida comparando-se as representações individuais e coletivas. Todavia, destacou o predomínio do social sobre o coletivo, estabelecendo que as regras que ordenam a vida individual não são as mesmas que regem a vida coletiva (ALEXANDRE, 2004). Para ele, as representações, emoções e tendências coletivas não têm como ponto de partida a consciência individual e sim as condições do corpo social como um todo. Nesse sentido "(...) as naturezas individuais são apenas a matéria indeterminada que o fator social determina e transforma" (DURKHEIM, 1995, p. 108). Sozinhas, as naturezas individuais não seriam capazes de adquirir as formas definidas e complexas que caracterizam os fenômenos sociais.

É em sua obra *As formas elementares de vida religiosa* que Durkheim consagra as representações coletivas como conceito chave da análise sociológica. Diferia-as das representações individuais, objeto da psicologia. As representações consistiam em um processo de síntese que originava uma realidade nova, diferente de seus elementos constituintes e, por isso mesmo, autônoma em relação a seu substrato. Significa tudo aquilo capaz de fixar-se com maior ou menor grau de estabilidade. As representações com menor estabilidade são consideradas representações sensíveis, sujeitas a um fluxo de modificação perpétuo. Modificam-se durante toda a sua existência, pois são função do momento em que surgiram. Já as representações mais estáveis derivam do fenômeno de associação entre os homens, acarretando representações coletivas ancoradas no pensamento conceitual.

O conceito, elemento fundamental para compreensão das representações estáveis, está imune às intempéries do tempo e da obrigação, pois se encontra numa região mais serena do espírito. É uma forma cristalizada de pensar, possibilitada e expressa pela língua materna, que tem natureza contínua no tempo. O conceito é a representação impessoal através da qual as inteligências humanas se comunicam. Não trás a marca de nenhuma

inteligência particular, pois é construído por uma inteligência única, onde todas as outras se encontram e se alimentam. Caso o homem se restringisse a suas percepções individuais, em nada se distinguiria de um animal. Logo, pensar conceitualmente faz do homem um homem. (DURKHEIM, 1983).

Pensar conceitualmente ultrapassa a esfera individual e dá sentido à realidade da vida coletiva. Da mesma forma, as representações coletivas remetem a natureza supra-individual do homem, logo são comuns a todos, pois emanam da comunidade de homens e constituem mecanismos de interação no mundo (PINHERO FILHO, 2004). Esclarecendo, Durkheim afirma:

(...) se [os conceitos] são comuns a todo um grupo social, não significa que representem simples média entre as representações correspondentes, porque então seriam mais pobres que essas últimas em conteúdo intelectual, enquanto na realidade são plenos de um saber que ultrapassa o do indivíduo médio. São, não abstrações que só ganhariam realidade nas consciências particulares, mas representações tão concretas quanto aquelas que o indivíduo pode ter do seu meio social: elas correspondem à maneira pela qual esse ser especial, que é a sociedade, pensa as coisas de sua própria experiência (DURKHEIM, 1983, p. 236).

Se os conceitos se restringissem a ideias gerais pouco acrescentariam ao conhecimento. Contudo, são representações coletivas e agregam o que a coletividade acumulou de conhecimento no decorrer dos séculos (DURKHEIM, 1983). A densidade na definição do conceito é bastante útil a esta pesquisa, pois um dos fatores que se observa na parte empírica das entrevistas são alguns conceitos que as pessoas examinadas possuem de sua realidade cotidiana.

Durkheim traçou as representações coletivas como matriz da linguagem, das crenças e do conhecimento social. Consequentemente, o homem não extrai seu conhecimento da realidade, ele extrai suas categorias do pensamento da sociedade, o que produz uma mudança radical na sociologia e na antropologia subsequente (MOSCOVICI, 2007).

Durkheim entende as categorias como representações coletivas. Uma vez que as categorias expressam o conteúdo dos conceitos mais gerais, não estão ligadas a nenhum objeto nem a nenhum sujeito individual. O conjunto das categorias fundamentais forma a razão, por isso, configuram a “ossatura da inteligência”. As categorias dominam e envolvem todos os outros conceitos, constituindo “quadros permanentes da vida mental”. Investidas de autoridade, é impossível esquivar-se dessas noções fundamentais. As

categorias correspondem a ideias essenciais e, caso os indivíduos não possuíssem uma concepção homogênea mínima sobre o tempo, espaço, números, dentre outros, a vida em sociedade se tornaria inviável.

Um ínfimo conformismo lógico é condição básica para a subsistência da sociedade (DURKHEIM, 1983). As categorias estão inseridas no real, na existência coletiva, mudam com os lugares e os tempos e são capazes de se imporem ao homem. Durkheim retira do transcendente o lugar da gênese das categorias e as insere no âmbito dos fenômenos sociais (PINHERO FILHO, 2004). Logo, o conhecimento só poderia ser encontrado na vida social, a qual é condição para gênese do pensamento organizado (ALEXANDRE, 2004). Neste sentido, Durkheim afirma que:

(...) não há dúvida de que a linguagem e por conseguinte o sistema de conceitos que traduz é produto da elaboração coletiva. O que exprime é a maneira pela qual a sociedade, no seu conjunto, concebe os objetos da experiência. As noções que correspondem aos diversos elementos da língua são portanto representações coletivas (DURKHEIM, 1983).

As representações coletivas expressam a maneira como o grupo pensa sobre si mesmo e sobre sua relação com o meio. Não podem ser explicadas por fatos da psicologia individual e sim pela complexa interação social. São tanto a síntese da associação entre indivíduos como a instância que dá forma a essa síntese (DURKHEIM, 1995). A permanência e consolidação das representações seria resultado da adequação entre sua forma e seu conteúdo (PINHERO FILHO, 2004). Como colocado:

As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e seu saber. Uma intelectualidade muito particular, infinitamente mais rica e mais complexa do que a do indivíduo, está aqui, portanto, como que concentrada (DURKHEIM, 1983, p. 216)

As representações coletivas são objetivas. Seu caráter parcimonioso é necessário para sustentar as generalizações decorrentes. Como estão sujeitas a repetidos testes, pois todos os indivíduos a experimentam nas suas vidas, diversas vezes e em diversos momentos, as representações até podem fazer uso de símbolos imperfeitos, mas nunca são completamente inadequadas a seu objeto (DURKHEIM, 1983).

A significância sociológica das representações, para Durkheim, estava no seu poder de manter as sociedades coesas, conservando e preservando contra a fragmentação social. As sociedades se fragmentariam caso as pessoas estivessem unidas apenas pelo poder e por

interesses diversos. É justamente o fato de existirem ideias e valores comuns, aprendidos e transmitidos no decorrer do tempo, que a mantém unida. Um indivíduo restrito às percepções pessoais não seria diferente de um animal, pois não possuiria o senso de coletividade nem capacidade comunicativa. As representações coletivas, como formas estáveis de compreensão coletiva, seriam forças e estruturas que preservariam a coletividade da desintegração ou fragmentação, possibilitando a unificação e conservação do todo social (DUVEEN, 2007). Aí estava, para Durkheim, a grande relevância das representações coletivas.

3.2 – Lévy-Bruhl: adição do elemento emocional

Se, no âmbito da sociologia, Durkheim foi o primeiro a apontar a relevância das representações, Lévy-Bruhl, no campo da antropologia, foi um dos autores que mais desenvolveu o conceito, atribuindo-lhe características como a afetividade, que influenciaram diversos teóricos posteriores.

Lévy-Bruhl nasceu em meados do século XIX e sua obra compreende o período entre 1884, ano de sua tese de doutorado, e 1930, com a publicação póstuma dos *Carnets*. Seu trabalho teórico caminha da filosofia para a antropologia, passando por três períodos que Roberto Cardoso de Oliveira (2002) denominou “filosófico, sociológico e etnológico”. Lévy-Bruhl vivenciou a fundação das ciências sociais e o consequente esforço em construir e consolidar uma ciência positiva, como empreendido por seu contemporâneo Durkheim, apenas um ano mais velho que Lévy-Bruhl.

Realçava as distorções geradas pela aplicação da mentalidade europeia no estudo das sociedades chamadas primitivas, detentoras de mentalidade bastante diversa. A projeção da mentalidade do intérprete sobre a sociedade estudada era a causa de muitas deformidades analíticas que comprometiam significativamente a produção etnográfica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002).

Neste sentido, Lévy-Bruhl esforçou-se para explicar a mentalidade das culturas “primitivas” e desmistificar o suposto privilégio do pensamento ocidental (MOSCOVICI, 2007). Para tanto, compara sistematicamente dois tipos opostos de mentalidade, quais sejam, a europeia e a “pré-lógica” ou “primitiva”. Enquanto o ponto de vista europeu é

jurídico e moral, o dos povos primitivos é, sobretudo, místico, o que não significa que sejam inteiramente excludentes. Quando Lévy-Bruhl afirma que os primitivos são “pré-lógicos” não quis dizer que fossem ilógicos ou anti-lógicos e sim que seguiam outras leis de pensamento, não se abstendo, por exemplo, da contradição (JAHODA, 1982).

Recorre metodologicamente a uma espécie de “tipo ideal”, que, ao contrário do construto weberiano, seria constituído por dados etnográficos. Percebe-se assim que o pensamento do autor está sempre conscientemente situado (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002).

Como pressupunha o fundamento coletivo, Lévy-Bruhl enfatiza quatro diferentes aspectos das representações. O primeiro diz respeito à impossibilidade de se atribuir apenas uma categoria ou crença a um indivíduo, pois toda crença ou categoria pressupõe um grande número de outras, com as quais formam uma representação. O conteúdo de uma crença depende do de outras crenças e esse conjunto formará uma representação total, de forma que o erro ou acerto em alguma delas não prejudique ou garanta a verdade de toda a representação. O segundo afirma que todos os símbolos de uma sociedade respeitam tanto a lógica do intelecto como a lógica emocional. As representações são construções intelectuais que despertam e são acompanhadas de emoções coletivas. Terceiro aspecto, as representações englobam ideias e crenças gerais, mas as relacionam com práticas ou realidades individuais. Por fim, Lévy-Bruhl ressalta que todas as representações coletivas têm a mesma coerência e valor. Não há relação hierárquica, por isso, é impossível um critério absoluto de racionalidade independente dos conteúdos das representações coletivas (JAHODA, 1982).

Observa-se que o autor agrega novos elementos às representações, como a interdependência e íntima relação entre elas e sua natureza emocional intrínseca. Esses aspectos são interessantes para a presente pesquisa, pois uma vez que se investigam determinadas representações sociais, sabe-se que elas trarão elementos de outras, tanto relativas às primeiras como relativas ao lugar e ao meio do indivíduo. Da mesma forma, a reação emocional do indivíduo frente à representação pode ser maior ou menor dependendo de sua bagagem pessoal. Para apreender o elemento emocional, a pesquisa optou pela realização de entrevistas e da análise de seu conteúdo. Sendo assim, as reações emotivas foram captadas pelas respostas dos entrevistados às perguntas através de risos,

pausas para ponderações, reticências, ambiguidades e pelos próprios comentários dos Secretários e Adjuntos.

A elaboração das representações coletivas em Lévy-Bruhl difere das de Durkheim em dois pontos principais. Primeiro, quanto à natureza do processo de evolução das representações. Para Durkheim, o processo de evolução torna os indivíduos menos subordinados à coletividade, com maior capacidade de percepção direta da realidade física; logo, as representações científicas modernas tendem a substituir as antigas representações não científicas. Por sua vez, Lévy-Bruhl defendia que o pensamento científico não substitui o pensamento pré-científico, pois a lei da não-contradição não se choca com a lei da participação. Não se pode eliminar o pensamento pré-científico. Como elucida Moscovici:

Lévy-Bruhl, contudo, introduz a ousada e dificilmente crível hipótese de que o desenvolvimento histórico do conhecimento e das representações é o resultado de uma série de transformações qualitativas e de descontinuidades não apenas de conteúdo, mas nas estruturas cognitivas (MOSCOVICI, 2007, p. 299).

Segundo, Lévy-Bruhl defendia que as representações coletivas na percepção dos primitivos estão associadas a um componente místico e pré-lógico. Por mais que as representações sejam “um fenômeno intelectual ou cognitivo”, a mentalidade primitiva não separa da ideia a imagem e a emoção agregadas. Para a mentalidade primitiva os “(...) elementos emocionais e motores são partes integrantes das representações. É necessário entender, por essa forma de atividade mental entre os primitivos, não um fenômeno intelectual ou cognitivo puro, ou quase puro, mas um fenômeno mais complexo” (LÉVY-BRUHL apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002).

O autor coloca a afetividade como parte crucial das representações coletivas, impossível de ser completamente eliminada. A emoção é anterior (e não posterior) à representação do objeto, ou seja, antes mesmo que se percebam as características do objeto, o fator emocional já organizou a realidade. A generalidade não é conhecida e sim sentida. Como a satisfação é de caráter emocional, mais do que intelectual, os primitivos apresentam uma necessidade de saber utilitária, nas quais possíveis contradições não invalidam as representações. A experiência afetiva e mística tem por objetivo compatibilizar o homem com seu meio, mais do que desenvolver o cognitivo no pensamento. Ao unir a representação com a afetividade, Lévy-Bruhl aponta a relação

dialética entre eles, cuja síntese é uma razão menos imperativa (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002).

Desta forma, as propriedades místicas presentes nas representações influenciam o próprio raciocínio dos primitivos. O sentido da representação se desdobra para a esfera da afetividade devido aos elementos sobrenaturais que a representação comporta. Graças a esse desdobramento a mentalidade primitiva se torna desfavorável às operações lógicas. Um pormenor importante é que a ausência do ponto de vista lógico não anula a faculdade cognitiva do “selvagem” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002).

A forma como Lévy-Bruhl relaciona representação e afetividade, razão e emoção juntas numa teia de representações, enriquece a visão sobre as representações, agregando novos elementos a esta pesquisa. A forma como os altos funcionários do Senado falam a respeito de algumas dimensões políticas vem acompanhada de reações emocionais carregadas de significado. A explanação lógica e racional é mais bem compreendida se somada à carga emotiva que provoca. Uma vez agregado o elemento cognitivo e de interação social, como feito pela psicologia social com o conceito de representações sociais, maior se torna a compreensão do fenômeno.

3.3 – *Moscovici e as representações Sociais*

Com gênese no conceito de representações coletivas, desenvolve-se a teoria das representações sociais como um grande corpo teórico que tem por finalidade elucidar alguns elementos e propor conceitos base que orientam um esforço de pesquisa. Desta forma, dentro da teoria de representações sociais existem muitas linhas e direções investigativas, as quais se distinguem tanto pela natureza como pelo objeto da pesquisa. No Brasil, o estudo das representações sociais encontra-se em expansão, com aumento das áreas e disciplinas que aderem a esse amplo referencial teórico e, ao mesmo tempo, o fomentam e dele fazem uso (ALMEIDA, 2005).

A discussão sobre representações sociais está intimamente ligada aos processos de cognição humana, por isso há grande contribuição e interesse da psicologia. Por mais que a cognição seja um processo individual, para a Psicologia Social ela possui uma natureza social. Tem-se então a cognição social, ou melhor, “(...) o estudo das dimensões de

natureza social que penetram os processos cognitivos” (ALEXANDRE, 2004, p. 127). O cerne dos estudos da Psicologia Social é justamente a dualidade existente entre indivíduo e coletividade, uma vez que o indivíduo só existe dentro de uma rede social e toda sociedade é resultado da interação de milhares de indivíduos (ALEXANDRE, 2004).

Serge Moscovici, considerado o pai da teoria de representações sociais, argumenta que o ponto de partida da teoria de representações sociais consiste na observação da diversidade, da imprevisibilidade e da estranheza dos indivíduos. Sua meta é então compreender como, partindo da diversidade, os grupos constituem um mundo estável. A teoria parte do pressuposto de que “(...) pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam” (MOSCOVICI, 2007, p. 45). As representações, cujo conteúdo, por excelência, são as crenças e valores, ocupam lugar central no cotidiano individual, de forma que outros elementos possam apenas confirmar ou entrar em conflito com essas representações.

Os grupos, para a teoria de representações sociais, tanto se adaptam à realidade circundante como também a criam, logo são produto de sua própria atividade. Ampliando o argumento, o que a sociedade pensa sobre seus modos de vida, suas instituições, seus valores constituem uma parte essencial da realidade e não apenas um reflexo dela. A realidade é composta, em parte, pela representação que a sociedade tem de si mesma (MOSCOVICI, 2007). Esse aspecto é fundamental para esta pesquisa e consiste justamente em seu objetivo principal: identificar alguns pontos de vista dos Secretários das Comissões Permanentes do Senado.

Por mais que as representações sociais consistam em um amplo arcabouço teórico, há um pano de fundo básico que abrange três aspectos principais: a primazia das representações, a origem social das crenças e percepções e o papel algumas vezes de coação dessas representações (MOSCOVICI, 2007).

As representações sociais permeiam o universo social, sustentando a realidade da vida cotidiana. Constroem-se no dia a dia através do processo de comunicação, por isso são passíveis de mudanças graduais. Toda cognição e comportamento só existem e produzem efeitos caso signifiquem algo e significar algo implica o compartilhamento de linguagem, valores e memórias para, pelo menos, duas pessoas. “Todas as interações humanas, surjam

elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. Na realidade é isso que as caracteriza” (MOSCOVICI, 2007, p. 41).

A sociedade reconhece dois universos distintos de conhecimento: um corresponde ao saber científico, cujos membros só têm acesso a partir de certo nível pessoal de qualificação (físicos, matemáticos); o outro diz respeito ao senso comum, integrado por todos, onde se compartilham ideias e interpretações do mundo. É exatamente neste universo consensual que se originam as representações sociais (ALEXANDRE, 2004).

As representações conformam a realidade e moldam os comportamentos em relação a essa mesma realidade. Em outras palavras, engendram atitudes e comportamentos a partir de saberes e de informações acerca de seus objetos. Jodelet enfatiza a necessidade dos indivíduos de situarem-se no mundo, ou seja, de explicar o mundo e se explicarem dentro dele. As representações sociais são justamente a forma pela qual a sociedade realiza essa necessidade (PORTO, 2006). Portanto, Jodelet as define como o conhecimento corrente, senso comum, com três características básicas: ser socialmente elaborado e partilhado; orientar a comunicação e o comportamento; e contribuir com a visão de realidade comum a um grupo social. Dizer que as representações são sociais enfatiza o fato de serem simbólicas e coletivas. As representações são um fenômeno que deve ser entendido dentro de seu contexto de produção, pelas funções simbólicas e ideológicas que desempenham (JODELET, 1991, p. 668).

Moscovici argumenta que as representações sociais não podem ser tomadas como algo dado, nem podem servir como simples variáveis explicativas de outros fenômenos (DUVEEN, 2007). Atento para a variação e diversidade de ideias coletivas nas sociedades modernas, afirma que as representações têm tanto funções sociais, a exemplo da função de manter e criar identidades coletivas, como funções cognitivas, como ancorar significados.

As representações sociais, para Moscovici, possuem duas funções principais. A primeira corresponde à sua capacidade de tornar convencionais os fenômenos, uma vez que lhe dão forma, inserem em determinada categoria e colocam como modelo que será compartilhado por certo grupo. Esse fator é especialmente relevante visto que nenhuma pessoa está isenta de condicionamentos impostos pelas representações, como desenvolvido adiante. O pensamento concretiza-se através de uma linguagem e organiza-se de acordo com determinado sistema. Por conseguinte, o que é visto depende do que as convenções e

representações possibilitam ver. Aproxima-se muito do argumento de Evans-Pritchard que, ao estudar os Zande, afirmou que a rede de crenças dessa tribo é tão complexa e abrangente, que ela se torna a própria textura do pensamento Zande e não apenas uma rede na qual se apóia (MOSCOVICI, 2007).

A segunda função diz respeito ao caráter prescritivo das representações, as quais são impostas sobre os indivíduos. Os sistemas de classificação, de imagens e de explicações em uma sociedade possuem um elo com anteriores sistemas, estratificados na memória coletiva e reproduzidos através da linguagem. Se vistas de modo estático, as representações se assemelham a teorias, que organizam proposições ao redor de um assunto. Já de modo dinâmico, as representações se assemelham a uma rede de ideias e imagens mais flexíveis que teorias e que se movimentam na medida em que são úteis.

Aquele autor define as representações sociais como um “modelo recorrente e compreensivo de imagens, crenças e comportamentos simbólicos” (MOSCOVICI, 2007, p. 209), como entidades quase tangíveis. Como são uma forma de criação coletiva, não podem ser entendidas como um conceito e sim como fenômeno. Desta forma, defende que as representações são:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 1976)

Partindo dessa definição, Ângela Almeida (2005) afirma que as representações sociais são uma forma de conhecimento que permite aos indivíduos compreenderem e explicarem a realidade social. São ancoradas em três aspectos principais. O primeiro deles é a comunicação, pois oferece um código para identificação e classificação do mundo, molda o pensamento social e possibilita as trocas. O segundo aspecto é a (re)construção do real, já que é na dinâmica social que os indivíduos constroem a realidade cotidiana e as representações guiam a interpretação e organização da realidade. Por fim, o terceiro aspecto corresponde ao domínio do mundo, pois as representações conduzem o posicionamento dos indivíduos e sua forma de atuação sobre a realidade. Nota-se que abarcam a função de saber (integrando novos conhecimentos), a função identitária (situando os indivíduos no campo social), a função de orientação (prescrevem

comportamentos e práticas) e a função justificadora (explicando tomadas de posição e ações). Como argumenta a autora:

(...) o estudo de uma representação social pressupõe investigar **o que pensam** os indivíduos acerca de um determinado objeto [a natureza ou o próprio conteúdo da representação] e **porque pensam** [que funções o conteúdo de uma representação assume no universo cognitivo e social dos indivíduos] (ALMEIDA, 2005, p. 124, grifos no original).

Ressalte-se que nem todo conhecimento pode ser considerado uma representação social, mas apenas aquele que integra o cotidiano das pessoas através do senso comum, socialmente elaborado e que tem a função de interpretar, pensar e agir sobre a realidade (ALEXANDRE, 2004). As representações sociais não são um conhecimento descritivo. Essa identificação é de extrema importância para a pesquisa empírica, pois orienta o olhar sobre o fenômeno estudado. Busca-se então conhecimento com caráter interpretativo – e não normativo, como no primeiro capítulo – sobre a realidade. O conhecimento via representação social pode ser considerado um conhecimento de segundo grau, pois se chega a ele interrogando acerca do que se pensa sobre a realidade. Não se utilizam dados objetivos sobre determinado fenômeno, mas, ao contrário, procura-se o imaginário formado sobre o fenômeno. Logo, o objeto de pesquisa tem que ser construído enquanto tal (PORTO, 2006).

Tem-se que as representações sociais consistem em conhecimento produzido pela interação e comunicação coletiva cuja expressão envolve os interesses humanos implicados. O conhecimento não é desinteressado, ele é produzido por um grupo específico de pessoas, num contexto igualmente específico (DUVEEN, 2007). Logo, as representações são uma forma de ver o mundo *desta* maneira, diferente *daquela*. Compreendem-se as representações sociais “(...) como princípios geradores de tomadas de posição, ligados às inserções sociais específicas, organizando os processos simbólicos que interferem nas relações sociais” (ALMEIDA, 2005, p. 130).

Todo conhecimento é expresso de certa forma por determinado motivo, de acordo com algum interesse específico. Portanto, toda informação é de certa forma distorcida por alguma representação “superimposta”. A observação sobre certo objeto e a ideia que se forma sobre ele relaciona-se com as predisposições genéticas herdadas, hábitos aprendidos, recordações preservadas e com todo o arcabouço cultural circundante (MOSCOVICI, 2007, p. 33).

Representar significa classificar, codificar, dar significado, agregar em categorias. Classificar implica nomear, retirar do anonimato, dotar de características e valorar, possibilitando que os indivíduos ou objetos possam ser descritos, distinguidos de seus pares e passem a partilhar alguma convenção, facilitando a interpretação de suas características, compreendendo as intenções e os possíveis motivos subjacentes. Sendo assim, as racionalizações, reações emocionais e percepções não se referem ao estímulo enquanto tal, mas à categoria maior na qual foi classificado. As representações determinam tanto o caráter do estímulo como a resposta que ele incita. Como são construídas com o duplo fim de agir e avaliar, em seu âmbito, a neutralidade é proibida pela lógica mesmo do sistema (MOSCOVICI, 2007).

Por serem produto da criação coletiva, as representações expressam a natureza específica do universo consensual. A dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, o que não significa uma forma homogênea de pensar, cabendo em seu interior modulações individuais. Se tornado consciente, alguns aspectos convencionais da realidade podem ser evitados, mas não é possível uma libertação completa. Ao mesmo tempo em que são prescritivas, as representações se impõem sobre os indivíduos (MOSCOVICI, 2007). Segundo o autor:

Enquanto essas representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, elas não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são re-pensadas, re-citadas e re-representadas (...) É, pois, fácil ver por que a representação que temos de algo não está diretamente relacionada à nossa maneira de pensar (...) (MOSCOVICI, 2007, p. 37).

O conceito de representações sociais é dinâmico e refere-se tanto ao processo pelo qual as representações são elaboradas como às estruturas de conhecimento estabelecidas, de forma que o processo de construção se confunda com o próprio conteúdo (DUVEEN, 2007). A esse respeito, ao mesmo tempo em que Moscovici argumenta que “(...) como nós pensamos não é distinto daquilo que pensamos” (MOSCOVICI, 2007, p. 107) afirma existir uma relação de preponderância do conteúdo sobre a forma de aprendizado “(...) os conteúdos mentais são imperativos mais fortes que as formas cognitivas. Resumidamente, podemos dizer que o que as pessoas pensam determina como elas pensam” (MOSCOVICI, 2007, p. 211).

Assim como um estado de coisas paulatinamente ganha certa organização e vai se institucionalizando, os discursos criam lugares de estabilidade, acarretando e consolidando uma base comum de significância entre os participantes. Esta base comum possibilita aos

indivíduos compartilharem um arcabouço de imagens e ideias socialmente aceitas, as quais, uma vez criadas, adquirem vida própria, modificando-se, repelindo-se e ampliando-se mutuamente. Quanto mais a origem de uma representação é esquecida, mais cristalizada ela se torna. Da mesma forma, quanto menos se pensa nela, maior sua capacidade de influência sobre os indivíduos. As representações “corporificam ideias”, afirmação que encontra paralelo no marxismo quando este argumenta que, uma vez disseminadas entre as massas, as ideias são e se comportam como forças materiais (MOSCOVICI, 2007).

Para Moscovici, o pensamento social está mais relacionado com a memória e com as convenções do que com a razão, ou seja, mais com as estruturas tradicionais do que com as intelectuais. Neste sentido, a conclusão tem prioridade sobre as premissas, enquanto na ciência faz-se o caminho oposto, das premissas à conclusão, num sentido logicamente coerente (MOSCOVICI, 2007). Esse argumento retoma a ideia de Lévy-Bruhl de que as representações possuem uma carga emocional intrínseca, da qual não podem ser separadas. Por conseguinte, uma compreensão mais completa das representações teria que levar em consideração o fator emocional agregado.

A abrangência de conteúdo nas representações sociais varia de acordo com a natureza da sociedade na qual o fenômeno é produzido. Quanto mais unilateral uma sociedade quanto a seus valores e normas, mais uníssonas suas representações aparentarão ser, sob a ilusão da objetividade construída a partir do consenso. Por outro lado, sociedades mais plurais apresentarão maior diversidade de conteúdos, convivendo juntos ou disputando lugares. Portanto, afirma-se que as representações sociais são passíveis de diferenciação em função do pertencimento socioeconômico e cultural dos indivíduos em questão (PORTO, 2006).

Enfatiza-se que as representações sociais, para Moscovici, são sempre complexas e inscritas em um referencial de pensamento preexistente, ou seja, dependentes das tradições e valores. As representações provêm de outros discursos, crenças, “imagens mentais” e pré-concepções. (MOSCOVICI, 2007). Por isso, atentou-se para a criação e consolidação do corpo de funcionários do Senado, com a expectativa de que em seu processo histórico encontrem-se elementos explicativos para os achados da pesquisa empírica.

3.3.1– Representações Sociais: apontamentos metodológicos

O arcabouço teórico das representações sociais fornece subsídio e referencial para o investigador social buscar explicitar o modo de pensar e de agir de grupos sociais (ALEXANDRE, 2004). Como visto, trata-se de um amplo arcabouço teórico, em grande parte, voltado para o estudo empírico.

O exame das representações, para Doise, Clémende e Cioldi (*apud* ALMEIDA, 2005), teria uma base tridimensional, cada uma mantenedora de uma hipótese específica. A primeira hipótese sustenta que existe uma partilha de crenças comuns entre membros de uma população acerca de dado objeto social. Logo, o estudo das representações sociais corresponde à identificação dessa base comum e a forma como é organizada. A segunda trata das heterogeneidades em relação a um dado objeto de representação, levando o estudo para a identificação dos princípios organizadores das variações individuais. Por fim, a terceira hipótese aponta para a ancoragem das representações em realidades simbólicas coletivas, explicitando determinada hierarquia de valores (ALMEIDA, 2005). O escopo dessa pesquisa de mestrado está claramente delimitado à primeira hipótese sustentada, qual seja, verifica-se se existem crenças e valores compartilhados e, caso existam, busca-se identificar o conteúdo dessa base comum. Por mais que o processo de estruturação do pensamento e as ancoragens sócio-históricas e culturais forneçam elementos que ampliam a compreensão sobre determinada representação, eles ultrapassam o escopo investigativo dessa pesquisa, por isso não serão abarcados.

Como um dos objetivos das representações sociais é tornar familiar o não-familiar, a pesquisa deve estudá-las como um fenômeno, com o cuidado de estranhar o familiar. O saber situar-se enquanto pesquisador é recomendação feita por toda literatura antropológica, como observado no trabalho sistemático de comparação das mentalidades “primitivas” e europeias, realizado por Lévy-Bruhl.

Estudar as representações sociais demanda escolhas metodológicas relativas a dois momentos distintos: o levantamento e a análise dos dados. Não existe uma técnica única que permita abarcar todas as informações sobre o objeto de uma representação social. Ademais, a própria teoria impõe que o objeto seja observado, e conseqüentemente construído por perspectivas distintas. Dado o caráter pluri-metodológico das pesquisas

sobre representações sociais, a escolha de uma metodologia é orientada por considerações empíricas sobre o objeto, tais como sua natureza, seu contexto social, o tipo de população e pelo arcabouço teórico que orienta a pesquisa (ALMEIDA, 2005).

Para Moscovici, as representações “(...) são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados” (MOSCOVICI, 2007, p. 49). A descrição vem acompanhada da teorização dos fenômenos, junto com o referencial interpretativo que pode tanto tornar as representações visíveis como inteligíveis na forma de prática social (DUVEEN, 2007). As representações sociais igualam imagem a significação. Consequentemente, toda imagem corresponde a uma ideia e toda ideia a uma imagem. O objetivo desta pesquisa é justamente compreender qual é a imagem-significação de alguns conceitos (Senado, políticas e funcionários do Legislativo) para os Secretários e Secretários Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado.

3.4 – Representações e Instituições: a busca de diálogo

A dicotomia entre indivíduo e sociedade, um dos temas clássicos da sociologia, recebe grande auxílio explicativo do amplo corpo teórico das representações. A conexão é facilmente percebida: mesmo sabendo que as representações sociais resultam da experiência individual, elas estão intimamente condicionadas às inserções sociais dos indivíduos. O indivíduo e a sociedade, a pessoas e a estrutura, estão em relação de mútua dependência e influência. As estruturas, mesmo impondo-se aos indivíduos, são moldáveis e os indivíduos, por sua vez, mesmo dependentes das posições sociais que ocupam, são agentes ativos do processo.

A vida em sociedade só é possível, segundo Durkheim, devido à existência de representações coletivas. É através delas que os indivíduos concebem os elementos da existência, possibilitando então a comunicação entre os homens, a integração e a manutenção da sociedade. No mesmo sentido, Lévy-Bruhl enfatiza que as representações são organizadas em redes de múltiplas influências e dependências; possuem caráter coletivo, mas sua aplicação se dá na esfera individual; e são acompanhadas de reação emocional intrínseca. Desenvolvendo o conceito de representações sociais, Moscovici defende que elas são um sistema de valores, ideias e práticas, com a função tanto de ordenar a realidade social como de possibilitar a interação humana. Enfatiza a origem

social das crenças e percepções e o papel, algumas vezes de coação, dessas representações (MOSCOVICI, 2007).

Ao observar os conceitos de representações, principalmente com o elemento da coerção colocado por Moscovici, nota-se que se aproximam bastante do conceito de instituições, desenvolvido no primeiro capítulo. As instituições são restrições criadas pelo próprio homem que estrutura as relações sociais, políticas e econômicas. Expressam-se como regularidades comportamentais, pois fornecem esquemas, categorias e modelos cognitivos indispensáveis à ação. “As instituições exercem influência sobre o comportamento simplesmente ao especificarem o que se deve fazer, mas também o que se pode imaginar fazer num contexto dado” (HALL & TAYLOR, 2003). Como fica então a relação entre instituições, modelos mentais e representações?

Trata-se de um diálogo entre duas teorias sociais distintas que por muito tempo permaneceram incomunicáveis. Por mais que ambas refiram-se à intermediação entre os indivíduos e a sociedade, foram desenvolvidas em disciplinas diferentes, fazendo uso de conceitos e ideias distintos, por isso, muitas vezes, de difícil comparação.

Como desenvolvidos em campos distintos, enquanto as instituições apontam para regularidades comportamentais nas relações sociais, políticas e econômicas, as representações apontam para os modelos comuns de interpretação do mundo, visto este como uma construção social fundamental para a convivência coletiva. Enquanto um aponta para o efeito externo o outro indica a motivação interna.

Como elucidado no capítulo anterior, os modelos mentais se distinguem das instituições informais pelo grau com que estão disseminadas pelo universo social e sua consolidação. Instituições informais são compartilhadas por todos os elementos de determinado grupo, enquanto os modelos mentais são construções de caráter mais temporal, não necessariamente partilhadas por todo o grupo. Da mesma forma, as representações são compartilhadas por toda uma coletividade, de forma que a sua presença determina o caráter social da interação, possibilitando a convivência entre indivíduos.

Os modelos mentais se apresentam como forma anterior tanto das instituições como das representações. Anterior não em um sentido cronológico ou histórico, mas por possuir um menor escopo, referindo-se à forma como o indivíduo sozinho percebe e interpreta a realidade. Corresponde à parte individual da representação e da instituição que é agregada

às outras e com elas compartilhada (pois as representações e instituições são mais do que a soma ou a simples média das percepções individuais). As representações e instituições são formas de intermediação entre o indivíduo e a sociedade, portanto os modelos mentais correspondem à intermediação mais próxima do nível individual. Por ser a parte individual, é aquela que apresenta maior interferência da história, das motivações e dos processos cognitivos pessoais. Contudo, só a partir dela é possível alcançar a compreensão do sistema de intermediação maior, aquele que é socialmente construído e coletivamente imposto.

4 – Entrevistas com os Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado: quem são e o que pensam

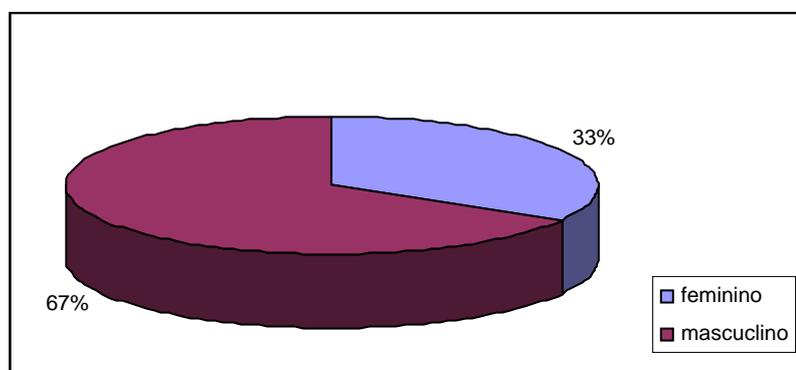
A pesquisa empírica dessa dissertação buscou explorar como o grupo formado pelos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal compreende alguns elementos componentes de sua realidade. O interesse motivador abarcava tanto o Senado Federal, instituição legislativa componente do tripé dos poderes da República, como também os servidores, ocupantes de posições de direção dentro do processo legislativo. Portanto, a pergunta básica foi: o que pensam esses servidores sobre o Senado, sobre os parlamentares e sobre si mesmos? Focaram-se essas três dimensões principais, as mesmas observadas na análise do aparato normativo.

4.1 – Perfil dos Secretários e Adjuntos

Para conhecer os estereótipos que os Secretários e seus Adjuntos possuem sobre o Senado, sobre os políticos e sobre si mesmos, é importante conhecer quem são esses servidores, qual sua formação, há quanto tempo trabalham no Senado e como ingressaram na Casa. A primeira parte das entrevistas foi dedicada a colher o perfil dos funcionários.

Quanto ao sexo, do total de quinze entrevistados, dez são homens e cinco, mulheres, como exposto no Gráfico 1. Esses dados estão em consonância com o quadro geral do Senado Federal, disponibilizado pela Secretaria de Recursos Humanos, pois, dos servidores efetivos (categoria na qual se inserem os Secretários e Adjuntos), 35% são mulheres e 65% são homens, números que se alteram para 34% e 66%, respectivamente, quando se trata de servidores efetivos ativos e aposentados.

Gráfico 1: Distribuição dos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal por sexo – Nov e Dez de 2008



Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

Todos os servidores entrevistados possuem formação superior, contudo, em cursos bastante diversos. No Senado Federal, a qualificação e capacitação para desempenho da função parecem ser independentes da formação original, conforme Tabela 1, sugerindo a relevância do aprendizado *interna corporis*.

Tabela 1: Distribuição dos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal por área de formação - Nov e Dez de 2008

Área de Formação	Servidores
Sociologia	1
Comunicação Social	1
Direito	3
Letras	1
Ciência Política	1
Serviço Social	1
Administração	2
Contabilidade	1
Estatística	1
Educação física	1
Matemática	2

Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

A formação bastante diversificada dos entrevistados possui convergência quanto ao campo de conhecimento. Dos entrevistados, 11 dedicaram-se às áreas das Ciências Sociais e Humanas e apenas quatro as Exatas e Biológicas.

O aprendizado sobre o funcionamento da Casa parece ser bastante sólido entre esses funcionários, pois a grande maioria teve o Senado como primeira experiência profissional. Dentre os servidores que contaram com outra experiência, ela foi bastante diversificada, não constituindo um arcabouço comum. Em outras palavras, comumente esses servidores ingressaram com pouca idade no Senado e nele construíram toda sua carreira profissional, como visto na Tabela 2:

Tabela 2: Distribuição dos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal por Experiência profissional anterior – Nov e Dez de 2008

Experiência Profissional Anterior	Servidores
Administração Federal	2
Organismo Internacional	1
Instituição Filantrópica	1
Setor privado	2
Primeiro Emprego	9

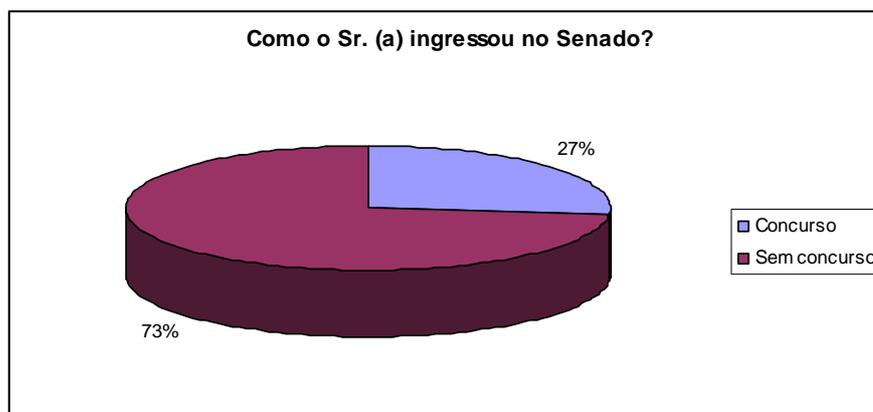
Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

Além da ausência de experiência profissional anterior, o longo tempo trabalhado no Senado parece ser um fenômeno comum entre esses servidores. Do conjunto pesquisado, o servidor que possuía o menor tempo de Casa trabalhava no Senado havia 14 anos e o de maior tempo já contava com 36 anos de Senado. A média situava-se entre os vinte e os trinta anos, ou seja, os Secretários e Adjuntos entrevistados eram pessoas ambientadas com o Senado Federal, a maior parte sem vivência profissional anterior, com sua carreira profissional construída dentro da Casa; alguns deles já próximos da aposentadoria.

Se em um primeiro momento os dados sobre a formação profissional desses servidores pareciam ir de encontro com a definição de burocracia construída por Weber (1997), que a conceitua como corpo de trabalhadores qualificados e capacitados por meio de treinamento especializado, os dados sobre o tempo de serviço na Casa parecem indicar que a qualificação e treinamento ocorrem dentro do Senado, *interna corporis*.

O primeiro concurso promovido pelo Senado ocorreu na década de 1970 e o seguinte foi realizado em 1984. Portanto, grande parte dos servidores admitidos antes de 1984 e ainda em atividade entrou sem passar por concurso público e foi efetivada. Já os servidores que ingressaram depois de 1984 foram admitidos por meio de concurso para as mais diversas áreas.

Gráfico 2: Distribuição dos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal sobre a forma de ingresso no Senado – Nov e Dez de 2008



Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

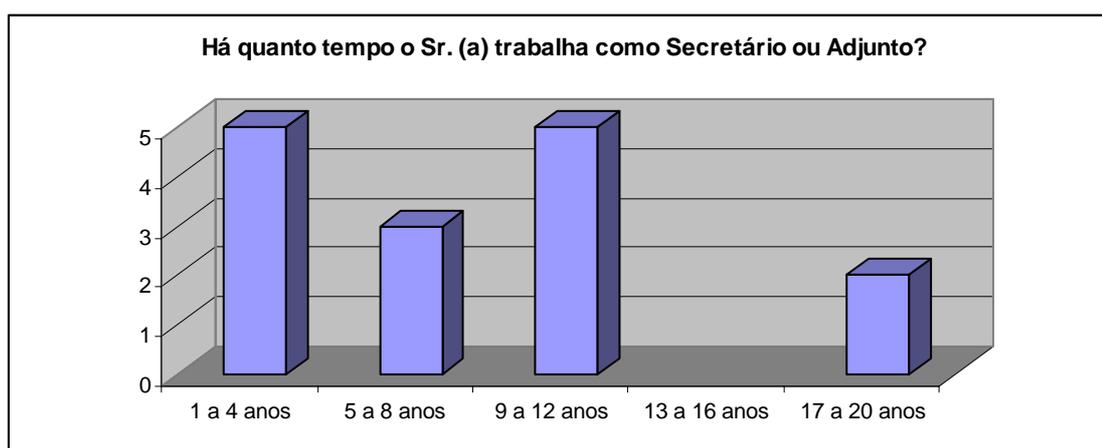
O fato de 73% dos Secretários e Adjuntos terem mais de 24 anos de Casa remete à afirmação de Guerreiro Ramos (1983) de que a burocracia não possui natureza intrínseca e sim características históricas. Assim, o grupo formado pelos Secretários e Adjuntos compartilha longa experiência e socialização dentro do Senado, pois a maior parte de sua vida profissional passou-se no interior da Casa. As características desse grupo estarão configuradas pela instituição, pelo histórico e pelo cotidiano compartilhado.

Retoma-se o argumento de Durkheim (1995) de que as representações são um produto de experiências repetidas e a repetição é a fonte de sua ascendência e autoridade. Logo, quanto maior seu tempo de vigência, maior a autoridade emanada. Esses apontamentos teóricos indicam provável convergência entre os modelos mentais dos Secretários e Adjuntos. Uma vez que a burocracia apresenta características históricas e as representações são produtos da experiência, espera-se que os modelos mentais (como elemento pessoal das instituições e das representações) apresentem elevado nível de uniformidade.

Como o Senado é uma Casa complexa, com setores especializados nas áreas administrativa, legislativa e política, a consolidação do aprendizado institucional depende em muito da lotação do servidor. Antes de ocuparem suas funções nas atuais comissões, os Secretários e Adjuntos estavam lotados em diversas áreas, incluindo os Gabinetes, a Secretaria Geral da Mesa, a Secretaria de Expediente, o gabinete da Diretoria das Comissões, as lideranças de Partidos Políticos, as Comissões Parlamentares de Inquérito – CPIs e outras Comissões. A experiência em outras comissões se mostrou bastante frequente. Dos 15 entrevistados, dez já tinham trabalhado em outras comissões e quatro deles em CPIs, o que incrementa o argumento sobre o aprendizado institucional.

O tempo que esses servidores exercem as funções de Secretário e de Adjunto varia bastante, como expresso no Gráfico 3. Há um grupo de sete servidores que possuem mais de nove anos na função, enquanto três vivenciam entre cinco e oito anos e cinco possuem até quatro anos na função de secretário ou de adjunto. Para ilustrar o tempo de exercício da função, agregou-se todo o período em que os servidores foram secretários ou adjuntos (a comissão atual e as anteriores, quando existiram):

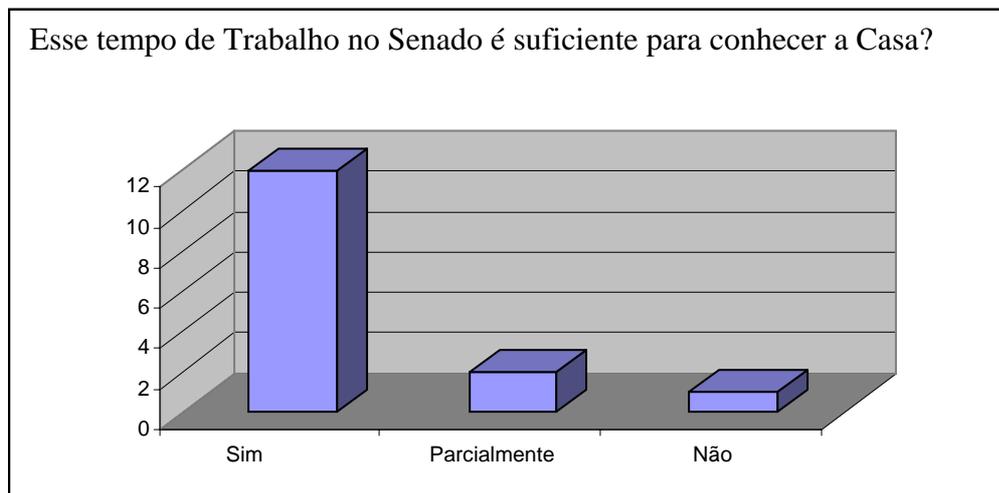
Gráfico 3: Distribuição dos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal pelo tempo de trabalho na função – Nov e Dez de 2008



Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

Quando perguntados se o período em que estão no Senado é suficiente para conhecer a Casa, as respostas tenderam a concordar, como apontado no Gráfico 4. Em geral, as respostas positivas afirmaram que já tinham bastante tempo de Casa, o que lhe conferia significativo conhecimento. Já as duas pessoas que responderam “parcialmente” justificaram que a Casa possui muitos setores distintos, logo é possível trabalhar anos em setores administrativos, como a Gráfica e o Arquivo, e com isso não conhecer o processo legislativo.

Gráfico 4: Consentimento dos Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal sobre o conhecimento do Senado – Nov e Dez de 2008



Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

A consonância nas respostas acima não evitou a grande variedade de respostas à pergunta: “Quanto tempo o(a) Senhor(a) acha que é suficiente para conhecer a Casa?”. Comumente os entrevistados convergiam quanto ao grande número de áreas dentro do Senado e das subdivisões dentro de cada área. Logo, o conhecimento substancial da Casa demandaria experiência em vários setores. Foi enfatizada a dicotomia existente entre setores dedicados ao processo legislativo e setores de caráter mais administrativo, que dão suporte ao legislativo. Para entender o Senado seria então preciso conhecer essas duas grandes áreas. Entre os entrevistados que responderam sobre o tempo necessário para se conhecer o Senado, a resposta variou entre seis meses a dez anos, com algumas respostas

intermediárias, como dois e cinco anos. Para outros servidores, a grande quantidade de setores e suas especificidades impossibilitariam o conhecimento da Casa.

4.2 – Dimensões de análise

O conhecimento do perfil dos Secretários e Adjuntos é necessário para compreender melhor seus estereótipos sobre o Senado, sobre os políticos e sobre o próprio corpo de servidores das Comissões Permanentes. Nessa parte das entrevistas, foram feitas perguntas abertas em cada umas das dimensões, possibilitando a fala livre do entrevistado e a expressão não-direcionada de suas imagens. As respostas foram categorizadas e agrupadas para melhor compreensão e análise.

4.2.1 – O Senado

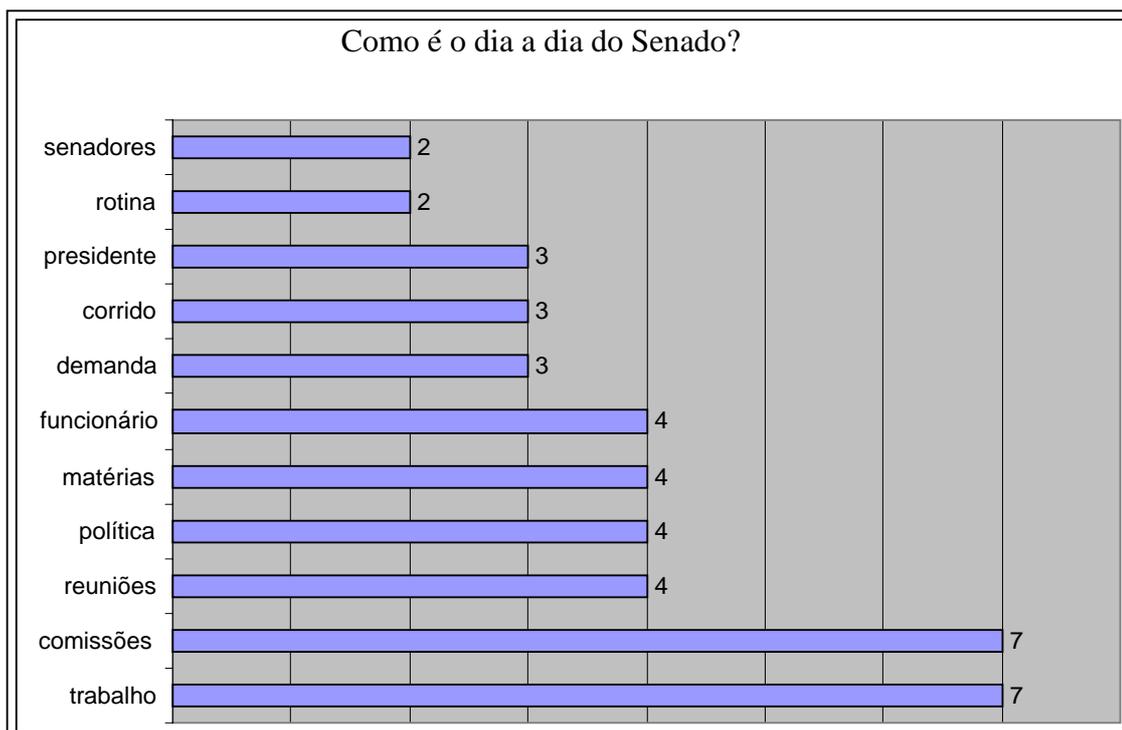
A primeira grande área que a pesquisa investiga é o Senado. Qual a imagem que as pessoas que trabalham diretamente com o processo legislativo e com os políticos possuem do Senado Federal? Em outras palavras, como é o dia a dia do Senado?

Segundo Bardin (2008), cada pessoa utiliza seus próprios meios de expressão para descrever suas visões e opiniões, muitas vezes de forma tortuosa, com digressões, recuos e contradições. Contudo, as múltiplas dimensões não impedem a consonância entre discursos, que é a forma como o social aparece nos discursos singulares. O tratamento das respostas concentrou-se nos núcleos de sentido dos discursos, pois a presença e frequência de termos e expressões são significativas no imaginário simbólico coletivo.

A análise apontou a transversalidade temática das respostas, pois, na maior parte das vezes, o dia a dia do Senado foi relacionado com a realidade cotidiana do servidor na posição de funcionário, e não às atividades legislativas em si, como ilustrado no Gráfico 5. As palavras “trabalho”, “comissões” e “reuniões” aparecem com maior frequência do que Senadores. Curiosamente, a referência ao presidente da comissão é maior que aos senadores em geral, mostrando que a visão sobre o dia a dia do Senado está mais relacionada com o político como chefe do que como representante dos estados. Ademais,

observa-se a carga emotiva presente na forma como os entrevistados veem o Senado, como expresso pelas palavras rotina, demanda e corrido.

Gráfico 5: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre o cotidiano do Senado– Nov e Dez de 2008

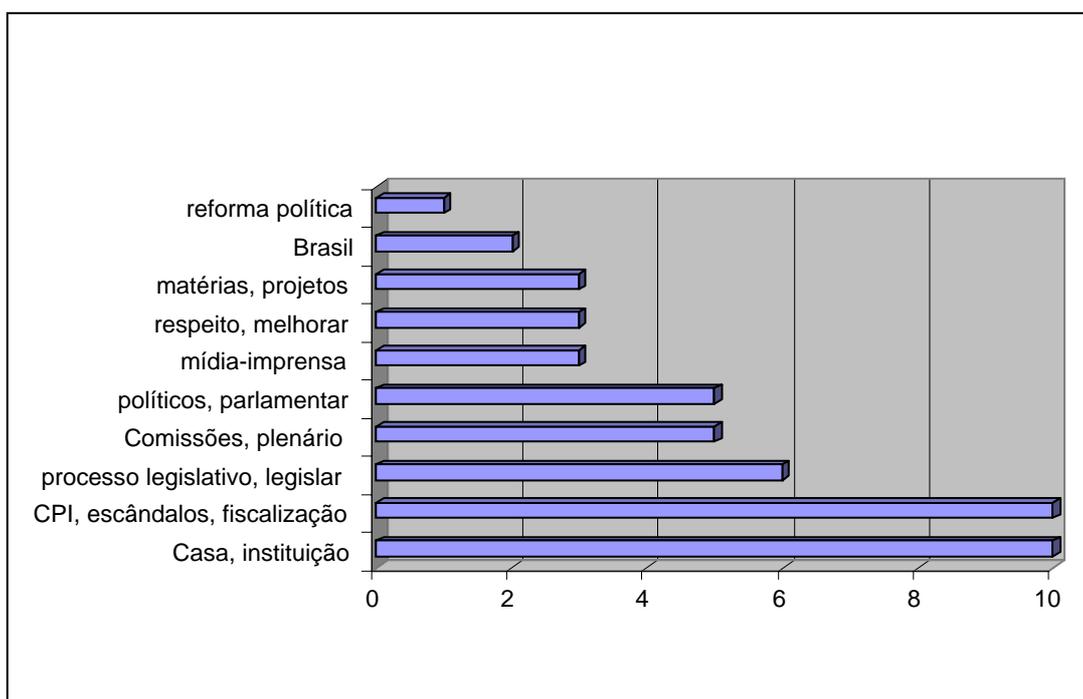


Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

Após essa pergunta que funcionou muito como quebra-gelo, questionou-se qual imagem os servidores possuem da Casa, principalmente quanto aos aspectos que mais se destacam na sua atuação. A variedade de respostas aponta para as múltiplas formas pelas quais a Casa é vista, ora como “uma instituição que eu acredito que deve ser respeitada” (Entrevistado O), de alta relevância e que apresenta excelente infra-estrutura para o funcionário, ora como uma Casa que “não funciona muito bem” (Entrevistado B) e que “precisa ser melhorada politicamente” (Entrevistado H). A comparação com o Brasil apareceu por duas vezes, em afirmações como “O Senado é um mini Brasil” (Entrevistado G).

A agregação temática apontada no Gráfico 6 elucida que a grande quantidade de citações à Casa e à Instituição equipara-se à menção a escândalos, a fiscalização e às CPIs. A imagem do Senado parece ser igualmente marcada por ambos os aspectos.

Gráfico 6: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre sua visão do Senado – Nov e Dez de 2008



Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

Mantzavinos, North e Shariq (2004) defendem que as instituições podem ser compreendidas por um ponto de vista externo e interno. Naquele, correspondem a regularidades comportamentais e neste são modelos mentais compartilhados. Com a primeira e segunda perguntas, fica claro que o modelo mental que os servidores possuem do Senado está intrinsecamente relacionado com sua vivência cotidiana, mais do que com o cotidiano político da Instituição. Sendo assim, a Casa política tende a ser vista pelos seus aspectos mais técnicos e administrativos, portanto expressões como “processo legislativo” (rito) aparecem mais do que “projetos” (conteúdo); já a expressão “comissões e plenário” (lugares) aparecem na mesma quantidade de “políticos” (sujeito).

A respeito da relação entre Executivo e Legislativo, 11 das respostas à pergunta “Como o Sr(a). vê a relação entre o Executivo e o Legislativo?” explicitaram a grande interferência do primeiro no segundo por meio de medidas provisórias. De acordo com os entrevistados, “O Executivo está legislando por meio de medidas provisórias” (Entrevistado D) o que acaba trancando a pauta das duas Casas. “Isso incomoda muito” (Entrevistado O) sendo motivo de “reclamação muito grande dos senadores” (Entrevistado E). Todavia, também foi citada relação harmônica entre os poderes e a grande interação e cooperação entre os órgãos internos do Senado e as assessorias parlamentares dos ministérios. O entrevistado N mencionou a mútua dependência: “Os parlamentares têm interesse, em primeiro lugar, nas suas emendas para atender sua base, seus municípios. Um depende do outro. O Executivo depende do Legislativo para votar a matéria deles, MPs, mensagens, indicações, chefes de missão diplomática”.

Consoantes são as visões referentes à contribuição da Câmara e do Senado no desempenho das funções legislativas. Dos 15 entrevistados, 11 apontaram para o equilíbrio na relação entre as Casas. As justificativas apresentadas aludiram ao dever de revisão mútua, às competências específicas e ao trabalho conjunto, logo, Câmara e Senado possuiriam o mesmo peso dentro do processo legislativo. Contudo, para dois servidores, o Senado aparece como Casa mais elitizada e com preponderância sobre a Câmara. Apenas para um entrevistado a Câmara detém mais *status* do que o Senado.

A visão macro dos servidores mostra o Senado como instituição com o mesmo peso da Câmara, muito lembrada pelos seus escândalos e CPIs e que sofre interferência do Executivo por meio das medidas provisórias. Mas como será a visão micro desses funcionários, voltada para o processo legislativo e para as comissões?

Como visto no Regulamento Administrativo, a estrutura do Senado é bastante complexa e, como explicita Baaklini (1993), foi conformada de acordo com situações conjunturais e necessidades políticas. Com estrutura tão complexa, perguntou-se “quais funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?” As respostas são apresentadas na Tabela 3:

Tabela 3: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos do Senado Federal sobre os setores importantes ao processo legislativo – Nov e Dez de 2008

Quais setores da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?	
Setor da Casa	Número de citações
Comissões	12
Secretaria Geral da Mesa	5
Plenário	2
Consultoria	2
Expediente	1
Taquigrafia	1
Gráfica	1
Biblioteca	1
Arquivo	1

Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

O resultado parece confirmar o estereótipo mais administrativo que político do Senado para os servidores, que comumente apontaram duas ou mais funções importantes para o processo legislativo. As comissões, local de lotação dos entrevistados, são o setor mais citado, seguido da Secretária Geral da Mesa. Esses resultados foram esperados já que os servidores falam a partir de seus locais de origem. Em outras palavras, provavelmente quanto mais relevantes às comissões, mais relevante será o trabalho dos Secretários e Adjuntos. Contudo, o que chamou atenção foi o fato de o Plenário, local de reunião conjunta de todos os senadores, aparecer em terceiro lugar, juntamente com a consultoria.

A última pergunta relativa à dimensão “Senado” focou o papel das comissões. Indagou-se “Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?”. O objetivo era, complementando a questão anterior, perceber qual importância os Secretários e Adjuntos conferiam às comissões e como as valoravam dentro do processo legislativo.

A unanimidade dos discursos apontou as comissões como muito importantes no processo legislativo, ultrapassando as 12 respostas dadas à pergunta anterior. Em geral, os entrevistados mencionaram as comissões como órgão técnico responsável pelo debate das

matérias. Por terem natureza temática e serem um colegiado menor do que o plenário, as comissões favoreceriam as discussões das matérias, conferindo dinamicidade e fluidez ao processo legislativo. “Por isso eu acho que a parte das comissões é uma parte rica do processo legislativo”, como colocado pelo entrevistado M, ou então “É lá que acontece o processo legislativo”, como afirmou o entrevistado A. Como possibilitam a realização de audiências públicas, as dúvidas são dirimidas e o acordo político é facilitado. “Então eu vejo que o processo legislativo sem as comissões não dava para funcionar, pois é onde um grupo menor de parlamentares com os quais você pode discutir, que você pode chegar a uma conclusão melhor do assunto, do projeto, do parecer, principalmente quando é terminativo” (Entrevistado M).

Destaca-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 58, parágrafo 2º, inciso I, facultou às comissões decidirem terminativamente sobre algumas matérias. Logo, sua decisão dispensa a apreciação pelo plenário da Casa, salvo se houver recurso de um décimo dos senadores. Ao plenário cabe a votação final das matérias “Quando as matérias chegam ao plenário, já estão praticamente mastigadas”, como exposto pelo entrevistado A, e enfatizado “Lá o que vai ocorrer é só a votação” (Entrevistado I). Neste ponto, alguns entrevistados elucidaram e desmistificaram a suposta falta de debate dos projetos no plenário “As pessoas pensam que não debate, mas nas comissões já houve um grande debate. Aí quando chega lá já se ajustou, né?”, disse o Entrevistado G.

Ressalte-se que as sessões das comissões são gravadas em vídeo e registradas em atas. Esses documentos podem ser importantes fontes de pesquisas no estudo da deliberação legislativa, mostrando o processo de discussão das matérias nas comissões e no plenário. Isso, entretanto, ultrapassaria o escopo dessa pesquisa, a qual se restringiu ao estereotipo dos servidores.

4.2.2 – Os Políticos

Convivendo tão próximo da classe política e com sua rotina diária orquestrada pelos interesses e demandas políticos, perguntou-se acerca de como as pessoas que trabalham diretamente com os parlamentares veem os políticos brasileiros, que impressão fica por se trabalhar com os senadores. Essas formam as perguntas que compuseram a

segunda dimensão da entrevista, a menor em quantidade de questões, contudo provavelmente a mais sensível.

A fala é mais um discurso espontâneo do que preparado, sem deixar de ser um “(...) momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições. Isto é particularmente evidente nas entrevistas em que a produção é ao mesmo tempo espontânea e constrangida pela situação” (BARDIN, 2008, p. 216). A contradição, a reticência e a ponderação foram as principais características das respostas ao questionamento: “Como o Senhor(a) vê os políticos brasileiros?”

A maior parte dos Secretários e Adjuntos ria e/ou ficava reticente antes de responder e, em vários casos, seguiram-se comentários como “É uma pergunta ruim para fazer para um secretário de comissão” (Entrevistado O) ou “É meio complicado de falar, eu falo não como funcionário, mas como eleitor”, segundo o Entrevistado A. A pausa inicial parece indicar a sensibilidade do tema, pois esses servidores participam do cotidiano político, conhecem muitas histórias de bastidores e acompanham o fazer legislativo de perto, portanto provavelmente possuem uma imagem formada sobre a classe política (poderiam responder diretamente, sem parar para pensar).

A permanência dos Secretários e Adjuntos na função depende da aquiescência do senador presidente da comissão, ou seja, a resposta é delicada. A ponderação inicial dos entrevistados parecia diluir-se quando se enfatizava que o questionamento era sobre os políticos brasileiros, não restrito aos parlamentares. A partir daí o discurso passou a fluir mais livremente e pôde ser categorizado em valorações positivas, negativas e ambíguas ou de ponderação. Essas dimensões foram criadas a partir do conteúdo dos próprios discursos, como apontado na Tabela 4:

Tabela 4: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre a visão a respeito dos políticos brasileiros – Nov e Dez de 2008

Como o Senhor (a) vê os políticos brasileiros?		
<i>Valorações positivas</i>	<i>Ambiguidade, Ponderação</i>	<i>Valorações negativas</i>
Tem muita gente de valor (3)	Não são todos ruins	Muito ausentes, pouco engajados (4)
Senadores engajados	Tem de todo tipo	Despreparo para a função (3)
Hoje são mais legítimos	Cada um tem seu aspecto	Terror, pavoroso (2)
Alguns responsáveis, assíduos	Tem como melhorar	Deixam a desejar (2)
	O problema somos nós!	Não vejo com bons olhos
	Como em qualquer profissão, há bons e ruins	Eu nem vou votar
	O brasileiro não cobra muito	Vejo como todo mundo vê
		Frustra a gente A gente tem que implorar para trabalhar
		Podridão

Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

Ressalte-se que as respostas eram livres, conseqüentemente ocorreu de certa ponderação ou ambiguidade ser seguida de um comentário positivo ou negativo, assim como valorações positivas antecederam comentários negativos. As valorações negativas representaram a grande maioria do conteúdo dos discursos, várias vezes associadas a adjetivos pejorativos. Já as ambiguidades e ponderações aparecem em segundo lugar, seguidas de seis valorações positivas, ou seja, apenas um pouco mais de um terço dos entrevistados conferiu aos políticos brasileiros algum tipo de apontamento positivo.

Segundo Denzau & North (1994), indivíduos com bagagem cultural e experiências comuns compartilharão modelos mentais razoavelmente convergentes. Isso pareceu se aplicar, pois os discursos dos servidores apresentaram certa convergência, com poucas declarações positivas, muitas ponderações e um número maior ainda de afirmações

negativas sobre a classe política. O elemento emocional se mostrou presente através da grande quantidade de adjetivos. Aparentemente os funcionários veem os políticos “Como todo mundo vê”, dito pelo Entrevistado C. Contudo, dentre os comentários negativos, alguns parecem se referir ao dia a dia legislativo como a ausência e o pouco engajamento dos políticos, pois “a gente tem que implorar para trabalhar” (Entrevistado O).

Dado esse cenário, como é trabalhar diretamente com os senadores? Os parlamentares agora são vistos de forma distinta dos políticos, como argumentado pelo Entrevistado L: “Eu não vejo os políticos como a maioria dos brasileiros. Eu vejo como meu chefe, porque a relação aqui é diferente. A política ele faz no estado, no seu reduto eleitoral. E aqui a gente tem uma outra relação”. Bardin (2008) enfatiza que as relações que o indivíduo mantém com algo não são estritamente funcionais, ao contrário são carregadas simbolicamente e possuem apelo emocional, pois remetem a representações sociais ou estereótipos. Da mesma forma, a relação com os parlamentares na posição hierarquicamente superior não é vivida de forma puramente funcional, pois é simbólica e emocionalmente carregada.

O conteúdo das repostas possibilitou a criação de três categorias distintas, quais sejam, relações harmônicas, ambíguas e autoritárias. Ressalte-se que essas dimensões não foram estabelecidas *a priori* e sim elaboradas a partir da análise do conteúdo dos discursos, podendo ser observadas na Tabela 5. As categorias procuram localizar as respostas dentro do espectro entre o positivo e o negativo, inserindo o meio-termo da ambiguidade sem, contudo, especificar a intensidade das considerações em cada categoria.

Tabela 5: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre o trabalho com os senadores – Nov e Dez de 2008

Como é trabalhar diretamente com os senadores?		
Tipo de Relação		
Harmônica	Ambígua	Autoritária
Tem respeito (6)	Na comissão X, sempre tivemos muita sorte (2)	A relação é autoritária (3)
São educados (3)	Como qualquer ambiente de trabalho	São impacientes
Cordialidade (2)	Depende de cada parlamentar	Pensam que podem fazer tudo
A relação é interessante	Um ou outro são mais assim com os funcionários	São difíceis
Consideram o Secretário	Uns são acessíveis, outros não	Nervosos
Relação de amizade	Tem algumas questões pequenas	Parlamentar é complicado
Não-autoritária		Tratam a gente como funcionários deles
Vínculo de confiança		Há pouca proximidade
Receptivos		Arrogantes
Tem senadores bons para se trabalhar		Querem tropeçar no regimento
Ambiente agradável		
Sempre procuram seguir as regras		

Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

Novamente, a ambiguidade apareceu em um grande número de respostas, e muitas foram as justificativas dadas às assertivas. Durante as entrevistas notou-se esforço na relativização das afirmações, ou melhor, mesmo respondendo que a relação funcional com os parlamentares era positiva ou negativa, os respondentes faziam esforço para justificar sua resposta ou fazer algum tipo de ponderação. Entretanto, o que mais chama atenção é a polarização das respostas, muito maior do que na questão a respeito da imagem dos políticos brasileiros.

A dicotomia nas características dos senadores (arrogantes, nervosos e impacientes *versus* educados, receptivos, cordiais) e de sua atuação (“sempre procuram seguir as regras” *versus* “querem tropeçar no regimento”, “pensam que tudo podem”) pode estar relacionada com as características individuais dos parlamentares, com as experiências dos Secretários e Adjuntos a partir do que lhes atinge diretamente, com a relação artificial

criada no momento da entrevista e com a consequente precaução em respostas socialmente corretas. A esse respeito, a ponderação do Entrevistado I: “A relação com os senadores, eu acho que todos os secretários irão dizer a mesma coisa, sempre é muita harmoniosa e respeitosa...” não se confirmou e explicita a preocupação com a consonância dos discursos socialmente corretos.

Dois aspectos das representações abordados por Lévy-Bruhl apareceram de forma clara nesta questão. O primeiro diz respeito à impossibilidade de se atribuir apenas uma categoria ou crença a um indivíduo, pois elas pressupõem um grande número de outras, com as quais formam uma representação. O segundo afirma que todos os símbolos de uma sociedade respeitam a lógica do intelecto e a lógica emocional, logo as representações são construções intelectuais que despertam emoções coletivas e são por elas acompanhadas (JAHODA, 1982). Compreende-se então o fato de o mesmo servidor que declarou ser possível uma relação de amizade com os senadores ter afirmado que alguns deles são arrogantes.

A sensibilidade da relação apareceu em muitas justificativas de respostas, como demonstrado a seguir:

“Então é assim, meio complicado. Mas com o tempo a gente vai lidando com essas coisas” (Entrevistado M);

“Eu acho que eu tenho muita facilidade para lidar com eles” (Entrevistado O);

“Você tem que saber chegar no parlamentar....(sic.)” (Entrevistado H);

“Então se você chegar assim, conversar e tudo... vai ficar chato... não é de se chegar...” (Entrevistado L);

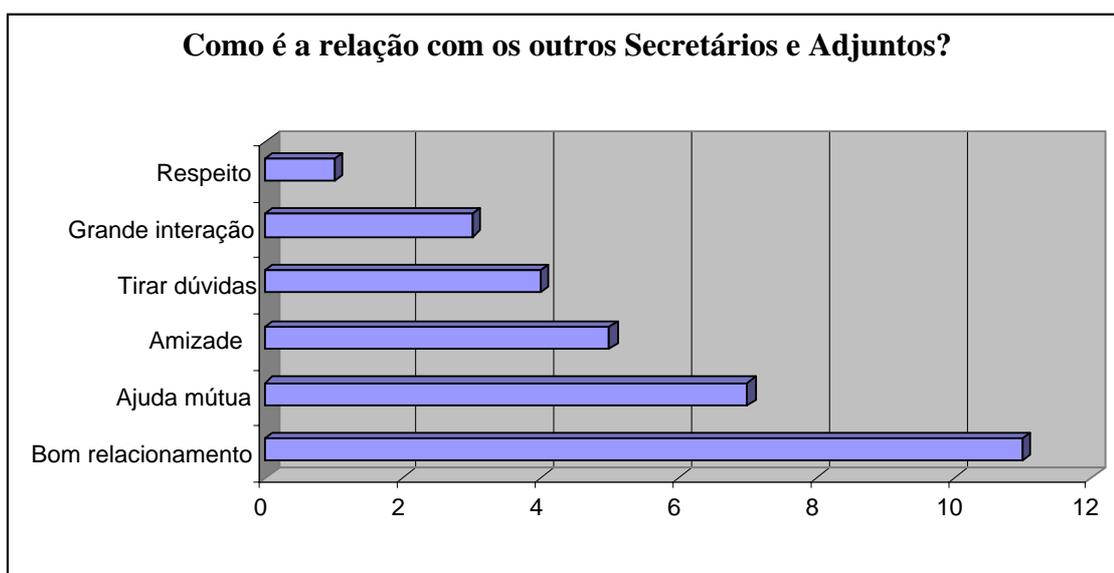
Como se percebe, vários Secretários e Adjuntos declararam que é preciso saber lidar com os parlamentares, habilidade que parece ser socialmente aprendida.

4.2.3 – Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes

A terceira e última dimensão ou estereótipo investigado por esta pesquisa são os próprios funcionários da Casa. Aqui, diferentemente das partes anteriores, o foco estava no emissor e no discurso produzido sobre si mesmo. Para tanto foram feitos questionamentos que enfatizaram as relações entre os servidores, o seu local de trabalho, a carreira e a visão de outros grupos sobre eles.

O grupo formado pelos Secretários e Adjuntos é pequeno e, de acordo com eles, coeso. O bom relacionamento foi apontado por 11 entrevistados, juntamente com a ajuda mútua, a amizade e o aconselhamento sobre as dúvidas cotidianas (Gráfico 7). Apenas um entrevistado manteve postura mais neutra, explicando que a relação entre os servidores era como em qualquer trabalho e ocorria de acordo com as afinidades pessoais. Da aparente integração e do bom relacionamento do grupo infere-se maior socialização e, conseqüentemente, maior compartilhamento de percepções, valores e ideias, as quais são expressas nos discursos.

Gráfico 7: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre a relação com outros Secretários e Adjuntos – Nov e Dez de 2008



Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

Na dimensão sobre o Senado, os funcionários foram indagados sobre o papel e a importância das comissões. Como dito, a ideia era que a importância do Secretário e do Adjunto estaria diretamente relacionada com a importância do órgão que coordenam. Na pergunta anterior o grupo foi unânime em ressaltar a relevância das comissões. Agora se questiona qual o papel e a importância da Secretaria da Comissão. Vale enfatizar a diferença existente entre a comissão, estrutura política de deliberação dos parlamentares, e

a Secretaria da comissão, órgão administrativo que instrumentaliza as atividades legislativas.

Todos os discursos (Tabela 6) sugeriram a relevância da Secretaria, mas diferentes foram as justificativas apresentadas. Partindo do conteúdo das respostas foi possível elaborar três categorias mutuamente excludentes, pois cada uma enfatiza um aspecto da importância da Secretaria da Comissão: o administrativo, o político e o técnico. As respostas foram classificadas de acordo com as características dessas categorias:

Tabela 6: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre a importância da Secretária da Comissão – Nov e Dez de 2008

Qual papel e importância da Secretaria da Comissão?		
Importância		
Administrativa	Política	Técnica
Coordena o processo legislativo (6)	Interação Executivo e Legislativo	Assessora os parlamentares (2)
Tramitação de matérias (5)	Interface com a sociedade civil	Rigor técnico
Elaborar as pautas (4)	Projeta a atuação do senador	Suporte ao presidente
Preparar reuniões (4)	Faz o meio campo entre Interesses	
Organizar audiências públicas (3)		
Pesquisa de legislação		
Contato com os gabinetes		

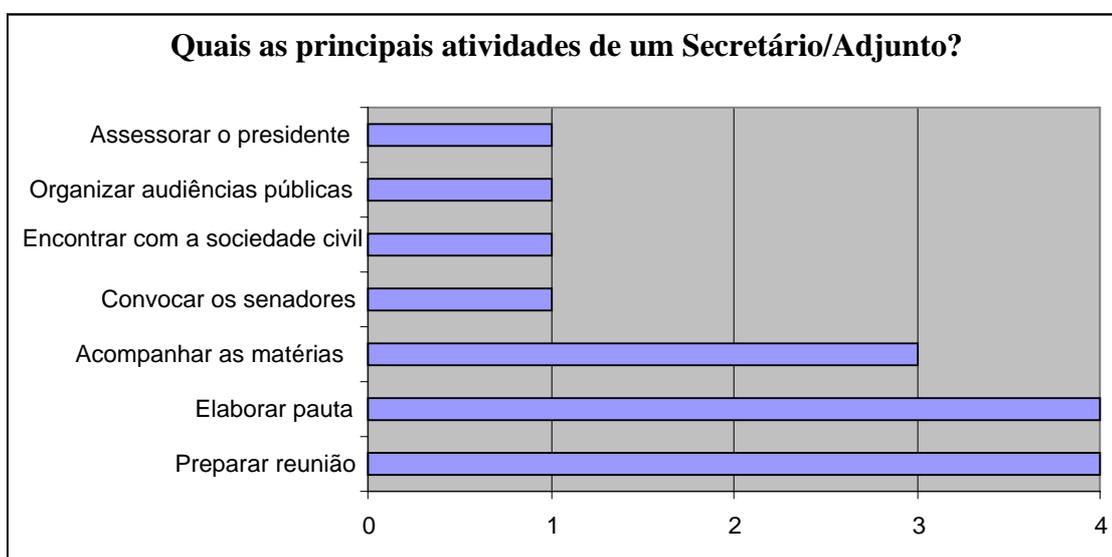
Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

As respostas são significativas e relevantes. O artigo noventa do Regimento Interno aponta as competências das Comissões e, por mais que seu escopo seja largo e algumas vezes colocado de forma vaga, se elas limitam às funções técnicas e administrativas, algumas das quais citadas na fala dos entrevistados. Contudo, para além dessas atividades, alguns Secretários e Adjuntos mencionaram a importância política da Secretaria da Comissão. Esse aspecto é interessante porque extrapola a visão normativa e parece inserir o elemento político nos modelos mentais desses servidores. Se até então parecia predominar um ponto de vista mais administrativo em relação à Casa, agora surgem

observações políticas sobre órgãos técnicos. Faz-se presente o argumento de Moscovici (2007) quando afirma que pessoas e grupos não são receptores passivos, pois pensam e comunicam continuamente as próprias representações.

Dada a importância das Comissões, quais são as principais atividades do Secretário e do Adjunto? Elas estariam mais relacionadas às atividade administrativa, política ou técnica, citadas na tabela acima?

Gráfico 8: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre suas principais atividades – Nov e Dez de 2008



Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

As funções mais destacadas aparecem no Gráfico 8 e foram predominantemente administrativas, quais sejam, a elaboração da pauta, o preparo de reuniões e o acompanhamento de matérias. Funções discriminadas como técnicas (o assessoramento ao presidente) e como políticas (encontrar a sociedade civil), foram pouco citadas, elucidando o apelo administrativo da função. Desta forma, por mais que a Secretaria da comissão seja apontada pela sua importância política, o trabalho dos servidores é colocado majoritariamente como administrativo.

Se as principais atividades dos Secretários e Adjuntos são de natureza técnica, será que as dificuldades que enfrentam em seu cotidiano também o são? Ou possuiriam natureza técnica ou política? A questão colocada aos entrevistados foi bastante direta: “Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo Secretário e Adjunto das comissões?”. As

respostas aparecem na Tabela 7 e novamente foram categorizadas a partir do conteúdo dos discursos. As categorias – administrativas, políticas e técnicas – tentam abarcar os diferentes (e excludentes) tipos de dificuldades que podem enfrentar os Secretários e Adjuntos.

Tabela 7: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre as dificuldades que enfrentam – Nov e Dez de 2008

Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo Secretário e Adjunto?		
Dificuldades		
Administrativa	Política	Técnica
Falta de pessoal (3)	Manutenção da imparcialidade (2)	Reforma do regimento (3)
Servidores que não são de carreira, assessores dos senadores (2)	Lidar com a parte política que choca com a técnica	Fazer cumprir o regimento (2)
Tramitação dos processos	Imprevisibilidade política	
Carência de espaço		
Volume de matérias		

Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

Os resultados apontaram para uma gama de dificuldades nos três campos. Ressalte-se que os obstáculos na parte técnica se referem à necessidade de atualização do regimento e ao seu cumprimento rigoroso, que também poderia ser colocado como uma dificuldade política. Nesta esfera, os problemas estão relacionados ao desempenho de uma atividade técnica numa Casa política, ou seja, se referem à imparcialidade, à necessidade de obediência às regras e à imprevisibilidade das situações. Juntas, as dificuldades políticas e técnicas aparecem em maior quantidade que as administrativas, responsáveis pela maior parte das atribuições funcionais.

A importância da comissão é técnica, administrativa e política; as atividades dos servidores são majoritariamente administrativas, mas entre as dificuldades de seu dia a dia aparecem novamente elementos políticos. A natureza técnica é comum a todo esse conjunto, mas a relação entre os aspectos administrativos e políticos é bastante interessante. Sabe-se que a estrutura dos modelos mentais deriva da experiência de cada indivíduo. Além disso, as pessoas não dispõem de recursos cognitivos suficientes que

garantam a coerência lógica de seus modelos, possibilitando a existência de contradições e ambiguidades em seu interior sem que isso comprometa sua funcionalidade (DENZAU & NORTH, 1994).

A natureza administrativa e política do cotidiano dos servidores pode ser mais bem observada em relação ao Regimento Interno e aos parlamentares, os quais correspondem à materialização dessas naturezas, balizando a atuação dos Secretários e Adjuntos. A questão que aqui se põe é saber qual o nível de autonomia desses servidores perante o Regimento, considerada, ainda, sua relação com o Presidente da respectiva comissão.

Perguntou-se aos Secretários e Adjuntos: “Considerando o dia a dia das comissões, qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?”. Houve consonância sobre a importância do Regimento Interno e a necessidade de ser fielmente cumprido. Afirmarções como a do Entrevistado L: “O Regimento é a minha base para tudo” foram bastante comuns. A primazia do regimento decorre de sua função de pautar a conduta dos servidores, orientando e legitimando sua ação, “é o que nos ampara, é o que nos dá a linha, nosso rumo, nosso norte”, como exposto pelo Entrevistado G. Por ser regra de observação obrigatória, confere segurança aos servidores, “O ruim é quando começa a fugir do Regimento, daí complica nosso trabalho”, continua o Entrevistado G.

Dos entrevistados, cinco ressaltaram que a dificuldade surge quando os parlamentares hesitam em cumprir o Regimento, como colocado pelo Entrevistado B “muitas vezes a gente coloca o procedimento para o senador, mas ele não quer acompanhar, aí que é o problema” e continua o Entrevistado J: “A postura do secretário é avisar. Eu pego o Regimento, eu leio o artigo, não pode por causa disso, disso, disso. Eu provo para ele. Então se ele quiser fazer, muitas vezes a gente tem que calar e deixar, mas eu fiz a minha parte para avisar”. Essas afirmações foram feitas com demonstrações tanto de irritação como de resignação.

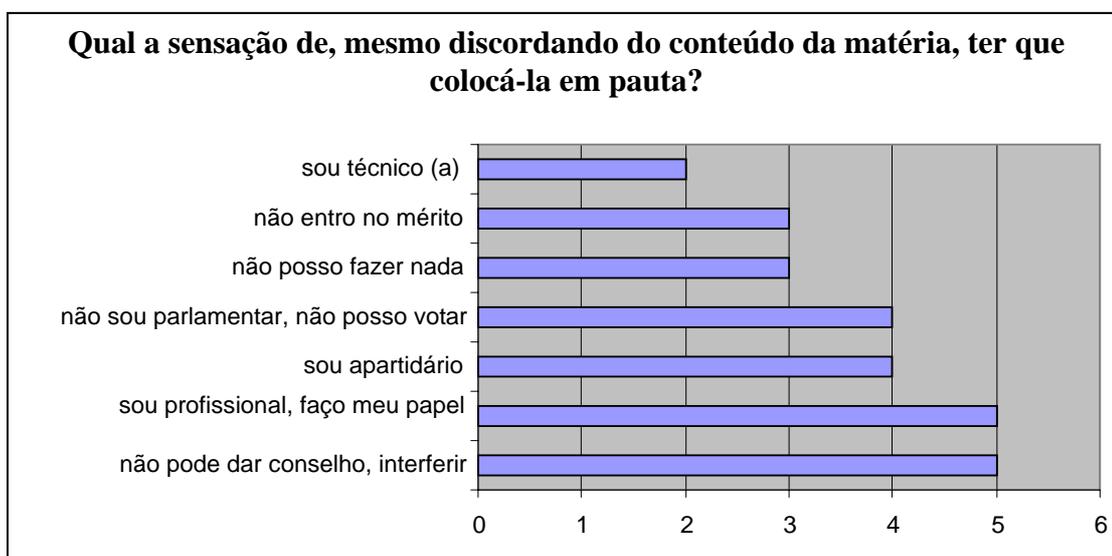
A autonomia quanto ao presidente da comissão apareceu de formas distintas, variando de acordo com a experiência pessoal. Comparações entre presidentes foram recorrentes. Fez-se a ressalva de que a autonomia que possuem é administrativa, pois a decisão política (definir a pauta, marcar reunião, agendar audiências públicas) sempre cabe ao senador, “Então a nossa autonomia é em relação a instruir o presidente na hora de votar uma determinada matéria (...). É uma autonomia restrita e sempre diz a respeito ao

processo legislativo em si” (Entrevistado J) ou como resumiu o Entrevistado E: “A autonomia que eu tenho é assim: eu passo sempre os problemas que ele decide. É claro que às vezes ele pede uma sugestão da nossa parte, aí passamos a parte técnica para o parlamentar, que junta com a parte política e decide”. Ressaltou-se várias vezes a necessidade de autorização ou aquiescência do presidente na implementação de decisões políticas.

Os discursos parecem apontar que, enquanto o Regimento Interno funciona como guia, indicando e legitimando a atuação dos funcionários, o presidente da comissão aparece como tomador de decisão de caráter político. Quando o parlamentar hesita em cumprir o Regimento, a atuação política foge ao controle dos secretários, o que evidencia a mitigada autonomia dos Secretários, nos que tange ao poder de tomar decisões políticas, dado que essas dependem inteiramente da vontade do presidente da comissão.

A limitação do escopo de ação e a impossibilidade de tomada de decisão política foram mencionadas pelos servidores, os quais administram o processo político sem serem os sujeitos do poder político. Dada a proximidade com a classe política e com as arenas decisórias, questiona-se como os servidores lidam com a deliberação de matérias que pessoalmente são contrários. Daí a pergunta “Qual a sensação de, mesmo discordando do conteúdo da matéria, ter que colocá-la em pauta?”

Gráfico 9: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre o desacordo com o conteúdo das matérias – Nov e Dez de 2008



Provavelmente esta foi a pergunta com maior homogeneidade nas considerações, como visto no Gráfico 9. Todas caminharam no mesmo sentido, diferindo apenas as formas de expressão. Quando modelos mentais são compartilhados por grupos, o aprendizado coletivo desenvolve-se e consolida-se com sentido claro. Modelos mentais consolidados são acompanhados de adaptação emocional, tornando-os resistentes a mudanças bruscas (MANTZAVINOS, NORTH E SHARIQ, 2004). Ao compartilhar a subjetividade, o indivíduo percebe que a atitude natural é aquela legitimada pelo senso comum. Logo, a realidade da vida cotidiana é a realidade por excelência, consequentemente apresenta caráter impositivo (ALEXANDRE, 2004).

Ao agrupar as diferentes respostas, observou-se a existência de *atitudes valorizadas* (ser técnico, não possuir inclinação partidária, ser profissional) em contraposição às *atitudes desvalorizadas* (que corresponderiam a impropriedades funcionais). A unicidade das respostas, para além do que conhecimento sobre o aspecto legal, aponta para o consolidado aprendizado do grupo.

Considerações como “sou técnico”, “o mérito da matéria não me cabe”, “sou uma simples funcionária” foram frequentes, por mais que o timbre da voz e expressões faciais denotassem algumas frustrações. Por vezes, considerações rígidas sobre a tecnicidade do comportamento eram seguidas de sobrancelhas arqueadas ou então a voz mais firme dava espaço a um tom mais suave. A naturalidade da postura tecnicista apareceu por algumas vezes “porque no início a gente entrava muito no mérito, pensava subjetivamente... hoje em dia é automático” (Entrevistado G), assim como a impossibilidade de tomada de atitude “A gente vê isso de uma maneira até natural” (Entrevistado H).

Para eles, o resultado da votação corresponde ao processo democrático e os cargos de Secretário e de Adjunto são funções institucionais e não políticas: “Você não é um funcionário de Governo, você é um funcionário do Estado, do Legislativo” (Entrevistado D) e o Entrevistado E continua: “Eu me sinto um funcionário que tem que trabalhar para o Senado. Os senadores, os deputados são cargos que vêm e vão. O nosso não. É um trabalho até a aposentadoria. Então você trabalha para a Casa, para o bem da Casa”.

Para a teoria das representações sociais, os grupos são produto de sua própria atividade, pois criam e se adaptam à realidade circundante. O que a sociedade pensa sobre

si constitui parte da realidade e não apenas um reflexo, pois parte da realidade é composta pela representação que tem de si mesma (MOSCOVICI, 2007).

Assim como a sociedade, os grupos desenvolvem valores, ideias e representações comuns. A imagem que o grupo tem de si e a forma como pensa ser visto pelos outros são aspectos cruciais na formação do imaginário comum. Para se aprofundar na cognição dessa realidade perguntou-se, ainda, “como o servidor do Legislativo pensa ser visto pela sociedade?”. Dada a amplitude do questionamento e as várias possibilidades de respostas, pediu-se para os entrevistados compararem o servidor do Legislativo com o do Executivo, sob os aspectos salarial, valorização e visibilidade. Os resultados são expostos na Tabela 8:

Tabela 8: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre a forma como o servidor do legislativo é visto pela sociedade – Nov e Dez de 2008

Como o servidor do legislativo é visto pela sociedade?		
Servidor do Legislativo		
Questão salarial	Visão social	Características da Casa
Diferença é gritante	Mal vistos (7)	Alguns funcionários desmotivados
Acham que a gente ganha muito (3)	Acham que ninguém trabalha/trabalha pouco (4)	Tem pessoas que não trabalham
	Acham que sou marajá (4)	Minoria não trabalha
	Servidor do Legislativo é mais valorizado que do Executivo (3)	Tem gente que faz horário corrido
	Imagem pejorativa (3)	Pouco incentivo da Casa
	Evito dizer que trabalho no Senado (2)	
	Mídia divulga uma imagem ruim	
	Acham que o servidor é o Senado	

Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

O servidor do Legislativo observa que é bem remunerado, contudo, afirma que são mal vistos pela sociedade. Os funcionários acreditam que sua imagem social é de pessoas que trabalham pouco e ganham muito, denominados “marajás”. Fez-se a ressalva de que existem setores da Casa onde se trabalha pouco, mas isso não é a regra. O pouco incentivo dado pelos órgãos administrativos para estímulo dos funcionários, como oportunidades de disputa de cargos de diretoria “porque aqui no Senado em qualquer lugar tem diretoria” (Entrevistado M) também foi mencionado. Para alguns entrevistados, o servidor do Legislativo é mais visto que o do Executivo, mas a visibilidade não significa valorização,

ao contrário. Os Secretários e Adjuntos ressaltam que sua imagem está extremamente vinculada à do Senado, logo a má fama da Instituição, em grande parte derivada de escândalos e de CPIs, atinge os servidores “A pessoa leiga que ta lá fora acha que o servidor é o Senado. (...) Por que relacionam uma coisa a outra” (Entrevistado H).

O imaginário comum dos servidores provavelmente inclui o modo como pensam ser vistos pelos seus chefes, os parlamentares. Fez-se a seguinte pergunta para os Secretários e Adjuntos: “como os parlamentares veem o trabalho do Secretário de comissão?”. O conteúdo das respostas possibilitou sua categorização posterior em valorações positivas, negativas e neutras. Não foi feita mensuração de intensidade dentro das categorias, apenas entre elas, como explicitado na Tabela 9:

Tabela 9: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre a visão dos parlamentares a respeito do trabalho dos Secretários e Adjuntos – Nov e Dez de 2008

Como os parlamentares veem o trabalho do Secretário e Adjunto de comissão?		
Positiva	Neutra - Ambígua	Negativa
A maioria vê com respeito (5)	Não demonstram a sua visão (2)	Alguns não veem bem, não levam em consideração (3)
Veem com bons olhos (2)	Não sei, sinceramente	Eles não veem
No geral, gostam dos secretários (2)	De todo jeito. Tem comentário de toda natureza	Pouco se valoriza o serviço dos secretários
Já ouvi elogios (2)	Nem sei se eles têm tempo pra pensar nisso	Alguns tratam a gente com um funcionário deles
Como bons auxiliares	Depende do Secretário	
Confiam na gente	Se desempenhar bem o papel, é bem visto	
Como de fundamental importância	Espero que com bons olhos	
Sempre elogiam		

Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

As visões positivas e neutras apareceram em maior quantidade que as negativas. Novamente, a relativização de respostas foi bastante frequente, o que pode ser percebido pela quantidade de pronomes como “alguns”, “poucos”, “maioria”. Como a pergunta foi aberta, respostas positivas se seguiram a ponderações neutras ou ambíguas, assim como as negativas. Os dados encontrados parecem se harmonizar com as respostas obtidas na pergunta sobre como é a relação com o parlamentar. Por mais que naquela a quantidade de

respostas tendentes a apontar a relação como autoritária seja maior, os servidores acreditam que os parlamentares veem seu trabalho de forma mais positiva do que negativa. Ou seja, o tipo de relação influencia, mas não determina a visão sobre o trabalho dos Secretários e Adjuntos.

Quando perguntado “como os outros funcionários da Casa veem o trabalho dos Secretários e Adjuntos das comissões?”, o conteúdo das respostas novamente foi classificado de acordo com as seguintes categorias: valorações positivas, neutras e negativas, criadas a partir das respostas dos entrevistados. As respostas seguiram o mesmo padrão de relativização (Tabela 10), mas a quantidade de respostas positivas diminuiu e as negativas aumentaram, mostrando que os Secretários e Adjuntos acreditam que são mais bem vistos pelos parlamentares do que pelos próprios colegas. As muitas funções e setores da Casa foram citados como fator que leva os outros funcionários a não conhecerem o trabalho dos secretários de comissão.

Tabela 10: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre a visão dos outros funcionários da Casa a respeito do trabalho do Secretário e do Adjunto – Nov e Dez de 2008

Como os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário e Adjunto de Comissão?		
Positiva	Neutra – ambígua	Negativa
Veem com bons olhos, valorizados (5)	Alguns entendem	Não sabem o que faz um secretário (3)
Quem conhece valoriza (4)	Nem todo mundo conhece	Não enxergam (2)
De extrema responsabilidade	Nunca tive essa curiosidade	Pior que os senadores
Upgrade com a CF88	Depende do trabalho, da dedicação	Faz pouco caso
Com seriedade	É um trabalho específico	

Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

O reconhecimento do trabalho desempenhado influencia a autoimagem do grupo. Dado esse quadro, questionou-se: “os servidores estão satisfeitos com o reconhecimento de seu trabalho?”. Dos 15 entrevistados, oito afirmaram que o trabalho deveria ser mais bem reconhecido, dois comentaram que o reconhecimento depende da postura dos próprios secretários e cinco disseram estar satisfeitos. Como a pergunta foi aberta, vários

entrevistados justificaram ou relativizaram suas respostas, afirmando que o reconhecimento é um processo ou que é uma variável dependente do conhecimento individual. Aos oito que afirmaram o pouco reconhecimento, perguntou-se quem deveria conferi-lo. Duas foram as repostas: os parlamentares e a Casa, colocando o reconhecimento dos demais funcionários em segundo plano.

No contexto de demanda por maior reconhecimento, de ênfase na importância do regimento, de má visibilidade social, de boa relação com os senadores, do profissionalismo no contato com as matérias, perguntou-se “como essas pessoas veem sua inserção na Instituição do Senado Federal?”. A última pergunta da pesquisa foi: “Como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: é mais administrativo, técnico ou, político? Por quê?”. O propósito era captar como essas pessoas veem sua existência dentro da Casa que integram, não apenas no trabalho das comissões, mas de forma mais ampla. As respostas foram dadas livremente, logo, os funcionários podiam apontar mais de uma natureza de inserção, como observado na Tabela 11:

Tabela 11: Distribuição do conteúdo das respostas dos Secretários e Adjuntos sobre sua inserção na Casa – Nov e Dez de 2008

Como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho no Senado? É mais administrativo, técnico ou político?		
Técnico	Político	Administrativo
14	11	8

Fonte: Pesquisa Empírica da mestranda

A natureza técnica foi a que mais apareceu, seguida da política e, por fim, a natureza administrativa. Os resultados foram interessantes, pois, nas respostas anteriores, o componente técnico nunca deixou de aparecer, mas também não teve predominância como agora. Logo, esperava-se que ele aparecesse, mas não na quase unanimidade das respostas. Ademais, não se cogitava que a natureza política, apontada como dificuldade cotidiana, mas pouco citada nas atribuições dos Secretários e Adjuntos, fosse mencionada por 11 dos 15 funcionários, ou seja, mais de dois terços do grupo. Por fim, a natureza administrativa foi lembrada por apenas oito entrevistados, mesmo tendo aparecido de forma predominante

nas respostas sobre o papel e importância da Secretaria da Comissão e sobre as dificuldades cotidianas.

As justificativas foram bastante esclarecedoras, principalmente quanto à natureza política. Os que declararam não possuir esse aspecto argumentaram que a parte decisória cabe unicamente aos senadores (como colocado amplamente na questão sobre a autonomia em relação ao presidente) e que os servidores não interferem no mérito. Já os que inseriram a política em suas vidas relacionaram-na com a manutenção de certa conduta e a impossibilidade de evitá-la dentro de uma Casa política, ou melhor, é “político porque a gente joga de acordo com que o presidente determina” (Entrevistado P) e outro complementa “você tem que ser político, por que você está em contato com parlamentares de todos os partidos e cada um é de uma forma. Você tem que abordar de formas diferentes” (Entrevistado I). A parte política estaria relacionada à facilitação das discussões, à flexibilização, à articulação com os senadores, à ajuda em dirimir conflitos, enfim, à “política boa e não a politicagem” (Entrevistado G).

Em termos teóricos, como visto, os modelos mentais correspondem a formas de interpretação da realidade. A convivência entre indivíduos no mesmo contexto, durante um espaço de tempo, vai formando e consolidando modelos mentais comuns, os quais são conhecidos, compartilhados e impostos aos membros do grupo.

Em termos empíricos, os Secretários e Adjuntos das Comissões Permanentes do Senado Federal, apesar de todo apelo técnico e administrativo da função, possuem em seus modelos o elemento político de forma às vezes clara, às vezes um pouco encoberta. O fato de estarem dentro de uma casa política alavanca o componente político no seu cotidiano, no seu universo de ação e nos seus modelos mentais. Por mais que a inserção desses funcionários na Casa tenha caráter técnico e administrativo, elementos bastante ressaltados pelos entrevistados, a natureza política permanece, seja diretamente, seja através das inúmeras justificativas e constantes ambiguidades.

5 – Conclusão

A inserção do indivíduo na sociedade ocorre através da junção de elementos individuais e coletivos. Sendo assim, indivíduos buscam (e são compelidos a) harmonizar suas visões, valores e racionalizações pessoais com elementos simbólicos integrantes da realidade coletiva e que lhe foram tacitamente ensinados durante todo seu processo de socialização. As mediações entre a esfera individual e coletiva e o resultado da união e harmonização dos elementos de ambas. Constituem preocupações correntes do amplo campo das Ciências Sociais e foco principal desta pesquisa.

Esta pesquisa de mestrado teve como proposta a consecução tanto de objetivos teóricos – empreender um diálogo entre o institucionalismo e as representações – quanto de objetivos empíricos – investigar os modelos mentais de certo grupo de burocratas do Senado Federal. Desta forma, existem resultados teóricos e empíricos.

O primeiro capítulo da dissertação foi dedicado às instituições, com especial atenção ao seu processo de formação e consolidação através dos modelos mentais. O aparato normativo regulador do funcionamento do Senado Federal – Constituição Federal, Regimento Interno e Regulamento Administrativo – foi observado nos três aspectos de interesse, quais sejam, o Senado, os políticos e os próprios funcionários da Casa.

Já o segundo capítulo ateu-se à teoria das representações e focou-se nas crenças, valores e ideias compartilhados por um corpo social. As representações foram observadas através das contribuições oriundas da sociologia, por Émile Durkheim, da antropologia, por Lucien Lévy-Bruhl, e da Psicologia Social, através de Serge Moscovici. Neste capítulo, empreendeu-se esforço de diálogo entre a teoria institucionalista e de representações sociais, apontando os modelos mentais como possível elo entre ambos.

Por fim, o terceiro capítulo enfatizou o objetivo empírico, qual seja, a investigação dos modelos mentais dos Secretários e Adjuntos de todas as Comissões Permanentes do Senado Federal. Dos 17 indivíduos que integram o grupo, 15 foram entrevistados, ou seja, conseguiu-se cobrir mais de 88% do universo. A quantidade de entrevistados parece

pequena, mas é bastante representativa da alta chefia das Comissões Permanentes do Senado. O objetivo era, através do exame dos discursos, alcançar o conteúdo dos modelos mentais relativos a três dimensões: o Senado, os políticos e os próprios servidores. Empreendeu-se um estudo de campo de cunho exploratório, com o propósito de levantar informações, disponibilizar dados e propor questionamentos.

5.1 – Discussão teórica

A discussão teórica foi importante e apresentou como achado principal os elementos comuns e a consequente possibilidade de diálogo entre arcabouços teóricos. Por mais que sejam linhas teóricas com pouco diálogo entre si e pertencentes a disciplinas distintas como a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia Social, o institucionalismo e a abordagem das representações não são campos estanques e divergentes. É possível encontrar elementos comuns entre essas abordagens teóricas, os quais, mesmo com a dificuldade apresentada pelas fronteiras existentes entre os campos do conhecimento social em que se inserem, permitem o diálogo entre elas.

Enquanto o institucionalismo aponta para regularidades comportamentais nas relações sociais, o arcabouço das representações enfatiza as formas comuns de interpretação do mundo, socialmente construídas e fundamentais para a convivência coletiva. Grosso modo, um ressalta o efeito externo o outro indica a motivação interna. Além disso, o olhar atento para essas abordagens teóricas mostra forte congruência entre elas, principalmente quanto a: 1) origem social; 2) o propósito explicativo; 3) a natureza coercitiva; e 4) o papel dos modelos mentais.

Quanto à origem social, o institucionalismo ensina que as instituições são endógenas, ou melhor, criadas pelo homem, e estruturadas pela realidade social (ACEMOGLU, 2004). Não resultam naturalmente de forças exógenas, mas se configuram gradualmente através da interação social. Tanto moldam a sociedade como a relação entre os diversos atores vai influenciar as transformações (e moldar) essas mesmas instituições, em um recíproco processo de influência (MARCH & OSLEN, 1984). Da mesma forma, as representações são, segundo Durkheim (1983), o resultado do esforço de uma multidão de indivíduos que combinaram suas ideias, processo este decorrente do acúmulo de experiências de várias gerações. A Psicologia Social argumenta que as representações

sociais são construídas no dia a dia, através do processo de interação e comunicação, isto é, são produto da criação coletiva (MOSCOVICI, 2007).

Tanto o institucionalismo como as representações se preocupam fundamentalmente com a relação entre indivíduo e sociedade, apontando como se dão as mediações entre esferas. O institucionalismo enfatiza que, para compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações sociais, devem-se observar as mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais. As instituições correspondem exatamente a essas mediações (THÉRET, 2003). Da mesma forma, as representações se inserem acima do indivíduo, organizando a vida em sociedade. Para além de suas representações pessoais, o indivíduo percebe que existe um mundo de “noções-tipo” que organizam e moldam suas ideias. Ao mesmo tempo em que participa das noções-tipo, elas o ultrapassam (DURKHEIM, 1983, p. 238). Como possuem a função de intermediar estruturas, as instituições e as representações regulam o comportamento individual, delimitam a esfera de ação e, conseqüentemente, possibilitam a previsão da ação dos outros indivíduos. A capacidade de previsão reduz as incertezas e mantém a sociedade unida, pois comportamentos desviantes são mais facilmente identificados e punidos.

Contudo, muitas vezes os valores e ideias individuais vão de encontro às estruturas coletivas. Como as representações e as instituições se inserem entre as esferas individuais e coletivas, ultrapassando o âmbito pessoal, a intermediação pode apresentar características coercitivas. As instituições, sejam formais ou informais, moldam comportamentos e preferências, conferindo incentivos e impondo constrangimentos (KREHBIEL & DIEMINIER, 2003). Em outras palavras, as instituições não apenas delimitam as ações individuais como elaboram mecanismos de punição dos comportamentos desviantes. Por sua vez, algo comum ao arcabouço teórico das representações é o papel algumas vezes de coação dessas representações. Quando um indivíduo nasce no interior de um grupo social, ele está imerso em um imaginário simbólico que moldará toda sua percepção, compreensão e interpretação da realidade social. Os conteúdos mentais são imperativos que determinarão ou influenciarão de forma definitiva todo processo cognitivo posterior. Como explicita Durkheim (1983), os indivíduos percebem que acima de suas percepções existe um sistema de representações coletivas que possuem um tipo de força e ascendência. Essas representações se impõem ao indivíduo particular, obrigando-o a regular suas ideias e valores conforme essas representações.

O diálogo entre essas abordagens teóricas torna-se ainda mais concreto quando o conceito de modelos mentais é apresentado. Definido como formas comuns de interpretação da realidade, os modelos mentais podem ser compreendidos como a parte individual das instituições e das representações. Como ambas se referem a intermediações entre indivíduos e a sociedade, os modelos mentais correspondem à parte mais próxima do nível individual, ou seja, a percepção pessoal das instituições e das representações. Consistem no elemento comum entre ambas, ou melhor, a interpretação que, uma vez consolidada e partilhada pelo grupo, poderá tomar a forma de instituição ou representação. Ao mesmo tempo, essas interpretações comuns, esses modelos mentais, não são construídos inteiramente no nível individual, não se parte de uma tábua rasa. Ao contrário, são a construção pessoal de determinados elementos oriundos do arcabouço coletivo prévio e socialmente construído, dentro do qual o indivíduo se insere e a partir do qual interpreta o mundo.

5.2 – Resultados empíricos

A pesquisa empírica realizou entrevistas e transcreveu todos os discursos (Anexo 3) para facilitar a análise de conteúdo empreendida. Realizou-se uma apropriação das interpretações pessoais sem, contudo, dissecá-las. Em possível pesquisa futura seria interessante ampliar as análises para os processos cognitivos e sua formação constitutiva, sua difusão e prováveis modificações. Seriam interessantes também estudos que diferenciasssem a parte central dos modelos mentais das periféricas, com suas inter-relações e dependências. Para essa dissertação, observou-se a noção como um todo, ou seja, na forma de bloco de sentido articulado, elementos de uma rede de significações socialmente elaboradas.

Antes de examinar os estereótipos sobre o Senado, os políticos e os próprios funcionários, buscou-se um perfil desses servidores. O grupo é pequeno, parece coeso e, de acordo com os próprios funcionários, possui um bom relacionamento. O conjunto é majoritariamente masculino, com 67% de homens e 33% de mulheres. O grupo possui formação acadêmica bastante distinta e predominantemente na área de humanas. Cerca de 73% ingressaram no Senado há mais de 24 anos, por isso não fizeram concurso público.

Apenas 27% são concursados e a maior parte do grupo teve no Senado sua primeira experiência profissional.

Esses aspectos são especialmente relevantes, pois mostram que exercício da função de Secretário e Adjunto não exige formação específica, estando muito mais relacionado com um conhecimento sobre o funcionamento interno da Casa e seu aparato normativo. Isso pode ser verificado pelo longo período em que esses servidores trabalham no Senado, pela comum experiência em outras comissões e pelo bom conhecimento sobre a Casa que afirmam ter.

Encontrou-se substancial consonância entre os discursos dos entrevistados. Mesmo quando as falas pareciam caminhar em direções diferentes, foi possível elaborar categorias a partir de seus próprios conteúdos e classificar as respostas em função dessas categorias, organizando o material coletado e evidenciando seus elementos de consonância e dissonância.

Esses servidores relacionam o cotidiano do Senado com sua realidade como funcionários, e não com as atividades legislativas em si. A Casa é vista tanto como uma instituição que deve ser respeitada como também na forma de um lugar que não funciona muito bem. O Senado foi comparado ao Brasil, apontando que a representação que alguns desses servidores possuem do país também o coloca como um todo formado por partes contraditórias ou opostas. A complexidade de sua formação e funcionamento talvez expliquem a grande quantidade de ponderações e ambiguidades das respostas dos entrevistados. O grupo acredita que há muita interferência do Executivo no Legislativo, mas, dentro deste, Câmara e Senado contribuem de igual forma para o processo legislativo. A importância equitativa das duas câmaras foi justificada pela forma como são tratadas na Constituição Federal, que lhes confere competências distintas, porém complementares. A existência de outro órgão com funções semelhantes possibilita a comparação da produção legislativa, do regramento e funcionamento interno, da atuação dos parlamentares e funcionários.

A unanimidade dos entrevistados compreende as comissões como muito importantes no processo legislativo, desempenhando papel central na discussão e deliberação de matérias. Sobre os setores da Casa mais relevantes para o processo

legislativo, 12 entrevistados apontaram as comissões; em segundo lugar veio a Secretária Geral da Mesa. Apenas dois entrevistados citaram o Plenário.

A convivência muito próxima com os parlamentares não faz com que esses indivíduos tenham uma visão positiva dos políticos brasileiros. As poucas avaliações positivas foram superadas pelas ambiguidades ou ponderações. Contudo, o relacionamento cotidiano com os senadores foi majoritariamente apontado como harmônico, mas também bastante explicitado como autoritário. A dicotomia entre respostas foi acompanhada por esforço na relativização das afirmações.

O último estereótipo investigado refere-se aos próprios funcionários. O servidor do legislativo considera que é bem remunerado, contudo afirma que são mal vistos pela sociedade. Como sua imagem está extremamente vinculada à do Senado, a má fama da instituição os atinge. Para os servidores, os parlamentares veem de forma positiva o trabalho dos Secretários e Adjuntos, mas muitas ponderações e algumas avaliações negativas foram feitas. Quanto à forma como são vistos pelos outros funcionários da Casa, a maioria acredita que também são valorados positivamente, por mais que a quantidade de respostas positivas tenha diminuído e as negativas aumentado, mostrando que os Secretários e Adjuntos acreditam que são mais bem vistos pelos parlamentares do que pelos próprios colegas.

Algumas perguntas foram feitas sobre a Secretaria das Comissões, pois partiu-se do pressuposto de que a importância do Secretário e do Adjunto estaria diretamente relacionada com a importância do órgão administrativo que administram. Todos os funcionários enfatizaram a relevância da Secretaria, mas diversos foram os argumentos apresentados. Em sua maior parte as justificativas derivavam do caráter administrativo do órgão, mas seus aspectos técnico e político também foram lembrados. O grupo compreende que as principais funções de um Secretário e Adjunto são de natureza administrativa, mas as dificuldades são administrativas, técnicas e políticas, nesta ordem.

A natureza administrativa e política do cotidiano dos servidores pode ser mais bem observada em relação ao Regimento Interno e aos parlamentares, os quais balizam a atuação dos Secretários e Adjuntos. O Regimento Interno parece funcionar como guia, indicando, limitando e legitimando a atuação dos funcionários. Todavia, sua autonomia e controle restringem-se ao escopo técnico e administrativo, ao passo que, para as decisões

políticas, depende-se inteiramente da vontade do presidente da comissão. De forma ampla, a natureza da inserção dos Secretários e Adjuntos no Senado Federal é mais técnica, seguida pela política e, por fim, a administrativa. Esses resultados são bastante curiosos, pois, por mais que a esfera política tenha aparecido nos questionamentos anteriores, agora se mostrou com bastante força.

A natureza técnica esteve presente em todos os momentos de forma mais ou menos constante. As maiores variações ocorrem com as esferas administrativa e política. Por mais que as atividades dos Secretários e Adjuntos tenham grande apelo técnico e administrativo, os servidores percebem, sentem e falam sobre sua natureza política. Mesmo enfatizando o caráter predominantemente administrativo de seus afazeres, reconhecem que parte da importância e algumas das dificuldades são políticas. Sendo assim, por mais que o elemento administrativo seja incentivado e ressaltado, ele consegue até afastar, mas não é suficiente para anular o elemento político.

5.3 – Considerações finais

A dicotomia entre a lógica técnica e a política não anula o movimento de aproximação e distanciamento entre ambas, ou melhor, mesmo sendo divergentes, as naturezas desses elementos estão presentes nos modelos mentais dos funcionários. A convivência entre naturezas tão diversas não significa mudança radical na lógica ou na estrutura do modelo mental vigente. Em outras palavras, naturezas que tenderiam a se repelir podem conviver dentro de um modelo mental e até tornarem-se próximas, sem que isso comprometa o modelo ou prejudique sua aplicabilidade.

Os Secretários e Adjuntos parecem estar constantemente entre posições contraditórias ou ambíguas. Veem os políticos com maus olhos, mas afirmam que sua relação com os parlamentares é harmônica. Compreendem sua função como muito importante ao processo legislativo, mas não possuem o reconhecimento dos colegas. São bem remunerados, mas socialmente mal vistos. Administram o processo legislativo, mas não o dirigem, não tomam decisões. São especialistas nas normas regimentais, mas têm que se curvar às decisões políticas. Essas dubiedades e oposições, muitas derivadas da convivência entre lógicas distintas, transparecem em seus modelos mentais.

O espaço para acomodação de interesses que existe no aparato normativo do Senado Federal (Capítulo 1) parece ter similaridade com o espaço de acomodação das contradições, ambiguidades e naturezas dos modelos mentais dos seus servidores. Se a norma configurou o imaginário ou vice-versa trata-se de dilema não abarcado por essa pesquisa. Sabe-se que o Senado Federal como instituição democrática e legiferante é cenário de deliberações e adequação de interesses. Harmonizar a vontade política e seus interesses com o cumprimento das regras demanda espaços para conformações inclusive nas interpretações comuns, nos modelos mentais dos Secretários e Adjuntos. Em outras palavras, a complexa estrutura do Senado e a ambiguidade que lhe é inerente incidem sobre os servidores, com efeitos sobre o conteúdo de seus pontos de vista.

Essa pesquisa de mestrado suscita vários questionamentos, muitos decorrentes de seu caráter exploratório. Pode-se perceber que a estrutura institucional do Senado estimula a existência da ambiguidade nos modelos mentais de seus servidores, mas até que ponto as representações desses servidores não incitam essa ambiguidade? Os modelos mentais (e as ambiguidades neles presentes) são influenciados de igual forma pela instituição e pelas representações individuais? E qual será a influência que essas pessoas exercem sobre a estrutura? A influência que sofrem é igual à que exercem? No tempo em que estão inseridos no Senado Federal e, mais especificamente, nas comissões permanentes, será que esses servidores incitaram ou chegaram a provocar, ativa ou passivamente, algum tipo de mudança na instituição e/ou nas representações desta? Qual foi essa mudança e como foi feita? Será que parte da influência e da pressão estrutural que sofrem hoje não foram estimuladas por eles em um momento anterior? Ou então, durante os muitos anos em que esses servidores estão na função, qual a influência, interferência ou mesmo pressão que sofreram de fatores externos oriundos da sociedade?

Algumas respostas a estas perguntas exigem pesquisas e dados mais detalhados, com cortes longitudinais, abrangendo fatores excluídos por esta pesquisa de mestrado. Mais estudos mostram-se necessários para a elaboração de generalizações e apontamentos teóricos. Esta pesquisa representa um esforço inicial de compreensão das representações e das instituições – ambas observadas através dos modelos mentais – que envolvem alguns servidores do Senado Federal.

6 – Bibliografia

ACEMOGLU, Daron, Simon JOHNSON, e James ROBINSON. *Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth*. NBER Working Paper Series, Cambridge: NBER, 2004.

ALEXANDRE, Marcos. *Representação Social: uma genealogia do conceito*. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 23, página 122 a 138, julho – dezembro 2004

ALMEIDA, A. M. O. *A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas*. Em SANTOS, M. F. S & ALMEIDA, L. M (org) *Diálogos com a teoria das representações sociais*. Recife: UFPE, 2005, PP 119-160

BAAKLINI, Abdo I. *O Congresso e o Sistema Político do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A, 1993

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Razão e Afetividade – O pensamento de Lévy-Bruhl*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo, Ed. Atlas S.A, 2007.

DENZAU, Arthur T. e NORTH, Douglass C. *Shared mental models: Ideologies and Institutions*. *Kyklos* 47:1, 3-31. 1994.

DIERMEIER, Daniel, e KEITH Krehbiel. “Institutionalism as a Methodology.” *Journal of Theoretical Politics* 15 (2003): 123-144.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção os Pensadores, 1983

DUVEEN, G. *Introdução – O poder das ideias* Em MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GEORGE, Alexandre & BENNET, Andrew. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2004, capítulo 1

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Administração e contexto brasileiro: Esboço de uma teoria geral da administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary C. R. *As três versões do neo-institucionalismo*. Lua Nova, 2003, no. 58, p. 193-223

JAHODA, G. *Psychology and anthropology*. Londres: Academic press, 1982

JODELET, D. Représentations sociale. *Grand dictionnaire de La psychologie*, Paris: Larousse, 1991

LEFEVRE, Fernando & LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti O sujeito coletivo que fala. *Interface (Botucatu)*, Dez 2006, vol.10, no. 20, p. 517-524. ISSN 1414-3283

MANTZAVINOS, C., Douglass C. NORTH, e Syed SHARIQ. "Learning, Institutions, and Economic Performance." *Perspectives on Politics* 2 (2004): 75-84.

MARCH, James G., e OSLEN, Johan P. *The new institutionalism: organizational factors in political life*. *The American Political Science Review*, Vol. 78, No. 3 (Sep., 1984), 734-749

MOSCOVICI, S. *Social Influence and Social Change*. Londres, Academic Press, 1976

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTTA, Fernando C Prestes; BRESSER-PEREIRA, L. C.. *Organização Burocrática*. 2a. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990

NORTH, Douglass. Institutions. in *Journal of economic perspective*. V.5 n. 1, 1991. P. 97.

NUNES, Le-Lyne P. L.; FERRARI, Rafael. *O que são, afinal, redes de políticas públicas?*. *Res Pvblica*, v. 6, p. 77-92, 2008

NUNES, Le-Lyne P. L.. *Paradigma e Comunidade Científica: reinterpretando os conceitos de Kuhn para as Ciências Sociais*. Série CEPPAC, v. 010, p. 5-15, 2007

NUNES, Le-Lyne. P. L.; FERRARI, Rafael; COLAÇO, M Fernanda. *Instituições Políticas e Desempenho econômico de longo prazo: a busca de relações e o caso do Mercosul*. In: VIII SIMPOSIO y I CONGRESO INTERNACIONAL Los procesos de integración en el ámbito regional y global. Una mirada desde la perspectiva de los tres continentes (América, Asia y Europa). Análisis históricos y coyunturales, 2008, Buenos Aires. Anais do Congresso Internacional, 2008

NUNES, Le-Lyne P. L. *Quais regras? Uma análise do aparato normativo do Senado Federal Brasileiro*. In: II Congresso Uruguayo de Ciencia Política, 2008, Montevideo. Anais do Congresso, 2008

PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. *Lua Nova*, 2004, no.61:139-155

PORTO, Maria Stela Grossi. *Crenças, valores e representações sociais da violência*. *Sociologias*, Dez 2006, no. 16: 250-273.

RANINCHESKI, Sonia Maria. *Elites Parlamentares e a Questão Social no Brasil e no Uruguai: 1904 – 1914*. Tese de doutorado, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, UnB. Brasília, 2004

SENADO FEDERAL, *Regimento Interno*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 2007

SENADO FEDERAL, *Regulamento Administrativo*. 1997

THÉRET, Bruno. *As instituições entre as estruturas e as ações*. Lua Nova, 2003, no. 58m p. 225-254

WEBER, Max. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política da burocracia e da natureza dos partidos*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1993

WEBER, Max. *Economia y sociedad: Esbozo de sociologia comprensiva*. México: Fondo de Cultura Econômica, 2. ed., 1997

YIN, Robert K. *Estudo de caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005

ANEXO 1 – Servidores entrevistados

Adriana Tavares Sobral
Airton Dantas de Souza
Altair Gonçalves Soares
Celso Anonym Parente
Dulcília Ramos Calhao
Égli Lucena Heusi Moreira
Janice Ribeiro
José Alexandre G. Mota da Silva
José Francisco B. de Carvalho
José Roberto Assumpção Cruz
Júlio Ricardo Borges Linhares
Luiz Gonzaga Silva Filho
Marcello Varella
Selma Miriam Perpétuo Martins
Valter Simões dos Santos

Anexo 2 – Roteiro da Entrevista

1. Perfil:

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

A- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

B- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

1.2. Há quanto tempo o Senhor (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

1.3. Onde o Sr (a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

1.4. O Sr (a) já trabalhou em outra Comissão? Qual? Qual cargo?

1.5. Qual a sua área de formação?

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

1.7. Como o Sr (a) ingressou no Senado?

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

2.2. Como o Senhor vê o Senado?

2.21 Como ele funciona?

2.22 Quais são os aspectos que mais se destacam na atuação do Senado hoje? (CPIs, leis, escândalos)

2.3 Como o Sr (a) entende o papel do Legislativo no Brasil?

2.31 Relações entre Câmara e Senado

2.32 Relações entre o Executivo e o Legislativo

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr (a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

2.61 Conferem fluidez ao processo legislativo?

2.62 As matérias são mais discutidas?

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr (a) vê os políticos brasileiros?

3.11 No processo legislativo

3.12 Na atuação política

3.2 Como é trabalhar com os senadores?

3.21 Relação harmônica? Autoritária?

3.3 A atuação dos senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão?

4.21 Quais problemas o Secretário enfrenta? Exemplo específico?

4.22 Satisfeito com o grau de autonomia que possui?

4.3 Como o Secretário é escolhido?

4.31 A estabilidade na carreira é importante?

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo?

49.1 Somos mais ou menos valorizados que o Executivo? Por quê?

49.2 Como é a carreira de servidor do Legislativo em comparação ao Executivo?

4.10 Como o Sr (a) acredita que os parlamentares veem o trabalho do Secretário de comissão?

4.11 Como o Sr (a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

4.12 O Sr (a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser mais bem reconhecido. (Por quem?)

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

Anexo 3 – Transcrição das Entrevistas

Entrevistado A

1. Perfil:

Sexo: M

1.1 Há quanto tempo o senhor trabalha no Senado?
28 anos

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?
Bem.

b- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?
Quando comecei a trabalhar na Secretaria Geral da Mesa comecei a entender a Casa, então uns 10 anos.

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?
6 anos

1.3. Onde o Sr (a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?
Gabinete da diretoria das comissões, com a Cleide.

1.4. O Sr(a) já trabalhou em outra Comissão?
Não, só aqui.

1.5. Qual a sua área de formação?
Administração.

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?
Foi meu primeiro emprego, antes fiz só estágio.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?
O meu é corrido, agitado. Em decorrência da Comissão X, não desfazendo das outras, mas é praticamente uma das mais importantes aqui do Senado. Então o volume de trabalho é grande, solicitações, desde informações, pedido de informações... entendeu?

2.2. Como o Sr. vê o Senado? O que mais se destaca dentro do Senado?
O que destaca mais é a função legislativa, que é o objetivo da Casa. Tem a fiscalização, mas pra mim está meio fora, foge um pouco. É regimental, mas na minha opinião foge um pouco.

2.3 Como o Sr(a) entende a relação entre o Executivo e o Legislativo?

Executivo interfere demais no legislativo. É o que todo mundo vê.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

O Senado tem preponderância. O Senado sobressai em relação a Câmara... mas tem a grande disputa entre Senado e a Câmara. Até o regimento, na minha opinião, deve falar a mesma coisa, ter a mesma língua. Hoje o regimento da Câmara é um do Senado é outro. Até o público de forma geral se perde... lá na Câmara acontece uma coisa no Senado acontece outra. Deveria ser um regimento comum, a tramitação das matérias deveriam ser a mesma coisa. Lá todas as matérias obrigatoriamente passam na CCJ, aqui no Senado não. E toda matéria tem que passar na CCJ, para não ir pra outra comissão se fosse inconstitucional, morreria logo lá.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

A Secretaria Geral da Mesa e nas comissões...

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

Eu acho que as comissões, na minha opinião, é o órgão mais importante do processo legislativo. É lá que acontece o processo legislativo. Quando as matérias chegam ao plenário, já estão praticamente mastigadas. Poucas coisas são discutidas no plenário, só quando sai travado das comissões... Na minha opinião, o verdadeiro processo legislativo acontece nas comissões.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr (a) vê os políticos brasileiros?

(Pausa. Risada) É meio complicado de falar, mas eu falo não como funcionário mas como eleitor. Eu acho que ainda deixa muito a desejar. Deveria haver uma melhor formação, a lei deveria exigir mais para os candidatos. Para vir a ser candidato deveria ser exigido uma melhor formação de todos. Porque tem alguns que chegam aqui que não sabem nem falar, entendeu? ... É ruim para o povo de maneira geral.

3.2 Como é trabalhar com os Senadores? A relação é harmônica, autoritária...

Autoritária sempre é... por parte da minoria. A maior parte tem uma relação até de amizade... alguns são meio arrogantes, mas a maior parte tem um bom tratamento, de respeito. Sempre tem aqueles que, independente de ser secretário ou não trata a gente como os fosse funcionário deles...

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

Tem muitos parlamentares que não gostam nas comissões, entendeu? Prefere atuar mais no plenário. O plenário tem melhor visão do que as comissões. Mas os grandes parlamentares preferem as comissões exatamente porque é onde acontecem os grandes debates, que é exatamente o processo legislativo.

Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

O papel é a orientação não só ao presidente da comissão, mas aos XX membros titulares e XX membros suplentes. Eu não tenho distinção entre os membros titulares e os membros suplentes, a mesma informação que eu passo para o presidente, eu passo para os demais. Alguma exceção de alguma matéria que é de competência mesmo da presidência, aí sim é restrito ao presidente.

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão? Quais problemas o Secretário enfrenta?

Em relação regimento não há problema, eu felizmente tenho um bom domínio. Claro que não sei tudo, tenho muito que aprender. A carência de funcionários sempre foi grande aqui nas comissões. Aqui o pessoal vê as comissões como o resto do resto do processo legislativo, como o que sobra... e assim para a gente... uma grande dificuldade são os assessores que, na minha opinião, são o grande problema que existe nas comissões. Os assessores dos Senadores. Não é nem o Senador. Tem-se assessor que quer ser mais importante que o Senador. É esse o grande problema aqui das comissões.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

Eu sempre tive um bom relacionamento com todos. Antes de ser secretário sempre tive um bom relacionamento e depois aumentou mais ainda. Da maioria sou amigo mesmo. Sempre tive um bom relacionamento, nunca tive problema com nenhum deles

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

O regimento ajuda, não engessa não.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

A autonomia é totalmente... é ele. Sempre é e tem que ser do presidente.

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

Você tem que ser profissional, aqui eu estou exercendo uma função. A partir do momento que o sou contra alguma coisa, alguma atitude, tenho que pedir para sair. Mesmo discordando de algumas coisas, tem que ser profissional.

4.8 O senhor conhece o plano de carreira?

Sim.

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo? É mais ou menos valorizado que o Executivo? Por quê?

O servidor do legislativo é mais valorizado.

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Pouco se valoriza o serviço dos secretários. Alguns tratam a gente com um funcionário deles, do gabinete, alguns têm empresa... eles veem a gente como mero funcionário, poucos valorizam a gente

4.11 Como o Sr (a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Talvez pior ainda. A maior parte dos servidores acha que o serviço das comissões, dos secretários é só aquele momento da reunião e depois ele não faz mais nada. Pelo menos na comissão XX, veja só sexta-feira, 4h da tarde, o tanto de coisa que tem para despachar. Muita gente não vê que serviço do secretário é tão importante quanto de outros órgãos aqui da Casa. As vezes você recebe uma tarefa e pode fazer daqui a 1h, 2hs, amanhã... Aqui nas comissões não, aqui é online. Nas reuniões quando o presidente pede, ele quer uma resposta é na hora, ao vivo. O regimento ou você sabe ou você não sabe. Você tem que ter pelo menos uma ideia de onde está tal coisa no regimento. E o pessoal não vê isso.

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido.

Sim.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

Mais política, né? Infelizmente...

ENTREVISTADO B

1. Perfil:

Sexo: F

1.1 Quanto tempo a senhora trabalha no Senado?

24 anos

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Eu acho que sim, né?

b- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Acho que pelo menos uns dois anos. Depende se a pessoa for aplicada... Mas se for aplicada acho que dois anos é o mínimo.

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

Há três anos

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Secretaria de expediente

1.4. O Sr(a) já trabalhou em outra Comissão? Qual? Qual cargo?

Já, em CPI. Era secretária.

1.5. Qual a sua área de formação?

Estatística

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Nenhuma, foi meu primeiro emprego.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

Eu gosto do trabalho. É um bom trabalho. Acho que fosse para aposentar não iria querer, porque eu gosto de trabalhar. É uma coisa boa.

2.2. Como o Sra. vê o Senado?

Eu acho que o Senado não funciona muito bem, como tudo no Brasil. Deixa muito a desejar. Os políticos, a maioria é muito fraca mesmo.

2.32 E a relação entre o Executivo e o Legislativo?

Tem muita interferência de um no outro.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Acha que tem uma sobrevalorização do Senado. O Senado vem sempre primeiro. É mais elitizado mesmo.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo Legislativo?

Acho que a Secretaria Geral da Mesa e as comissões.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

As comissões fazem as matérias serem mais discutidas. Tem as audiências públicas e para passar para o Plenário tem ser analisado primeiro pelas comissões. Acho que dá mais tempo para ter um estudo sobre as matérias.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

Ah, eu não vejo com bons olhos não... infelizmente.

3.2 Com é a trabalhar com os Senadores? Como é a relação?

A relação é mais harmônica. Como pessoas a maioria é bem educada... eles são educados. A maioria, né? Porque tem um ou outro que são mais assim com os funcionários...

3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões?

Eles participam mais do plenário. Têm uns Senadores que nem aparecem aqui nas comissões e você vê que estão no plenário.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

É super importante. A secretaria é que faz tudo.

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão? Quais problemas o Secretário enfrenta?

O maior problema é a falta de pessoal mesmo... É o que pesa.

4.3 Como o Secretário é escolhido?

Pelo secretário mesmo.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

Não tenho tanto contato para falar verdade... Claro que você tem simpatia por um, não tem tanto com outro... como em qualquer trabalho.

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

A gente tenta aplicar o regimento interno em tudo, mas muitas vezes a gente coloca o procedimento para o Senador, mas ele não quer acompanhar, aí que é o problema... Mas pra gente funciona... a gente tem de cumprir o regimento interno. Mas quando coloca para o Senador e ele não que obedece o regimento... às vezes acontece.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

Depende presidente. O atual não dá autonomia não. Agora os anteriores davam mais.

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

As vezes é meio assim, né? Você vê que um projeto que não tem nada a ver e estão aprovando, mas você realmente não pode fazer nada, não pode interferir.

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

Estou satisfeita.... Não que eu questione muito não as coisas não.

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo? É mais ou menos valorizado que o Executivo?

Eu acho que as pessoas veem e acham que o servidor do legislativo não faz nada, tem essa visão. Que ganha muito e não trabalha, que todo mundo aqui é mais... No executivo não, as pessoas acham que eles trabalham mais... Mas isso não é verdade. Claro que em pessoas aqui que não trabalham, ficam mais encostado, mas tem muita gente que trabalha, muita gente competente.

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Acho que eles valorizam. Eles respeitam, pelo que eu vejo aqui. É um trabalho respeitado. Eles veem quem tem que saber regimento, que sabem tudo, então realmente respeitam o trabalho. Principalmente o secretário. A maioria, né, porque tem um ou outro...

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Acho que veem com bons olhos. São valorizados sim. O secretário é bem valorizado, é um trabalho muito importante, tem que saber muito para ser secretário... tem que muita segurança, tem que saber regimento. Não é qualquer pessoa não...

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido.

Acho que está certo. O secretário tem que ser mais. O secretário acaba tendo muito mais responsabilidade do que o Adjunto. Só quando secretário não está ali presente é que o secretário adjunto assina. O secretário tem que ser bem mais valorizado, com certeza.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

Ah, aqui nas comissões é bem interessante. Às vezes é bem técnico e tem a parte administrativa. Agora política não tem nada não, porque a gente não interfere nas decisões.

ENTREVISTADO C

1. Perfil:

Sexo: M

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

36anos

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Parcialmente

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

12 anos

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Na consultoria

1.4. O Sr(a) já trabalhou em outra Comissão? Qual? Qual cargo?

Na Diretoria das comissões permanentes e secretário da XXX

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Era estudante.

1.7. Como o Sr(a) ingressou no Senado?

Indicação, não havia concurso naquela época.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

Corrido

2.2. Como o Sr. vê o Senado? Quais são os aspectos que mais se destacam na atuação do Senado hoje?

A função legislativa mesmo.

2.32 Como o Sr. vê a relação entre o Executivo e o Legislativo?

Há grande ingerência do executivo e do judiciário no trabalho do legislativo.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

É como tem que ser. Uma Casa revisa a outra. Os Senadores têm visão federal e os deputados têm visão estadual

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

As comissões.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

Nas comissões ocorrem os grandes debates, as matérias chegam já prontas e discutidas no plenário. A maior parte das discussões ocorre nas comissões.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

Como todo mundo vê.

3.2 Como é trabalhar com os Senadores?

A relação é boa, há respeito mútuo, não é autoritária.

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

Parece que há mais discussões nas comissões, debatem mais as matérias, aprofundam as discussões. No Plenário há muito discurso bobo, falam para ninguém.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

Muito importante, pois fazem toda a coordenação do processo, organizam pauta, reuniões.

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão?

O Secretário está sempre no fio da navalha. Se algo der errado, ele é o primeiro que apanha. Tem que ser político para os dois lados, mas nunca agrada completamente os dois lados, porque tem que ser imparcial. É a figura em posição mais delicada.

4.3 Como o Secretário é escolhido?

É escolhido pela competência, por indicação da diretoria.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

Hoje busca-se a harmonia.

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

Estou satisfeito. (Contudo afirmou que fez parte do sindicato por 30 anos e não conseguiu mudar nada, então desistiu e agora fica satisfeito).

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo? É mais ou menos valorizado que o Executivo?

Os servidores do Executivo e do Judiciário são mais valorizados. O servidor do legislativo é mal visto, dada a fama da Casa na sociedade. Quanto a visibilidade, depende dos acontecimentos da época.

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Os parlamentares não demonstram sua visão, mas eles respeitam e confiam.

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Os outros servidores não sabem o que faz um secretário. Há desconhecimento por parte dos outros. Não é qualquer servidor que vira secretário, porque tem que conhecer muito o regimento, a responsabilidade é muito alta, enfrentam muitos problemas.

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido? Por quem?

Sim. Pela administração da Casa.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

Mistura tudo, é geral.

ENTREVISTADO D

1. Perfil:

Sexo: M

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

24 anos

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Mais do que suficiente.

b- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Olha, só a área legislativa você demanda alguns anos para conhecer bem. Imagina todas as instâncias da Casa no processo legislativo. Fora a área de administração, a área de comunicação, são muitos anos. Se a pessoa quiser passar por todos os setores para conhecer bem o Senado, você tem que ter alguns anos em cada setor.

1.2. Há quanto tempo o Senhor (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

12 anos como secretário

1.3. Onde o Sr (a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Chefe de gabinete

1.4. O Sr (a) já trabalhou em outra Comissão?

Não, só aqui.

1.5. Qual a sua área de formação?

Cientista político

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Só fiz estágio na Câmara. Foi meu primeiro emprego.

1.7. Como o Sr (a) ingressou no Senado?

Na época não tinha concurso. Éramos celetistas. Então todos nós que entramos daquela época entramos assim. Mas o ideal é fazer concurso.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

Muito puxado. Muito trabalho. Eu geralmente entro aqui entre oito e meia e 9h saio daqui 12:30, 1:30 para almoçar. Volto em meia hora ou uma hora e saio daqui comumente as 9h, 10h da noite, às vezes uma da manhã. Quando tem sessão no plenário eu acompanho todas as matérias de interesse da comissão. Já foi pior. Quando eu vim a montar a comissão, era uma comissão que atuava um pouco... para a equipe dos primeiros anos a média era sair daqui as 11h da noite.

2.3 Como o Sr (a) entende o papel do Legislativo no Brasil?

O Senado precisa retomar uma série de prerrogativas que ele já tem. Ele tem fiscalizado o poder executivo, mas os resultados não têm sido bons com em relação às CPIs, por exemplo. Nossa fiscalização é individual em relação aos ministérios, que é o que as comissões fazem. Deixa a desejar... Nós precisamos de uma reforma política urgente. A classe política não consegue finalizar, iniciam-se as discussões, mas a gente não consegue finalizar a reforma política. Precisamos de uma reforma política que deixe a Casa mais fortalecida, dê estabilidade aos partidos e evite o troca-troca de legendas, evitando assim a negociação do governo com os partidos menores. Tudo isso numa reforma política melhoraria e a daria uma consistência maior da atuação política dentro das duas Casas. Então o Senado precisa, está começando agora, deixar seus gastos bem claros via Internet, os gastos de cada parlamentar, de cada setor. Nós precisamos deixar isso da maneira mais clara e mais transparente possível. E tem uma coisa que é fundamental: ter orçamento impositivo. Claro que isso é um trabalho e muitos anos que já vem sendo discutido. Quem iniciou essa discussão com outros parlamentares pelo Senador Antônio Carlos Magalhães. Ele não chegou a um ponto final, mas a discussão foi iniciada. O congresso deve fazer o orçamento. No mundo inteiro nos países democráticos, o congresso tem um papel privilegiado no orçamento. No Brasil e eu diria que a nossa função é coadjuvante.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

As comissões contribuem sim. O que você não pode colocar na conta do congresso é a falta de debate. A gente realiza muitas agências públicas, muitos debates, muitas reuniões de trabalho, muitos encontros para discutir os projetos. O que falta na realidade do país é que a mídia gosta de colocar o congresso como se fosse o plenário da Câmara e do Senado. Isso é um monumental equívoco. Tem matérias que são terminativas, no caso do Senado, a grande maioria das matérias de autoria de Senador é terminativa nas comissões. Não vão a plenário. A mídia não cobrindo as comissões, ela não cobre toda a tramitação do Senado, porque essa matéria só vai a plenário por requerimento de um décimo de seus

membros. E a minoria tem recurso. O piso salarial dos professores, que é uma conquista da educação básica e uma conquista histórica da educação, tem mais de 70 anos que estão lutando, iniciou-se o projeto na comissão e não houve uma nota na mídia. Era um projeto terminativo, foi para Câmara dos deputados, aí lá começou a ter certa visibilidade. Mas só foi ter visibilidade quando ele foi sancionado e os governadores de estado foram contra, alguns governadores contra o piso. Aí sim a coisa apareceu na mídia, ou seja, ninguém ficou sabendo de nada, mas foi debatido... Ficou sendo debatido por dois anos nas comissões. Falta cobertura da mídia nas comissões. Então o congresso nesse aspecto ele tem sim debatido muito as matérias, tem se aberto, tem se modernizado para que as questões venham para as comissões. A TV Senado também ajuda muito neste sentido, pois divulga o trabalho do Senado, quais os temas estão sendo debatidos. Tem dado transparência, vem transmitindo as comissões na parte da manhã, às CPIs que todo mundo conhece, então isso melhorou muito. A sociedade conhecendo das matérias, ela tem a possibilidade de interagir com isso e se fazer representar também. A nossa página da Internet também se modernizou, nós fizemos um trabalho agora, do qual eu participei, também propondo mudanças para dar mais visibilidade, transparência, ser mais acessível à população que acompanha os trabalhos. Você pode acompanhar uma matéria hoje estando na Índia. Você acompanha uma matéria que você tem interesse e manda para cá as sugestões. O 0800 criado é uma coisa ótima porque dá acesso direto ao Senador e as comissões. Então há uma evolução em todos os aspectos.

2.32 Como o Sr(a) entende as relações entre o Executivo e o Legislativo?

A relação entre o executivo e o legislativo é muito ruim. Hoje muito ruim. O executivo está legislando por meio de medidas provisórias. E isso não é o papel do executivo. Há casos em que a medida cabe perfeitamente, casos disciplinados pela constituição, mas uns bons números de medidas não estão ali. E caberia ao congresso responder, mas o congresso não responde. A matéria às vezes não é urgente nem relevante, nem é constitucional porque não precisaria... E ela tranca a pauta e impede a gente de votar projetos relevantes que estão sendo discutidos há muitos anos. Isso é ruim. O atual presidente do Senado tem se colocado muitas vezes perante a sociedade e o próprio executivo reclamando da edição, mas cabe ao congresso regulamentar. A regulamentação cabe ao Senado, que tem que tomar uma posição em relação a isso. Uma posição muito clara, o papel do legislativo é legislar.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

Olha, eu acho que o coração do legislativo não é nem o plenário, são as comissões. Aqui você tem tempo, o prazo, a segmentação, no caso das comissões serem divididas por temas, para discutir a vontade. A sociedade pode ser ouvida, o projeto fica mais aberto ao debate, você escuta sugestões, você altera, acrescenta, rejeita. Os grupos de pressão atuam livremente nas comissões, como tem que ser feito. O que a gente precisava era regulamentar o lobby, seria melhor, tem sido feito isso agora. Nas comissões é onde você faz o debate, você tem acesso ao projeto, ao relator, aos membros da comissão, a equipe técnica, aos secretários, aos assessores que estão discutindo projeto. Democratizam o processo. A comissão prepara todo o debate e quando a matéria vai a plenário, ela já vai muito debatida pelas comissões. Eventualmente há a questão da urgência constitucional, que não passa pelas comissões e vai direto ao plenário. Mas isso é a minoria dos casos, a maioria fica nas comissões o tempo necessário para que haja um debate, haja interação, haja cobertura da própria mídia, quando há, porque comumente é a própria mídia da Casa que cobre. É aberta a participação popular, até para assistir às reuniões. Aqui é muito fácil,

é só entrar e sentar. Quando não há lugar as pessoas ficam em pé. Quando está há muito cheio a gente disponibiliza uma sala com um telão. Acabou a reunião você já tem acesso direto ao parlamentar para conversar com ele, para apresentar documento. Se você não consegue mandar pelo correio ou entregar na comissão, você pode fazer isso pessoalmente. Então as comissões são o grande centro de debate do Senado, e sem tirar a importância do plenário, é muito importante. As comissões representam grande parte o Senado, quando o projeto é terminativo nas comissões, isso significa que a comissão dá a palavra final pelo Senado como um todo. Até isso as comissões fazem. E é bom que seja assim.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr (a) vê os políticos brasileiros?

Eu tenho uma experiência muito boa em relação a isso, até porque a comissão atua muito em todas as áreas. A gente faz aqui a interface da presidência com os outros membros. Aqui são XX membros: XX titulares e XX suplentes, é o maior colegiado da Casa junto com a comissão XX. São as duas maiores comissões. A gente faz também a interface da comissão com a sociedade civil. Eu tenho um trabalho muito próximo com Senadores. É como a gente fala... Que caiu o nível... Não só a da representatividade, o que em parte é verdade. Nós estamos com problema de fazer uma reforma... Mas a qualidade é de uma forma geral, dos componentes do congresso. Até a ditadura militar, o fim da ditadura, do regime militar da década de 80, quando se iniciou o processo de eleições diretas. Começou o processo de abertura em 1977 com o presidente Geisel. Você tinha na Câmara, Franco Montoro, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Laerte Vieira, Beatriz Ramalho, Getúlio Dias, debates maravilhosos na Câmara dos deputados. No Senado você tinha Petrônio Portella, Daniel Cride e por aí fora... Luiz Dias Narciso... Eram de primeira nobreza. Mas a política era feita pela aristocracia nesses anos. Depois com a abertura você possibilitou que outros segmentos participassem da vida política. Obviamente você tem que colocar aí os operários, os estudantes, o comerciário, o metalúrgico, temos um metalúrgico na presidência da república, então quando você fala de qualidade, você tem mais legitimidade no congresso hoje. Hoje o congresso é composto por todas as classes sociais, médicos, todas as classes sociais estão presentes aqui no congresso. Antigamente só a elite fazia política, o nível intelectual era outro. Mais hoje ele é mais legítima, isso na verdade nós não temos que discutir. Esse é um processo irreversível. Nós temos que nos adaptar. Nosso objetivo hoje deve ser no sentido de dar as novas classes condições de legislar adequadamente. Há um problema hoje em fazer fluir suas atividades. Eu acho pessoalmente o sistema bilateral um sistema que impede muito a atividade do congresso. Obviamente não é o principal alvo da reforma política, mas dois regimentos nas duas Casas possibilitam que poucos parlamentares atrasem todo o processo político. Há uma lentidão exagerada do congresso. E tudo isso obviamente não é só os regimentos. É que tem duas Casas para passar todos os projetos. Isso é bom porque debate mais, mas não se garante o debate e atrasa muito. O processo se torna muito lento. Hoje a legislação na área de tecnologia da informação é incrivelmente rápida. E nós temos um código de comunicação no congresso de trinta anos atrás e a gente não consegue reformar. O código civil também já passou por duas reformas, mas tem 40 ou 50 anos. Tem leis muito antigas que a gente não consegue reformar e que são polêmicas e as discussões não conseguem chegar a lugar nenhum. Obviamente não é só pelo fato de termos duas Casas... Mas se um projeto fica numa Casa em dois ou três anos, fica na outra e mais dois ou três. Aí recebe uma alteração e volta para a outra e fica mais dois a três anos. Aí não há necessidade, né... Com um pouco de consenso você já poderia dar seguimento, já poderia dar um encaminhamento.

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

Depende do parlamentar. Tem parlamentar que atua muito no plenário. Os líderes obrigatoriamente atuam muito no plenário porque a função de líder é estar coordenando, ouvindo as bancadas, os setores organizados. Eles têm audiência de manhã e não podem ir muito as comissões. A tarefa de líder impede isso. É no plenário tem que ir organizar suas bancadas. Então é esperado que o líder esteja mais presente em no plenário. Outros Senadores não. Ele foca sua atuação no plenário. Aí tem que perguntar a cada um a preferência. Mas a maioria atuante no plenário também atua nas comissões. Há Senadores claramente que você consegue identificar que atua muito em plenário, somente em plenário. Mas a maioria atua em comissões e no plenário.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

A importância da secretaria depende da forma como você formata isso. A secretaria da comissão está no regimento e na Constituição feita para assessorar o presidente, fazer as atas. Mas eu acho que extrapola isso. Aqui a gente faz essa interface com a sociedade civil, porque você tem que conhecer as matérias com as quais trabalha. Aqui é XX. Então você tem que conhecer bem essas áreas. Você vai receber pessoas aqui, você vai encaminhar as pessoas para os setores corretos, você vai ouvir as pessoas. Você tem que conhecer bem para montar a pauta e levar ao presidente uma pauta pré-montada. Com quais assuntos que vão ser incluídos na próxima sessão. A gente tem aqui na comissão, uma praxe nossa, de receber a sociedade civil em audiências aqui na secretaria, com cobertura da TV Senado e da agência. Então ao invés de você fazer uma audiência pública direto, que demanda uma série de providências e demora mais, a gente faz uma reunião de trabalho. A gente traz as pessoas aqui, escuta, recebe documentos para estudar as reivindicações, anotar sugestões, a gente faz essa interface. A gente por ter uma visão macro do processo, já que o parlamentar com sua assessoria tem uma visão micro... A gente tem XX parlamentares. O país inteiro está dentro da comissão. Como a gente tem uma visão macro, a gente pode sugerir a audiência pública ao parlamentar, fundamentando sempre, trazendo argumentações e boas justificativas. Acho que tem que ser feito isso. Atender a sociedade civil no sentido de pesquisas de projetos, atender bem, dirimir as dúvidas quanto a isso, já que as pessoas não tem familiaridade com o discurso legislativo

4.21 Quais problemas o Secretário enfrenta?

Problemas, primeiro o regimento. No meu caso aqui, não sei de outros secretários. A gente tem problemas porque o regimento é muito antigo. Vai ser feita uma reforma. A gente está aqui para instruir o presidente sobre o que é regimental ou não. Tem coisas que não estão inscritas no regimento. Aí um Senador solicita e você não tem como orientar citando um artigo regimental. Isso nos dificulta muito. Aí você fica submetido a uma decisão da maioria, que às vezes não é a melhor. Por mais democrática seja, não é a melhor para o processo legislativo. A gente observa isso aí no dia-a-dia. Às vezes é uma boa decisão, às vezes não. Então vai haver esta reforma, nós precisamos atualizar o regimento. pessoalmente, eu tenho uma autonomia de trabalho bastante razoável com os Senadores, um diálogo bastante profícuo e também muito ágil com todos os Senadores. Fora isso, eu não vejo problema. A minha grande provação é a modernização do regimento, que confira maior segurança ao secretário. Dando mais segurança ao secretário e consequentemente ao presidente, você dá mais agilidade ao processo legislativo.

4.22 Satisfeito com o grau de autonomia que possui?

A autonomia que eu tenho é a autonomia que o presidente concede. Eu tenho uma obrigação xis, mas não está no regimento. Eu tenho que encontrar a sociedade civil, eu tenho de sugerir alguns requerimentos, eu posso sugerir projetos... E eu faço isso aqui. A secretaria tem vários projetos que os Senadores concordaram, discutiram e que depois se transformaram em projetos de lei. Tenho inclusive projetos da secretaria que viraram leis sancionadas pelo presidente da república. Eu tenho autonomia, mas é claro que eu tenho uma imensa responsabilidade em justificar tudo. E você não faz porque quer. Você faz por que ouviu as pessoas que, inclusive a requerimento dos Senadores, eu recebo com os Senadores, muitas vezes eu recebo as pessoas sozinho, escuto, leio documentos, recebo a outra parte se houver que é contrária ou não vai isso. Faço uma síntese disso levo ao Senador, encaminho a consultoria, depois disso a gente volta ao Senador e mostra. Eu tenho uma autonomia. Se necessário eu me disponho a conversar com os Senadores, com o presidente da comissão, ou com Senadores interessados. Depende muito de como você conduz isso e também da sua habilidade. Mas a última palavra sempre é do parlamentar.

4.3 Como o Secretário é escolhido?

É um cargo de confiança da direção das comissões. Hoje está havendo uma pequena mudança no sentido dos presidentes definirem. Por que é um cargo muito técnico. Como um cargo técnico, exige conhecimento do processo legislativo e da área administrativa.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

É boa, é boa. A gente faz consultas uns aos outros sobre questões regimentais, sobre os procedimentos. A gente tem as subcomissões, que, aliás, quem criou esse hábito de implantar subcomissões foi essa comissão aqui em 2000. Foi a comissão provisória de XX. A gente utilizou um artifício regimental que é muito bem vindo que possibilita colegiados menores discutirem um tema específico. Aí ela virou uma comissão permanente. A gente faz essas consultas entre a gente. É boa, é boa

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

Ah, você não pode votar. Obviamente você não é Senador, você não está aqui para isso. Aí entra o espírito profissional, você tem que pairar sobre tudo. Você não é um funcionário de governo, você é um funcionário do estado, do legislativo. Você tem que fazer o máximo esforço possível para que a matéria seja debatida, se tiver alguma dúvida, que seja dirimida, que a sociedade tenha acesso a esses textos, a esses projetos, que ela possa se manifestar, abrir esses espaços, isso é função nossa... Fazer reuniões de trabalho, audiências públicas, aí seu trabalho está completo... Fazer a pauta, colocar as matérias, fazer uma boa assessoria. O resultado é o resultado democrático, que os Senadores têm que votar com todos os mecanismos de informação e os dados sobre aquele projeto e a gente tem que facilitar isso. Aí é uma questão de você ser democrático e aceitar normalmente e interiormente o resultado da votação. Eu não tenho grandes traumas, obviamente um tema ou outro você tem opiniões divergentes como qualquer cidadão, mas você não pode transparecer isso no processo, você tem que entender isso.

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

Melhorou. Nós fizemos um movimento, há uns onze anos, dos secretários para melhorar o plano de carreira. Há uns anos atrás equiparou os secretários aos diretores da Casa, antigamente não era assim. Não era nem equiparado a um chefe de gabinete Era um absurdo. Porque a gente que é o chefe da comissão... então hoje ele está bem mais adequado, mas pode melhorar alguma coisa, mas está mais adequado ao secretário

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo?

48.1 São mais ou menos valorizados que o Executivo? Por quê?

Não, vai somos muito mal vistos. Muito mal vistos. A gente é tido como um servidor que ganha muito bem, mas que não produz nada. Em parte isso tem sentido por que existem setores da Casa, pela própria estrutura do congresso, eu falo mais do Senado, um pouco antiquado, que não valoriza a produtividade, a criatividade. Nós temos que seguir os caminhos neste aspecto da iniciativa privada. Eu sou contra – não sou o único, mas sou minoria na Casa – a estabilidade no serviço público. Não pode ter essa estabilidade como é hoje porque acarreta a acomodação e a falta de objetivo no trabalho. Daí a gente é muito mal visto em função de uma minoria. As pessoas que trabalham muito, que produzem, são colocadas no mesmo saco dos que fazem o básico ou produzem pouco. E a mídia só vincula o que tem de ruim, a imagem nossa é muito ruim. É uma pena porque no meu caso e da minha equipe inteira que escuta isso volta e meia... Ah, marajá! Mas as pessoas que acompanham as comissões, os empresários, comentam: eu não sabia que vocês trabalhavam tanto e com mais eficiência!

4.10 Como o Sr (a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Depende do secretário. O secretário tem todas essas atribuições, todas que eu lhe falei. Se ele desempenha bem o papel, ele é muito bem visto. Caso contrário como qualquer servidor, de qualquer setor, se não for um bom servidor, se não for dedicado, eu acredito que não vai ser visto com bons olhos.

4.11 Como o Sr (a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Hoje muito vem. Eu acho que a gente ganhou um *upgrade* nesse papel dentro da Casa, pela importância que as comissões têm desde a constituição de 1988. Pela importância que as comissões têm e pela própria colocação do secretário no seu dia-a-dia. A sua própria colocação no sentido de fazer isso que eu te disse, a interface da comissão com a sociedade civil, com Senadores, ter iniciativa. Essa é a nossa posição. Eu acho que cada um tem um perfil diferente do outro. Mas em geral, é claro que nos últimos cinco ou seis anos e mudou a percepção.

4.12 O Sr (a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser mais bem reconhecido. (Por quem?)

Eu pessoalmente não posso reclamar disso. O trabalho da secretaria da comissão XX é muito bem avaliado, muito bem reconhecido. Eu acho que cabe a cada um lutar, trabalhar para que isso aconteça. Não vejo problemas de reconhecimento. Essa interface eu faço muito aqui na comissão e tem esse efeito. Não sei se nas outras comissões isso ocorre.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

É uma atividade técnica no sentido de que tem que conhecer o processo legislativo. É uma coisa específica, mas também é uma atividade política, então você acaba sendo um gestor. Um formulador e um executor dessas políticas. Porque na comissão a gente já dá

ideia de grande parte das audiências públicas, a gente discute com os autores. Tem que negociar os projetos, tem que ajudar. No orçamento a gente também ajuda, auxilia, mostra qual é a tendência da comissão, já que estão lidando com XX Senadores. Você conhece os Senadores, você conhece o que foi discutido o ano inteiro, você conhece, você dá a sua opinião, sua assessoria. Eu posso falar pela secretaria da comissão, a gente extrapola as competências do regimento, mas no bom sentido. A gente extrapola no âmbito da ação para dar mais instrumentos ao presidente, para poder decidir, para poder votar. E a estrutura das comissões no Senado é muito pequena, muito menor que a da Câmara. Aqui são somente oito funcionários: eu, cinco cargos de confiança, são todos ex estagiários da comissão - os melhores eu chamei para trabalhar aqui -, três estagiários e um contínuo. Então são 18 pessoas para fazer o trabalho todo. A agência Senado, os órgãos da Casa cobrem bem as comissões. Mas nós não temos uma estrutura específica para isso, a estrutura da Casa para área legislativa, não só aqui como também na mesa é muito pequena.

ENTREVISTADO E

1. Perfil:

Sexo: M

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

23 anos

A- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Sem dúvida.

B- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Isso tem a ver com onde você trabalha. Como estou nas comissões há onze anos, tenho um know-how grande de comissões. Porque o Senado tem uma Casa muito diversificada, tem a parte legislativa e tem a administrativa. E na parte legislativa a gente possui conhecimento maior por tantos anos.

1.2. Há quanto tempo o Senhor (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

Nas comissões, 11 anos.

1.3. Onde o Sr (a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Setor de expediente, onde são preparados textos finais para sanção presidencial, promulgação do presidente do Senado. É o fim do processo legislativo.

1.4. O Sr (a) já trabalhou em outra Comissão? Qual? Qual cargo?

Não. Só nessa comissão.

1.5. Qual a sua área de formação?

Educação física

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Trabalhei um ano na XX, uma instituição filantrópica.

1.7. Como o Sr (a) ingressou no Senado?
Concurso Público.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

O dia-a-dia do Senado depende muito da demanda de trabalho. Nossas reuniões acontecem as XX então temos todo o rito semanal de preparar pauta, convidar os Senadores, passar para o presidente quais são os projetos que estão prontos para entrar na pauta, quais são os requerimentos... Todas as proposições e matérias você tem que dar conhecimento ao presidente e, ele liberando, a gente prepara a pauta para nossas reuniões ordinárias.

2.2. Como o Senhor vê o Senado?

Eu vejo Senado como uma Casa feita para legislar. Acredito que tenhamos muitas comissões. O trabalho dos Senadores fica fragilizado por ele pertencer 4,5 ou seis comissões. Assim ele não dá a devida atenção todas e tem que se desdobrar, não consegue dar um aprofundamento da matéria que ele tem que relatar nas comissões em que pertence.

2.22 Quais são os aspectos que mais se destacam na atuação do Senado hoje?

São os projetos de lei. O Senado também tem o poder fiscalizador através das CPIs.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr (a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Eu acho que são duas Casas com o mesmo peso, uma representante do povo e a outra dos estados. Mas acredito que tenho um mesmo peso.

2.32 Relação entre o Executivo e o Legislativo

Tem muita interferência através das medidas provisórias. A uma reclamação muito grande dos Senadores até pelo fato de trancar em pauta que é colocado pela constituição

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

Eu acho que isso tem muitos detalhes. Clamor popular, a própria assessoria dos Senadores, e os próprios estados com suas câmaras municipais. Eles trazem suas demandas aos parlamentares e eles traduzem isso na elaboração dos projetos.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

As comissões têm papel importantíssimo. É a fase de discussão prévia dos projetos. Inclusive com a Constituição de 88, as comissões permanentes têm poder terminativo nas matérias.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr (a) vê os políticos brasileiros?

Eu acho que como em qualquer profissão tem um lado bom e um lado não tão bom. Mas aqui tem muita gente seria ainda. Aí cabe ao leitor saber escolher seu candidato.

3.2 Como é trabalhar com os Senadores?

Acho que depende de cada parlamentar. Nós aqui da comissão XX tivemos muita sorte com todos os nossos presidentes. Sempre tivemos um ambiente muito agradável. Sempre passando as matérias e eles decidindo, passando as sugestões que a gente pode passar para o bom andamento dos trabalhos.

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões?

Alguns sim. Tem alguns Senadores que gostam mais de participar da discussão dos projetos no âmbito das comissões, outros gostam de discutir em plenário. Isso aí vai muito da questão do próprio parlamentar.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

A secretaria é o coração da comissão. Nela chegam às matérias, são designados relatores pelo próprio presidente, chegam às sugestões, os ofícios. Aí a gente faz um crivo, seleciona o que deve ser passado para o presidente, em que a comissão pode ajudar nesse sentido.

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão? Quais problemas o Secretário enfrenta?

São diversas. Preparar a pauta da comissão, preparar o expediente, convocar as reuniões, preparar as audiências públicas quando são aprovadas por requerimento dos próprios Senadores para dirimir diligências, fazemos várias viagens. Então é uma parte administrativa forte. Mais difícil nas funções de secretário... Aqui é uma Casa política, então a gente tem que ser o mais apartidário possível. Então é essa coisa de você estar sempre como secretário e não como alguém do partido A ou do partido B. Você tem que direcionar seu trabalho para que seja aprovado de acordo com a decisão da comissão e não de decisão sua. Estou satisfeito com grau de autonomia. Isso aí é claro que depende muito da presidência. Tem Senadores que são mais rígidos e outros mais maleáveis, mas tudo que a gente faz aqui é com a aquiescência do presidente. Tudo é levado a ele e ele que dá a resposta final.

4.3 Como o Secretário é escolhido?

Primeiramente é eleito presidente do Senado. O presidente do Senado escolhe os diretores de vários setores. E nos setores é escolhido o diretor das comissões que é quem escolhe os secretários das comissões.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

A gente trabalha muito junto e da nossa parte aqui o relacionamento é muito bom. Não temos dificuldade, acho que todos os secretários fazem bem o seu trabalho. Quando temos reuniões conjuntas, nos reunimos, dividimos os trabalhos e não vejo problema algum.

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

A gente tem que seguir estritamente o regimento.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

A autonomia que eu tenho é assim: eu passo sempre os problemas que ele decide. É claro que às vezes ele pede uma sugestão da nossa parte aí passamos a parte técnica para o parlamentar, que junta com a parte política e decide.

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

Temos que ser totalmente apartidários aqui. Independente de ser matéria do Senador A ou B ser o relator, você tem que fazer o trabalho de acordo com o que preceitua o regimento interno. Eu me sinto um funcionário que tem que trabalhar para o Senado. Os Senadores e os deputados são cargos que vem e vão. O nosso não. É um trabalho até a aposentadoria. Então você trabalha para a Casa, para o bem da Casa.

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

O plano de carreira é um dos melhores do Brasil. Há um ato de especialização de alguns cursos que deveriam ser incorporados isso até hoje não foi regulamentado.

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo? É mais ou menos valorizado que o Executivo? Por quê?

Depende trabalho de cada pessoa. Quando você faz bem o trabalho com certeza você será reconhecido pelas pessoas, pelas chefias.

4.10 Como o Sr (a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Acho que vem como de fundamental importância. Porque o secretário é aquele que tem a comissão na cabeça e muitas vezes Senador não tem. Ele chega aqui e a gente passa para ele todas as informações necessárias para o bom andamento das reuniões. Até hoje nunca tivemos nenhum problema com nenhum Senador. Os nossos presidentes sempre foram muito atentos, sempre com boa vontade, então a gente nunca teve problema nenhum. Nós temos a parte técnica e a parte administrativa. Eles veem com bons olhos sempre recebemos elogios dos próprios parlamentares.

4.11 Como o Sr (a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Veem como de extrema responsabilidade. Porque a gente trata de projetos de lei que vão mudar a cara do país de acordo com as prerrogativas da própria comissão.

4.12 O Sr (a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser mais bem reconhecido. (Por quem?)

A gente tenta fazer nosso trabalho da melhor forma possível. Os próprios Senadores, os próprios funcionários, quem está fora, vê quem trabalha bem e quem não trabalha. Eu acho que nosso trabalho é bem reconhecido. Aqui nas comissões o trabalho não pára, nada é engavetado, tudo a gente põe para ser deliberado.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

É uma mescla de tudo. É um trabalho técnico, é um trabalho administrativo, muitas vezes político, no sentido de articulação de chamar os Senadores, de chamar para comissão um que é relator e não está presente. Então é uma mescla de todos esses itens.

ENTREVISTADO F

1. Perfil

Sexo: M

1. Há quanto tempo você está no Congresso?

30 anos.

1.2 E no Senado?

23 anos.

1.3 E nas comissões?

Seguidamente 10 anos. Tem mais de dez, porque na comissão faço 10 em outubro.

1.4 Onde o Sr. estava lotado antes?

Na Comissão XX e outras seções antigas que já foram extintas. Ah, também na Sub-secretaria do expediente, na época chamava assim e na sub-secretaria de informação legislativa.

1.5 Qual sua área de formação?

Letras e direito.

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Eu tinha 13 anos, era menor de idade. Foi meu primeiro emprego.

1.7. Como o Sr(a) ingressou no Senado?

Concurso público.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

(Pausa) Eu sempre achei que fosse rico, né? Mas há muito tempo é... chato.

2.12 Mas você diz quanto ao seu dia-a-dia ou o dia-a-dia da Casa?

O meu dia-a-dia. O dia-a-dia da Casa é excitante, né?

2.2. Como o Sr. vê o Senado?

O Senado assim como Câmara faz leis, mas além disso tem a função de fiscalizar as contas públicas... XXX

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Não dá para separar o Senado da Câmara. Então é assim: poder legislativo, câmara revisora, é a segunda parte do poder legislativo, a segunda metade do poder legislativo... É uma Casa de políticos normalmente de carreira já de longa data, estabelecida, né? ... Uma Casa um pouco mais fechada, mais hermética, porque menor também que o número de representantes. A importância das duas Casas é igual. Agora pelo volume de trabalho, pelo número... mais em função do número de representantes, a Câmara parece trabalhar mais do que o Senado, parece produzir mais do que o Senado. Em compensação eu acho que a Câmara, eu tenho esta impressão... que a Câmara remete para o Senado revisar não tanto

mais do que o Senado remete para Câmara. Então a produção legislativa de uma Casa para outra em termos numéricos... tenho a impressão de que é equivalente, o que coloca o Senado numa posição muito mais positiva... sei lá porque... um grupo menor, não é, o consegue produzir tanto quanto esse grupão da Câmara, esse grupo maior...

2.32 Como é a relação entre o Executivo e o Legislativo?

Eu acho que existe mais relação Senado-Executivo do que Senado-Câmara, porque o Congresso busca mais o Executivo. O Congresso busca mais o executivo para fiscalizar, interferir... A própria questão da legislação em si. O ato de legislar e mesmo o ato de fiscalizar...

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

Ah, eu acho que Secretaria Geral da Mesa e a Secretaria de Comissões.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

Eu sinceramente acho que contribui bastante, bastante. Mas as comissões são Senadores, né? E os Senadores são os interesses políticos... enfim, a carreira de cada um, o interesse de cada um.

2.62 As matérias são mais discutidas?

Em tese, sim. Mas como é um processo político depende da matéria. Dependendo da matéria ela pode ter uma discussão maior no plenário do que nas comissões. Mas eu acho que as comissões contribuem muito, muito, muito, muito... Mas o que vai determinar a intensidade da discussão é o interesse político e o acordo que sair dessa discussão. Quanto mais demorar um acordo, quanto mais intensa eu acho que é essa discussão... e se não acontece aqui nas comissões acaba acontecendo no plenário. Se transfere para lá junto com a intensidade da discussão... a importância da discussão. Eu acho que a importância da discussão vai até o acordo, a decisão.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

Ah, tem muita gente de valor. Tem muita gente de valor... É que o desvalor é um interesse cultural da sociedade brasileira, nosso... Nós damos mais atenção para crime, para notícias ruins... nós estamos seduzidos pelo que não serve. Eu acho que nós estamos ainda numa ressaca de muita a opressão... Então a gente ainda tá atirando...

3.3 A atuação dos senadores no Plenário é igual nas Comissões?

E... não me sinto muito capaz porque a nossa comissão... apesar de dez anos de comissão... Tradicionalmente a nossa comissão era de XX, então aos poucos a gente foi recebendo as matérias de XXX... então eu sinto a nossa comissão ainda incipiente... mas na participação eu vejo muita semelhança. Se o interesse é grande, ele trás o embate para o plenário da comissão.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Eu acho meio dividido, né?! O servidor de uma forma geral vem de processo de desvalorização, de desqualificação. Durante muito tempo do governo FHC sem reajuste e o

legislativo com uma outra realidade diferente do executivo. Isso não favorece o servidor do legislativo. Inclusive porque é assim: tem servidor concursado, você tem servidor terceirizado, você tem um universo muito grande de servidores, né? Tem estagiário que uma força de trabalho que conta muito.

4.11 Mas você acha que os Senadores, os parlamentares percebem este nuance?

Não, não, não acho que perceba não. E acho que trata todo mundo igual... e eu não acredito que veja com prestígio não... exceto um ou outro servidor de maior destaque com quem ele tenha maior contato, com maior frequência... logicamente ele passa a confiar mais. Exceto este, os outros eu acho que ele nem sabe o nome.

4.2 Como é a dependência dos Senadores em relação aos funcionários da Casa?

Depende do conhecimento que ele tem da Casa. Depende da adaptação dele ao Senado. Então quanto mais ele se adapta ao Senado, quanto mais ele conhece, menos ele depende do servidor.

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

A secretaria projeta a atuação do Senador que participa da comissão, porque ela faz um meio de campo entre o interesse dele, o interesse político, entre a atuação parlamentar e o que acontece no Senado, o que acontece na comissão. A secretaria evidencia o nome dele, dá projeção a ele... realiza o trabalho que ele deveria fazer.

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão? Quais problemas o Secretário enfrenta?

A gente trabalha em uma Casa política então o que acontece: você pode ter no máximo uma perspectiva os fatos que vão acontecer... e você se prepara, tem uma previsão de trabalho. Você tem uma ideia de como vai ser aquela reunião, então acompanhar o desenrolar desses fatos é que é um desafio, porque nem sempre... aliás quase sempre se acontece como se prevê e você tem que estar preparado para estas surpresas. É a questão da falta de previsão. Uma pequena previsão com uma grande dose de sujeição a variáveis. Você tem alguma coisa para fazer, mas está sujeito a fazer de uma maneira ou de outra ou de outra...

4.3 Como o Secretário é escolhido?

Bom, eu já trabalhava na comissão antes da criação do cargo, então no meu caso foi natural...

4.8 O Sr, acredita que a estabilidade é importante?

Eu acho que servidor público sem estabilidade tem dois senhores: ele tem o Estado e ele tem o ocupante do cargo naquele momento, o seu superior. Só que ele vai obedecer primeiro ao chefe imediato, então a lealdade dele é ao chefe de plantão e não ao Estado. Ele perde a perspectiva de carreira, ele perde a perspectiva de interesse público. Despersonalizado neste sentido, porque ele se vincula ao interesse público e que tem a ver com a pessoa que lhe confere aquela situação de servidor sem estabilidade, porque a estabilidade se consegue com concurso público, né?!

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

Não existe secretário adjunto no regimento. Eu não recebo instruções... assim sobre o trabalho do secretário adjunto. Eu recebo tarefas e não sei como é nas outras comissões. Eu talvez não saiba lhe dizer o nome de outros secretários adjuntos... Sei, de uma comissão.

4.6 Como a pauta é elaborada?

Com base nas matérias que estão prontas, que têm relatórios. Esse é um dos critérios ou é o primeiro critério... (e os outros?) O segundo critério seria a decisão do presidente, porque o secretário tem que apresentar a pauta e o presidente decide então se ele aceita ou não todas aquelas matérias, ou se ele tem interesse na inclusão de alguma outra matéria... ou se ele traz outra matéria porque ele também pode apresentar requerimento, enfim... mas, secretário tem de mostrar todas as matérias que estão prontas para ir a reunião.

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Acho que eles não veem.

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Acho que veem com seriedade.

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido.

Não saberia te informar.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê

O Secretário adjunto dá suporte. Dá suporte técnico e administrativo... consultivo... Eu acho isso pessoal. A natureza política é bastante pessoal, é individual... é de cada um. Então, por mais política que seja, acho que a influência é mínima. Se fosse ordenar primeiro eu diria administrativo, depois técnico e político seria o último. Mas tem, claro.

ENTREVISTADO G

1. Perfil:

Sexo: M

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

Desde 1994, 14 anos.

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Não, 100% não.

b- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Todo o funcionamento da Casa? Acho que ninguém conhece não. Aqui tem muito área, muito setor. Só, por exemplo, a área de orçamento demanda um tempo enorme. A

área de consultoria é dividida em especialidades. Um consultor não conhece todas as áreas. Ele se especializa na área de turismo, na área de meio ambiente.

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

6 anos

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Comissão XX, secretário por XX anos.

1.4. O Sr(a) já trabalhou em outra Comissão? Qual?

Comissão X, CPIs, em gabinetes e na diretoria das comissões.

1.5. Qual a sua área de formação?

Matemática.

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Agente administrativo na administração federal e professor da fundação educacional.

1.7. Como o Sr(a) ingressou no Senado?

Concurso. Não fiz concurso interno, já tinha acabado com a Constituição de 88.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

É uma boa Casa para se trabalhar. É delicada porque é uma Casa política. O Senado é um mini Brasil. As melhores pessoas que eu conheci estão aqui e as mais difíceis também.

2.2. Como o Sr. vê o Senado?

Um mini Brasil mesmo...

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Uma Casa revisa a outras O que tenho observado, não sei se por causa da demanda, é que Senado tem deliberado mais projetos pra Câmara do que a Câmara pro Senado. Parece que algum Senador já falou sobre isso, já comentou sobre isso... Delibera mais comparativamente com a Câmara.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

Tem a atividades fins, que seriam as comissões mesmo...

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

As atividades fim são as comissões mesmo. Porque é nas comissões que todas as matérias são debatidas, discutidas, é aqui que se faz ajuste, os Senadores que concordam e que discordam entram num meio-termo. Quando a matéria foi aprovada nas comissões e segue ao plenário, chega lá já ha aquele acordo. As pessoas pensam que não há debate, mas

nas comissões já houve um grande debate. Aí quando chegar lá já se ajustou, né. Já está mastigado, os parlamentares já têm conhecimento da matéria, já se ajustou.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

É algo muito íntimo, muito particular... Mas eu acho que tem como melhorar... trabalhar mais assim para o povo, ter mais amor à sociedade, fazer mais para a sociedade.

3.2 Como é trabalhar com os Senadores?

A priori quando se inicia um novo presidente é mais fácil porque eles seguem mais as orientações regimentais que a gente passa pra ele. Como tempo já mais no final, melhora bastante a relação porque já existe vínculo de confiança. Mas às vezes quanto a um procedimento que no setor e tal a gente tenta orientar direitinho, mas a decisão final são eles que tomam. Tem muitos Senadores que tem conhecimento do regimento, outros não. Mas a gente sempre já prepara para cada matéria que vai ser votada uma fala, uma orientação, como proceder votação, que tipo de votação, se nominal ou não, se a matéria é terminativa. Para o Senador acompanhar, ler, proceder e qualquer dúvida a gente fica presente ali para na hora dar uma orientação para ele. A decisão sempre é deles, nos só sugerimos

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

A importância é técnica.

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão? Quais problemas o Secretário enfrenta?

A gente tem um processo de preparar toda a reunião, fazer a convocação dos Senadores, de divulgar para a imprensa, dar orientações, de pautar aqueles temas, matérias, fazer a pauta, né? A gente faz essa orientação. Estou satisfeito com o grau de autonomia sim... A queixa que teria seria mais em relação a gente querer trabalhar bem certinho, dentro.. porque.. Porque uma falha, às vezes um ato político, uma ação política que não se encaixa com a técnica. Às vezes é coisa que me daria nenhum problema numa visão geral, mas dentro do procedimento técnico... a gente trabalha com um sistema, ele é eletrônico, ele não tem exceção. É claro que tenho que colocar conforme o sistema, porque tem que elaborar o processado, tem que encaminhar para a SGM e as vezes o sistema não está aceitando... Então tem essa dificuldade de administrar muitas vezes a parte política, que é a parte que entre em choque com a técnica.

4.3 Como o Secretário é escolhido?

Tem a diretora aqui das comissões, ela que é responsável pelas comissões. Todo ano é o presidente que define, fala quem ele quer como Secretário, quem quer que substitua. Aí a diretora nomeia ele... É por indicação da Casa.... Só pessoas efetivas do quadro do Senado. São só pessoas da Casa.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

É harmônica. Os secretários se relacionam, pelo menos eu... são colegas, são companheiros, um auxilia o outro, ajudam, tiram uma dúvida. É um quadro que assim,

com o tempo... você tem que saber regimento, tem que saber processo legislativo. Você não aprende o regimento só lendo, tem que saber na prática. Porque ler e saber é uma coisa, na hora de tomar uma decisão de última hora, você tem que falar de pronto. Porque se falar errado pode gerar um problema grande no futuro depois. Pode até provocar um cancelamento de votação. É complicado, tem que ter aquela firmeza de saber.

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

O regimento é que determina nossos procedimentos, nossos trabalhos. É o que a gente procura manter sempre. É uma boa linha para se trabalhar. O regimento ajudar no nosso planejamento. O ruim é quando começa a fugir do regimento, que daí complica nosso trabalho. A gente luta para isso... por sempre estar dentro dos processos regimentais... porque é o que nos ampara, é o que nos dá a linha, nosso rumo, nosso norte.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

O presidente sempre deu bastante autonomia. Estamos sempre consultando ele. Comumente ele orienta: as matérias que tiverem aí pode por na pauta. Então temos essa orientação, as vezes sugerimos uma data de reunião que caiba dentro do que ele quer, quando ele não define. A maioria ele já define: quero reunião no dia tal, tal hora... aí a gente trabalha em função de atender ele neste sentido. Às vezes fala o que seria ideal tal para ter reunião. Aí nos orientamos, olha tem dia tal, vamos ter problema de sala, porque são onze comissões permanentes, mas não tem onze salas pra reunir. Muitas vezes dá choque porque as comissões querem reunir no mesmo horário,... tem que ficar administrando, nesse dia não tem sala...a gente tem muita dificuldade de estrutura...

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

Não, não nosso trabalho ele está praticamente... porque no início a gente entrava muito no mérito, pensava subjetivamente... hoje em dia é automático. A gente trata uma matéria quase como todas as outras. A minha preocupação é na urgência que o parlamentar tem naquela matéria. Aí eu me preocupo mais para agilizar isso. Quanto ao conteúdo o mérito a gente não entra. Eu fui orientado por um grande colega de início aqui a não entrar no mérito, não participar politicamente, não ser partidário. Isso aí é... algo bem e profissional mesmo. Em relação a mim, estou conseguindo... as vezes uma pessoa quer porque partido X está na presidência. Eu sou instruído, orientado a não tomar partido, a tratar todas iguais, da mesma forma... É até uma satisfação pra gente...

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

O plano de carreira do Senado já foi melhor. Eu fico observando que hoje em dia, o Senado já foi uma das pontas. O salário de Senado está bem defasado. E o pessoal lá de fora só fala... Mas você pode observar a briga que é... a imprensa fica falando uma coisa ou outra do salário... que o salário está alto... mas eu vejo que muitos tem vontade de estar aqui. Mas pode ver que é um pessoal qualificado, é pessoal preparado, você pode ver pelas pessoas que passam concurso. As pessoas se preparam cinco anos para concurso, especificamente para concurso. É quase uma faculdade. Só para poder passar no concurso do Senado. Então as pessoas que passam são altamente qualificadas, com muito conhecimento.

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo?

Tem diferença na carreira e na forma de trabalho... mas depende muito do que você quer. O melhor é fazer aquilo que você gosta, às vezes nem ganhando bem, mas fazer aquilo que gosta com salário que dê condições para sustentar. O bom é fazer o que gosta... por uma questão de mídia, o legislativo sempre está em pauta. Então ele é muito visado. E geralmente a visão que se tem lá fora do funcionário público, eu falo isso porque quando eu digo que sou funcionário público e a outra pessoa não é, há aquele... Começa a ter piadinhas... aquela coisa... O funcionário público não é bem visto. Sempre falam mal do funcionário público lá fora e o que disseminam são as coisas ruins. Raras são as vezes que eu vejo alguém falando do profissional bom, qualificado. É mais difícil alguém elevar o trabalhador. Tem gente aqui do Senado que trabalha três turnos. Agora nessa época do orçamento, você vai aqui na consultoria você vê consultores levando trabalho para Casa. Você tem que estudar o relatório, sintetizar, escolher as emendas... aí tem que levar trabalho para Casa.

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

É muito complicado falar da visão deles. É muito corrido, eu nem sei se eles tem um momento para pensar. São muito direcionados, focados nos objetivos. Eu acho que eles nem têm um momento... Não pensam muito... Eu acho que eles não se preocupam muito neste sentido. Não tem a oportunidade, de refletir sobre o profissional... eles olham mais pros funcionários que estão ao redor, no gabinete, no processo de seleção, para ver se está dando aquele retorno que ele deseja ou não. Acho que em relação aos outros, eles não tiveram essa oportunidade ainda de pensar sobre esse assunto... Eu não tenho como falar como eles veem... Só como eu vejo as coisas... Eu já vi conversa de Senadores elogiando o trabalho dos funcionários, diz que de alta qualidade, que são bons funcionários, capacitados. Esse é o discurso dos parlamentares.

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Os que conhecem vêm bem. Depende do trabalho, da dedicação que o funcionário tem.

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido. (Por quem?)

Eu acho que, como diz meu diretor, o secretário é aquele que deve tudo e não pode nada. Tudo porque ele é responsável, muitas vezes por atribuições que não são de secretário. É o único cargo no Senado que têm suas atribuições no regimento interno é o cargo de secretário de comissão. Mas ele faz muito mais coisa do que está ali. Extrapola até as nossas atribuições, mas é uma forma fazer, de resolver, né? Porque se você tem conhecimento.. de um secretário de comissão não se exige ser formado em direito, porque a gente não entra no mérito da matéria. O secretário de comissão precisa entender do regimento e da constituição. Isso é o básico. Claro que quanto mais conhecimento, melhor. Mas isso se aprende com treinamento. Agora o Senado é uma excelente Casa que dá oportunidade para quem tem interesse, quer aprender. É uma Casa que dá oportunidade a pessoa crescer e aprender. Acho que aqui só não aprende e não cresce quem não tem interesse. Eu não digo crescer financeiramente porque não há ascensão vertical (o antigo concurso interno), só horizontal, mas para aprender, pra pegar algum cargo com função, porque um bom conhecimento de regimento aqui no Senado você desejado por qualquer gabinete qualquer. Quando eu sai da XX mesmo, eu recebi muitos convites para trabalhar em gabinete, acompanhar sessão.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

Ele tem um pouco de político, mas era para ser apenas técnica. Mas como é uma Casa política, não tem como dissociar. Você tem que trabalhar um pouco com a política mesmo. Assim, a política verdadeira. A gente tem que trabalhar para facilitar, para ajudar, para ajudar a própria política mesmo não a politicagem. A política boa e não a politicagem...

ENTREVISTADO H

1. Perfil:

Sexo: M

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

25 anos

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Eu acho que sim.

b- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Depende do funcionário. Se o cara tiver interesse, uns cinco anos você conhece toda a estrutura da Casa.

X1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

20 anos

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Comissão XX

1.4. Qual cargo?

Também secretário adjunto

1.5. Qual a sua área de formação?

Contabilidade.

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Setor privado. Trabalhava em XX

1.7. Como o Sr(a) ingressou no Senado?

Eu entrei aqui em 1983, não tinha concurso.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

Na parte política... no desenrolar... é tranquilo. Merecia um cuidado melhor.

2.2. Como o Sr. vê o Senado? Como ele funciona?

Uma Casa que precisa ser melhorada politicamente. Não só politicamente como administrativamente. Eu digo politicamente pelos escândalos que a gente vê todo dia. Que é o que mais destaca no Senado hoje.

2.3 Como o Sr(a) entende o papel do Legislativo no Brasil?

Eu acho que o congresso precisa interagir mais com a população... trabalhando mais pelo social...

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Sim, uma é revisora da outro. Um faz e o outro revisa... O trabalho é sempre conjunto.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

A consultoria é um dos órgãos principais aqui da Casa. A atividade fim da Casa é a parte legislativa... Então a consultoria e a própria estrutura das comissões, que deveria ser melhor, mas não é.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

As comissões é que desempenham as funções mais importantes do processo legislativo. É aqui a onde há o debate. São as comissões temáticas, são os projetos, as audiências públicas, as reuniões... aqui que se constituem os processos. Então as comissões hoje são a peça mais importante dentro do processo legislativo.

Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

Eu gostaria de ver melhor do que eu penso. Eu acho que deveriam fazer papel com mais responsabilidade da atividade legislativa. Afinal de contas...

3.2 Como é trabalhar com os Senadores?

Para mim... eu sou uma pessoa que gosta muito de trabalhar com área legislativa. Me formei em contabilidade e na época um colega me chamou para trabalhar lá com ele. Mas eu falei que ia trabalhar na área que eu mais gosto que é a área legislativa, a atividade fim... Então hoje para mim eu adoro a atividade legislativa... A receptividade que a gente tem com os Senadores é a melhor possível. O que atrapalha um pouco é quando você tem que procurar o Senador no gabinete aí não depende do Senador... Depende de chefe de gabinete, aquela coisa todinha... te deixa sentado ali e, as vezes, o Senador podia até te receber... Não é problema tanto do Senador mais com os próprios colegas... Devia ter respeito maior... Mais com relação aos Senadores, a receptividade que eu tenho.... você tem que saber chegar no parlamentar.... e você que trabalha aqui, eu aqui nas comissões, tenho que chegar, pegar assinatura... nunca tive problema nenhum.

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

Eu acho que a participação dos Senadores no plenário é maior do que... Agora faz uma ressalva, porque você tem que ver o lado do parlamentar... São onze comissões permanentes funcionando, além das comissões especiais, além da comissão de orçamento, além das CPIs. E 81 Senadores para você distribuir. As reuniões deliberativas, terças,

quartas e quintas, onde funcionam 3, 4, 5 comissões. Pro parlamentar é difícil... tudo funcionando ao mesmo tempo, simultaneamente... É difícil você conseguir. Às vezes o próprio Senador reclama. Eu vou pegar assinatura dele na comissão depois tem que em outra comissão. Já que tem 3, 4 e o Senador faz parte em duas. Essa parte do Senador é muito sacrificante.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

A importância nossa é que aqui a gente organiza tudo, a parte administrativa aqui é toda organizada por nós. As pessoas acham que a gente só trabalha enquanto funciona a reunião. A gente trabalha antes para preparar 1, 2, 3 as vezes até 4 reuniões por semana. Como nós fazemos aqui na comissão XX. E tem o durante e o depois... todos os encaminhamentos que a gente tem que dar durante essas reuniões, nas audiências públicas. Porque dentro das deliberativas também é a mesma coisa, as reuniões têm projetos, cada projeto é um projeto, existem deliberativos, substitutivos, terminativos, cada projeto é um projeto. E a gente tem que preparar para Secretaria-Geral da mesa ou para outra comissão.

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão?

Organizar as reuniões, fazer as pautas... Fazer reuniões e depois dar o encaminhamento após a reunião. E já começar a preparar a próxima. A maior dificuldade que a gente tem é em relação ao regimento porque nós quanto funcionários da Casa, temos que fazer cumprir o regimento. Mesmo porque a corda só quebra para o lado mais fraco.... então se tiver algum problema durante a reunião, se houver alguma coisa anti-regimental acontecendo, quem vai responder somos nós...

4.3 Como o Secretário é escolhido?

Por indicação do secretário mesmo. Nunca por imposição, mas por escolha. A estabilidade na carreira é importante... no serviço público o que mais se procura é a estabilidade

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

Ótima. Os secretários têm uma relação muito boa. Os secretários sempre se comunicam, estão muito próximos. Por uma questão até de amizade. Todos somos funcionários, a gente se encontra no corredor e amizade vem naturalmente.

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

Muito preso ao regimento, o máximo possível. A gente não pode flexibilizar. O regimento é a nossa cartilha, a gente tem que estar com ela embaixo do braço e o tempo inteiro aqui. Vira e mexe aparece questão regimental aqui.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

Nós trabalhamos em conjunto. Eu e o XX, sem falar das outras comissões, falando na nossa comissão... O XX é bem democrático. O presidente também, porque temos o mesmo tramite. Então se o Secretário precisar sair, eu assumo e o trâmite é o mesmo.

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

A gente vê isso de uma maneira até natural. A gente não é dono da verdade. A última palavra é deles. É o processo legislativo... Eu não sou parlamentar... A gente vê alguns projetos que não são bons para a sociedade, mas o que eu posso fazer... Tem projeto que... O lobby influencia muito, a parte externa...

4.8 O senhor conhece o plano de carreira?

O plano de carreira... eu sou daquele cara assim... eu tenho minha carreira assim... O plano carreira foi muito importante até por uma questão financeira. Mas nunca me aprofundi nesse assunto... Essas coisas assim de dinheiro... eu sou um cara assim... cara tranquilo. Eu ganho meu salário. Mas se sair alguma coisa assim extra, eu nem procuro saber... Não é uma questão de ser omissos é uma questão de opção. Tem gente que fica muito em cima disso, se preocupa muito a parte financeira e não presta atenção a parte funcional da Casa.

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo?

A imagem do Senado hoje é triste. Para o servidor também. A pessoa leiga que tá lá fora acha que o servidor é o Senado. Que tudo que acontece de ruim... as coisas que acontecem na que que não são aceitas pela sociedade.. isso cabe também. Você fala que trabalha no Senado, eu faço questão de não falar que trabalho no Senado. Eu falo que sou servidor público... Se você fala que trabalha no Senado, os caras vão te chamar de marajá. Você não vê ninguém fala mal do servidor da Câmara, mas quando fala do Senado todo mundo cai de pau em cima. Por que relacionam uma coisa a outra.

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Como bons auxiliares. Vire e mexe a gente recebe elogio. Pena que tem Senadores que são contra os funcionários. Porque a não sei. Os Senadores não veem. Eles não têm que saber quem é secretário e quem é secretário adjunto. Os Senadores estão ali discutindo o projeto, para ele todo mundo é igual. Com exceção do secretário, porque está ali do lado. O restante é igual, são auxiliares, até o adjunto... Eles só vão reconhecer você quando secretário não está, aí você assume. Aí a gente tenta, quando um sai, tem que resolver coisas, a gente vai se esse revezamento tranquilo.

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Na parte do secretário adjunto... a relação a mínima... é uma posição de substituto. Os funcionários veem a secretaria... tanto que as secretarias das comissões são muito cortejadas. Tem muita gente que procura as comissões para ser secretário porque é um órgão importante. Se você começar a prestar atenção, o secretário de comissão faz quase a mesma função o que o secretário-geral da mesa. Só que menor, porque aqui a gente cuida só de 19 titulares e 19 suplentes. Mas a diferença de status de secretário para o secretário geral da mesa é mínimo. Porque aqui nas comissões é que se desenrola tudo, nas comissões temáticas os projetos são discutidos, são instruídos, essa coisa toda.

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido. (Por quem?)

Eu já discuti muito isso. Eu acho que deveria ser mais bem reconhecido. Muito. Por todos os parlamentares e por todos os órgãos a que estamos subordinados..

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

Aqui a gente tem que ser um pouco de tudo. Você tem que ser muito técnico e um pouco político também. Você tem que flexibilizar, principalmente quando se trata de regimento. A gente nunca pode dizer não para Senador. A gente só orienta. A gente fala “Senador, o regimento não permite”. Aí ele fala “Eu quero”. Aí você faz. Você faz ou perde a missão.

ENTREVISTADO I

1. Perfil:

Sexo: M

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

27 anos.

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

É tempo suficiente.

b- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Eu acho que pelo menos uns dez anos, para você trabalhar tanto na parte administrativa como na parte legislativa, em gabinetes. Para você fazer um tour nas diversas áreas que tem a Casa.

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

Como secretário, tenho um ano e seis meses.

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Gabinete de liderança de partido.

1.4. O Sr(a) já trabalhou em outra Comissão? Qual? Qual cargo?

Não, nunca em outra comissão.

1.5. Qual a sua área de formação?

Administração.

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Foi meu primeiro emprego.

1.7. Como o Sr(a) ingressou no Senado?

Na época não tinha concurso, foi indicação mesmo. Foi em 1981 e as pessoas que entravam eram sempre por indicação.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

Eu posso falar no dia-a-dia da comissão. E vou começar falando da nossa agenda diária antes de uma reunião. Eu tenho que despachar com o presidente para saber quais matérias vão entrar na nossa pauta de reunião. Ele identificando essas matérias nós temos que fazer comunicados para todos os Senadores e para as pessoas que estão na nossa caixa postal para informar as matérias que vão entrar na pauta, informando o dia, a hora e o local. Temos que preparar uma pauta informando quais são as matérias e mostrando quais são os pareceres dos Senadores sobre as matérias.

2.2. Como o Sr. vê o Senado?

Olha, eu acho que dos três poderes é o mais aberto. É onde todas as instituições chegam, todas as reclamações chegam, onde a imprensa tem mais acesso e as críticas maiores também sempre veem para cima deles. Eu diria que é uma Casa aberta para receber críticas e encontrar soluções.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Em relação a plenário eu diria que trabalham o mesmo, porque todas as matérias que passam aqui, pelo menos 90% das matérias que passam aqui deveriam ir para Câmara. E 100% das matérias que passam pela Câmara deveriam vir para o Senado, à exceção de indicações para embaixadores, indicações de outras autoridades, empréstimos externos, empréstimos para estados e municípios que passam só no Senado. Todas as outras matérias têm que passar nas duas Casas. Quanto as comissões não, porque na Câmara possui mais comissões e o número de parlamentares também é bem maior, claro que o trabalho das comissões lá é muito maior.

2.32 Como é a relação entre o Executivo e o Legislativo

A relação não é harmônica. Eu acho que tem muita interferência principalmente nas decisões que o poder executivo toma por meio de medidas provisórias. Deve haver uma mudança nesse sentido para melhorar o diálogo entre os dois poderes. Hoje em dia o que ouvimos falar mais, o maior problema é que o executivo está legislando. E quem tem que legislar é o legislativo. Há dois anos a pauta está sempre trancada. A maior reclamação que a gente ouve que dos Senadores é isso.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

Se eu for falar de uma específica, eu diria as comissões. Porque aqui é onde tudo é feito, onde as matérias são discutidas, onde acontecem as decisões. Quando uma matéria chega ao plenário ela já estava praticamente decidida. Lá o que vai ocorrer é só a votação. Onde acontecem as maiores discussões e debates é nas comissões.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

Eu também não posso falar que as comissões são o lugar mais importante, porque você depende de toda uma estrutura. Há toda uma estrutura que faz isso aqui funcionar. Mas eu também não posso deixar de falar no plenário, da secretaria geral da mesa, dando todo suporte aos Senadores, também um importante lugar de decisão. É onde se finalizam as decisões. Aqui é onde tudo é feito, onde as matérias são discutidas, onde acontecem as decisões. Quando uma matéria chega ao plenário ela já estava praticamente decidida... Lá o que vai ocorrer é só a votação... Onde acontecem as maiores discussões e debates é nas comissões.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

Ainda há uma carência na formação dos políticos brasileiros. O brasileiro não cobra muito do político para que ele seja uma pessoa formada, por assim dizer. Uma pessoa que tem estrutura para assumir um cargo de vereador, de deputado estadual, de deputado federal, de Senador, seja lá o que for, e estar preparado para o cargo. Eu ainda não vejo políticos brasileiros com essa formação.

3.2 Como é trabalhar com os Senadores?

A relação com os Senadores, eu acho que todos os secretários irão dizer a mesma coisa, sempre é muita harmoniosa e respeitosa do funcionário com os Senadores. Eles normalmente são muito educados e sempre estão procurando seguir as regras que no caso é o nosso regimento interno e a Constituição federal.

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

A participação na comissão é maior. Eu acho que nas comissões eles participam mais, porque aqui as coisas se discutem mais... Quando um elas chegam no plenário, já chegam mais ou menos prontas... Mas o que a gente tem visto ultimamente é que as votações têm sido decididas por voto no plenário, o que exige a participação dos Senadores.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

A secretaria da comissão dá suporte ao presidente na organização dos trabalhos. Nós é que recebemos as matérias e organizamos de tal forma para que o presidente possa decidir da melhor forma as matérias eu devem entrar na pauta. Na somos o auxiliar do presidente...

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão?

Como falei, organizar da melhor forma as matérias que chegam na comissão, para auxiliar o presidente a fazer a pauta das reuniões.

4.2.1 Quais problemas o Secretário enfrenta? Exemplo específico?

Agora no momento nós estamos trabalhando em mudanças do regimento interno e atualizando o programa de implantação das ações dessas matérias. Agora não são problemas, são soluções para dar o melhor andamento nas decisões que o Senado toma.

4.3 Como o Secretário é escolhido?

Temos um diretor da secretaria de apoio às comissões permanentes que determina ou retira o secretário da comissão. Mas o que muitas vezes acontece é que o presidente pode decidir se quer ou não trabalhar com determinado secretário. Aquiescência é tanto do diretor como o do presidente.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

Normalmente a relação é muito boa, não há problemas entre secretários. São amigos e se ajudam mutuamente.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

Toda decisão que a gente vai tomar depende do presidente da comissão. Mas o trabalho burocrático, a autonomia do secretário é total. Mas para fazer o trabalho a gente precisa autorização do presidente sempre.

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

Ah, isso aí... não tenho problema quanto a isso, quer dizer...

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

Estou satisfeito. O Senado é 100% satisfeito. Salarialmente aqui é muito bom, não tem que reclamar...

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo? É mais ou menos valorizado que o Executivo?

Eu acho que existe uma reclamação geral do servidor do Senado federal. Dizem que se trabalha pouco. A visão que se tem lá fora é essa... O que não é verdade... A gente chega aqui 8h da manhã, às vezes fica sem almoço, e sai 8h, 9h, 10h da noite. Claro que existem muitos lugares que a gente sabe que a pessoa trabalha em horário corrido, mas a visão que a sociedade tem do servidor do Senado federal é distorcida.

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Normalmente a gente vê que eles gostam do trabalho do secretário. Eles elogiam... Sempre que a gente ouve algum Senador falar de funcionário, é sempre muito elogioso. Principalmente do trabalho das comissões, do plenário, da parte administrativa. Quando ouvimos um comentário é elogiando o trabalho dos funcionários.

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Também da mesma forma. A gente precisa muito do apoio principalmente dos assessores dos Senadores... Principalmente na hora de agilizar uma matéria porque a gente sabe que ela tem que entrar na pauta, aí você liga para o assessor do Senador, o chefe de gabinete, aquelas pessoas que trabalham diretamente com Senador... Com isso a gente vai mantendo uma relação boa tanto do nosso lado aqui, como do lado deles lá. É sempre muito boa.

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido.

Eu acho que tem que ser dado uma importância maior para os secretários, porque a gente olha a responsabilidade que a gente tem aqui na comissão, todas as matérias que estão com a gente... as decisões que temos que tomar junto com o presidente, principalmente na hora da reunião... Nem sempre as pessoas da Casa têm conhecimento do que a gente está fazendo.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

De uma forma geral, a gente nunca pode ser uma coisa só aqui na comissão. Você tem que ser político, por que você está em contato com parlamentares de todos os partidos e cada um é de uma forma, você tem que abordar de formas diferentes. A técnica, por que

você tem que saber o regimento interno na hora que você precisa. Operacional, da mesma forma, porque você tem que planejar todas as reuniões.

ENTREVISTADO J

1. Perfil:

Sexo: F

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

25 anos

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Não. Já deu para ter uma certa noção... Eu já trabalhei na área administrativa e acabei me especializando mais na área legislativa.

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

12 anos como secretária.

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

CPI, chefe de gabinete, na liderança do XX, consultoria. Estou há 5 anos aqui.

1.4. O Sr(a) já trabalhou em outra Comissão? Qual? Qual cargo?

Nas CPIs.

1.5. Qual a sua área de formação?

Sociologia.

1.5. Qual a sua área de formação?

Organismo internacional

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

Cada dia é um dia. É diferente do outro, é isso que eu gosto muito das comissões, a gente nunca tem uma rotina. São as nossas reuniões, são os preparativos para as reuniões. Tem todos os preparativos antes, durante (na reunião, que é o trabalho de assessoramento direto a mesa, principalmente ao presidente da comissão) e depois, que é quando a gente prepara as matérias para encaminhar a mesa, ao plenário, ao seu destino... Agora tem também as audiências públicas, que também... É muito diferente, a gente aprende a cada dia

2.2 Quais são os aspectos que mais se destacam na atuação do Senado hoje?

Na época da CPI do judiciário, a famosa do Nicolau, que teve uma repercussão muito grande nacionalmente... Naquela época o Senado se evidenciou muito no cenário nacional e internacional com a sua ação fiscalizadora de buscar, de mostrar para a sociedade as coisas que estavam erradas, apurando fatos e encaminhando ao ministério

público. Infelizmente nesses últimos tempos agora, essa questão mais de CPI, elas não estão tendo muita credibilidade. Houve muitos problemas, como comissões que terminaram sem um relatório substancial, enfim... Meio que ficou apagado esse lado. Hoje o que mais aparece é a questão de legislar mesmo.

2.32 Relação entre o Executivo e o Legislativo

Como secretária de comissão, eu vejo que nesses os últimos tempos, está tendo uma grande interação e cooperação. Porque a gente trabalha muito com as assessorias parlamentares, e eles nos ajudam muito... Sempre acompanham as matérias, se a gente tem que ir numa audiência pública onde um ministro tem que ir, eles estão sempre vindo, dando satisfação. Pelo menos como funcionária de secretaria de comissão, eu vejo uma boa interação.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

No processo legislativo... Eu tenho um conhecimento mais profundo do processo legislativo do Senado. Mas nesses últimos tempos, a gente tem visitado a Câmara, visitado as comissões, para conhecer como é o trabalho deles lá. E a gente já teve outra visão. Eu acho que a Câmara... acho... não sou só eu, como também que outros secretários que já tiveram a oportunidade de fazer essa visita *in loco*... a Câmara está mais moderna, mais célebre no processo do legislativo deles.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

Eu acredito que em primeiro lugar são as comissões, são os órgãos técnicos do Senado. São elas que instruem as matérias para alimentar o plenário.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

Se você pensar no processo legislativo sem as comissões, o plenário não teria condição de... O plenário em si, reunido com todo seu corpo, não teria condição de discutir, debater, realizar as audiências públicas... Ele sozinho não teria condição. As comissões são de extrema importância. Não vejo o processo legislativo sem as comissões temáticas.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

(Risada) Profissionalmente falando, assim que em termos de Senadores, né? Tem de todo tipo. Porque aquilo que eu posso falar é o meu conhecimento, a minha vivência. Tem de todos os tipos. Tem Senador que tem uma preocupação muito grande com seus estados, com seus projetos. Tem Senadores que tem uma visibilidade maior nacional. Tem Senadores que são muito ausentes. Enfim... tem de todo tipo.

3.2 Como é trabalhar com os Senadores?

Eu acho que o trabalho de um secretário de comissão é extremamente interessante. Porque a gente não mantém um convívio diário, como mantém os funcionários de gabinete, por exemplo. O nosso convívio é esporádico, são dias de reunião, os despachos que a gente faz com os presidentes de comissões. E no dia de reunião, não só com o presidente, mas com os outros membros, enfim, todos eles Senadores. Mas de uma forma técnica. Então eu acredito que existe respeito de ambos os lados. Então eles passam a

considerar o secretário de comissão por que mesmo não tendo o convívio diário, nós estamos sempre a assessorando, orientando e subsidiando quanto ao processo legislativo...

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões?

O plenário tem muito mais formalidade. É mais rigoroso na questão do processo legislativo. Nas comissões não. Nós temos reunião em que eles conversam, eles riem, eles brincam. Então da mesma forma como há debates muitos acalorados, polêmicos, ainda mais em CPI – em que Senador sai rasgando a constituição... nas comissões, ela também propicia tanto um debate mais acirrado, como momentos mais descontraídos. É diferente do plenário. É com mini plenário, a gente considera como um mini plenário.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

A gente tem uma rotina, com processos, então a gente precisa tirar cópia, fazer pesquisa de legislação, conferir todos os pareceres que vem dar consultoria. A agendamos reunião, fazemos os contatos com os gabinetes. Exatamente essa interação executivo e legislativo... em caso de convite a autoridades para participarem das nossas audiências, são correspondências, enfim... É um trabalho muito intenso. É importante ter um corpo funcional. E geralmente a equipe de uma secretaria de comissão é muito pequena. No nosso caso eu tenho quatro estagiários e nós somos quatro servidores do Senado e dois copeiros para o volume de matérias... Então aqui um horário é de 8h, 8h30min e saio daqui por vezes 10, 11, até a hora de acabar plenário. Tem as rotinas internas da própria secretaria.

4.21 Quais problemas o Secretário enfrenta? Exemplo específico?

Um dos maiores problemas que a gente enfrenta, são servidores infelizmente que não são de carreira e, lógico, que a cada legislatura, cada Senador que entra-e-sai, muda muito. E eles não têm domínio na compreensão mais clara do processo legislativo, então quando precisam de uma interação, ligam quando precisam de alguma coisa... Você tem que largar o que ta fazendo para ficar dando aulinha... e ter uma certa dose de paciência. Com aqueles que vêm com humildade, simpatia, é ótimo. Mas tem uns que vem querendo te dar ordem e na verdade a pessoa não sabe de nada... Aí você tem que estar sempre ensinando. Eu acho que uma das maiores dificuldades é isso. A gente perde muito tempo.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

De uns cinco anos para cá, está tendo com uma maior conscientização. A gente tem se unido mais. O atual diretor da secretaria das comissões, que já está à com bom tempo com a gente, está fazendo um trabalho de reunião mensal com todos os secretários. Então senta para discutir matérias, as dificuldades, o processo legislativo. Isso tem sido motivo de interação. Então estamos nos tornando um grupo muito unido. Isso é bacana. Ajudou, um tira dúvida com o outro.

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

Olha só: o regimento a gente prima por ele antes de mais nada. Em certas ocasiões eu sinto que o presidente da comissão deve achar que eu sou um pouco chata. Porque eu sigo muito. A maioria das coisas eu posso fazer isso, eu posso entrar com esse assunto nesse momento... Na maioria das vezes eu digo não, não pode. E ele vira e fala: mas eu quero. Eu falo tudo bem, o senhor é um político, é o presidente da comissão, o senhor é que sabe. A

postura do secretário é avisar. Eu pego o regimento, eu leio o artigo, não pode por causa disso, disso, disso... Eu provo para ele... Então se ele quiser fazer, muitas vezes a gente tem que calar e deixar, mais eu fiz a minha parte para avisar. Então a questão regimental é no decorrer de uma reunião principalmente quando ela é de liberação de matérias... realmente não é bem engessar, mas é estar inteiramente dedicada a cumprir aquilo ali. Porque qualquer erro a culpa é do secretário.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

Olha no meu caso: eu já fui chefe de gabinete. O chefe de gabinete têm uma autorização do Senador e junto à Casa - vai para o diretor-geral, que comunica os outros diretores - onde o Senador autoriza o chefe de gabinete a assinar ofícios de ordem, ofícios administrativos. Os secretários já não têm isso. Então a nossa autonomia é em relação a instruir o presidente na hora de votar uma determinada matéria: “Senador essa matéria muito polêmica”. É uma autonomia restrita... Ela sempre diz a respeito ao processo legislativo em si. Eu não pauto matéria nenhuma, porque regimentalmente quem pauta, quem escolhe as matérias, o local, é presidente da comissão. Quem designa os relatores é o presidente da comissão. Eu preparo tudo e ao despachar com ele e ele vai dizendo que ele quer e que ele não quer. Por vezes, lógico, não me cabe emitir opinião o tempo inteiro, então quando solicitado, se ele perguntar: “o que a senhora acha: eu posso colocar essa matéria, esse projeto está muito polêmico, será que o momento?” Daí eu emito minha opinião. Mas quanto a autonomia em relação à capacidade decisória, é muito restrito. Eu não tomo decisão nenhuma sem o conhecimento dele, sem a aquiescência dele. Nem que seja através de uma ligação. Pode ser que tenha outros secretários com mais autonomia, eu sempre adotei esse procedimento.

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

Olha é principalmente na hora que você faz uma certa orientação ao presidente e ele quer a agir de uma forma totalmente diversa do que o regimento está dizendo. Então é um sentimento... Quanto à matéria, o conteúdo, não me cabe. Porque são projetos de autoria dos Senadores ou dos deputados, pode vir executivo... Aí não me cabe questionar a matéria em si. A não ser que venha alguma coisa assim: extremamente absurda. Aí sim posso emitir a minha opinião na hora de fazer um despacho com ele.

4.8 O senhor conhece o plano de carreira?

Na verdade esse plano de carreira do Senado para mim é mais um plano de salário. Na época a gente, como não tinha aumento, fizeram o plano para aumentar o salário dos servidores. Mas acabou uma espécie hierarquização de funções. Eu acho um absurdo o meu diretor, diretor das comissões permanentes, ter a mesma função gratificada que um secretário. A responsabilidade dele é dobrada. E chega a um ponto que, digamos assim, o secretário adjunto da ganha igual a mim. Então as pessoas não têm mais sonhos, vontades, o interesse de querer galgar, daqui a pouco eu vou ser tal FC por numeração... Houve como uma nivelção entre os cargos e uma elevação de salários. Eu acho absurdo isso.

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo?

Eu acho que a gente é muito mal visto por conta da imprensa. O Senado é como todo mundo fala, é um telhado de vidro. Tudo que é de ruim ele interna. A imprensa fala muito. Muito sobre legislativo, mais ou menos sobre o executivo e quase nada sobre o judiciário. Eu tenho, eu não digo vergonha, por que eu tenho muito orgulho de ser

servidora do Senado federal, mas eu evito a dizer para pessoas que eu não tenho muito conhecimento, eu evito comprar em prestação em loja, eu evito quando estou fora de Brasília que eu sou servidora do Senado... Porque todo mundo acha que eu sou marajá, que no Senado em ninguém trabalha, que no Senado ninguém presta. O Senado federal, os servidores, por mais que a gente faça as coisas boas, elevadas, é um trabalho que exige muita dedicação, são servidores frequentes, presentes, e cumprem seus deveres que são assíduos... Mas o que acontece de errado, o mínimo que seja, até servidores contratados, sem vínculo com um quadro, aí sai aquele escândalo todo... aí cada vez mais a imagem do Senado fica pejorativa.

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

A maioria... Eles respeitam. A maioria dos Senadores respeita. São muito poucos aqueles que não te levam muito em consideração. Mas a maioria respeita, entende, principalmente os Senadores que tem mais tempo de Casa, que tem mais experiência como parlamentar.

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Ah, alguns entendem. Engraçado que nem todo mundo conhece direito a nossa função. Acho que eles pensam que a gente é secretário para atender o telefone, “liga para a secretária ali da comissão”. Mas há certa parte da Casa mais esclarecida, eles têm mais ou menos esse conhecimento. O problema é que o Senado é muito bem dividido. A meu ver ele tem a parte administrativa, a legislativa (que estão nas comissões e a Secretaria Geral da Mesa), e a política. Então a política são os gabinetes. E nem todos os gabinetes, com algumas exceções de pessoas que são do quadro, pessoas que trabalham com o processo legislativo, pessoas que acompanham as matérias, os próprios parlamentares, eles têm conhecimento do trabalho de um secretário de comissão. E a parte administrativa, como é uma parte totalmente diferenciada e a pessoa acaba vivenciando o seu dia a dia, sua rotina, não tem um entendimento da função dos colegas.

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido.

Tem um colega meu, um secretário de comissão, que falou que um secretário de comissão no parlamento norte-americano tem até carro preto. São muito reconhecidos, são pessoas que realmente o trabalho deles é muito considerado. Porque se no decorrer do processo legislativo não tiver sempre a contribuição de um secretário de comissão, principalmente quando a matéria está tramitando na sua comissão, é muito complicado. Porque você não teria um outro profissional que o surpreisse... Eu acredito que sim... Mas acredito também que para chegar a esse ponto, somos nós, secretários de comissão, que vamos fazer com que o nosso trabalho seja cada vez mais reconhecido. É a nossa postura, nosso profissionalismo.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

É um pouco de cada. No decorrer de um dia você tem várias posturas, quando entra um parlamentar, quando atende um telefonema, quando é uma assessoria parlamentar, quando é de um ministério, se é para saber de uma matéria. Você tem que saber da questão política, você tem que ter uma certa conduta, você tem que estar ali com a informação regimental na ponta da língua, você tem que ter um pouco de liderança, conhecimento da

rotina administrativa, porque você tem um corpo funcional, por menor que seja, que tem a rotina administrativa. Então eu acho que um pouco de cada.

ENTREVISTADO L

1. Perfil:

Sexo: F

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

28 anos.

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Eu acho que sim porque a gente nunca conhece tudo, né? Mas assim, em geral, sobre a finalidade da Casa, eu acho que sim...

b- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Eu não vou falar em termos de tempo, depende local em que você trabalha. Se você trabalha num lugar distante do processo legislativo, você não conhece bem a Casa. Se você trabalha na secretaria de administração, lá você não tem visão nenhuma.

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

Vai fazer um ano.

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão? O Sr(a) já trabalhou em outra Comissão? Qual? Qual cargo?

Estava lotada na comissão XX.

1.5. Qual a sua área de formação?

Assistente social.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

O que eu acho interessante. É assim, você chegou no ponto certo. Sempre é visto o lado dos políticos... Porque eles chegam aqui que hora 9h, 10h? Não sei. Cada parlamentar tem seu jeito de trabalhar... Que hora você chega aqui de manhã, não importa. Mas quando ele chega, ele quer que alguém já tenha organizado o trabalho, já tenha feito a pauta, já tenha dado andamento em documento, já tenha recebido. Então eu acho que o lado dos funcionários é esse. Não precisa ter nenhum parlamentar aqui que a Casa está funcionando, até a hora que for. Então eu vejo o a Casa assim...

2.2. Como o Sr. vê o Senado?

O Senado? Eu vejo dois Senados, ou mais. Eu vejo um grupo de pessoas comprometido e eu vejo um grupo de pessoas e que não está totalmente comprometido... Moral da história, às vezes falta compromisso.

2.3 Como o Sr (a) entende o papel do Legislativo no Brasil?

Olha nada é simples assim. Eu posso dar muitas respostas a essa sua pergunta.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr (a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Eu acho que existem alguns problemas políticos entre eles. Mas você for pensar no nosso sistema que é bicameral, uma Casa visa o que a outra faz, e vice-versa. Eu acho que contribuem de forma igual. Eu acho que lá tem mais status. Lá entram alguns projetos que veem do executivo, mas aqui, por outro lado, nós temos algumas coisas que são só da nossa competência. Então se você levar em consideração que aqui são 81 e lá são 513 e que dadas as devidas correlações de forças, eu acho que em igual.

2.32 A Senhora acha que o Executivo interfere no Legislativo?

Eu vejo muito... Interfere muito.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

Secretarias de comissão e todas as funções agregadas, a Secretaria-Geral da mesa e todas as funções abaixo. São os que mais contribuem... Porque se você pensar em um gabinete em si, tem outra função que é administrar a vida do parlamentar aqui dentro. Mas assim, a nossa que é o processo legislativo mesmo, de onde vêm as leis, onde a gente vai articulando o que pode e o que não pode.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

Assim, a gente tem uma limitação. Você sabe que funciona de acordo com o presidente. O presidente que define a nossa pauta. Então tudo depende do parlamentar que está conduzindo. Então se você tem um parlamentar mais aberto, você vai colocando as coisas todas. Mas tem parlamentar que gosta de determinado modo. Aí já é de acordo com o temperamento dele. E a gente não pode sair fazendo...

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

Que pergunta! Infelizmente eles são meio assim... O problema na verdade não são eles... Somos nós! Eu acho que tem um grande despreparo para a função. Não só isso.. Eles às vezes têm conhecimento, mas a política eu acho uma coisa, às vezes, pavorosa. Política no sentido de barganhar, de ter que entrar em um embate, de ter que fazer concessões, não é essa política o problema, o problema é a politicagem... A mais que... Muitas coisas não vêm ao caso...

3.2 Como é trabalhar com os Senadores? Relação harmônica? Autoritária?

A proximidade não há tanto quanto gostaria (risada). Assim... eu já passei por alguns presidentes na comissão XX e tô aqui há um ano. A gente tem uma relação de muita cordialidade. Eu separo muito... E eu não vejo os políticos como a maioria dos brasileiros. Eu vejo como meu chefe, porque a relação aqui é diferente. A política ele faz no estado, no seu reduto eleitoral. E aqui a gente tem uma outra relação. Então é bem interessante esse respeito que eles têm pela gente e a gente tem por eles. Então é um ambiente de trabalho, chefe e funcionária. Claro que isso depende também da experiência que você tem. Então se você chegar assim e conversar e tudo vai ficar chato... Não é de se chegar...

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

Eu não tenho dado assim para chegar e falar... mas eles têm muito trabalho. Às vezes tem pela manhã cinco comissões se reúnem no mesmo tempo. Não dá nem para eles ficarem aqui o tempo que eles gostariam, de trabalhar em cada comissão, no seu projeto. Então eu não tenho dado, né? Eu sei que no plenário, na hora do expediente, na ordem do dia mesma eles têm que estar lá porque vai ser de liberação de matérias. Aqui teoricamente também é só deliberação de matéria, mas tem audiência pública. Então assim... muitas matérias não são terminativas, não precisa da presença deles para ser votado. Eles dão a presença, dão o quórum e se retiram porque tem outra matéria para relatar noutra comissão, por exemplo. Mas assim, eu não posso dizer para você que a atuação aqui é mais ou não. Mas aqui tem muito serviço também. Aí eles têm que ficar administrando esse tempo que eles têm aqui pela manhã.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

Ah, é a primeira. Como você vai fazer o processo andar? Como você vai fazer para uma matéria, para uma proposição dessas que receberam parecer, entrar na espera, receber o relatório, se você não tiver quem organiza isso para você?

4.21 Quais problemas o Secretário enfrenta? Exemplo específico?

Olha, eu posso falar vários. Mas hoje eu estou viabilizando só uma coisa: o problema administrativo mesmo de carência de pessoal. E temos um problema estrutural de falta de espaço para trabalharmos adequadamente. Dentro desta falta de espaço entra não só espaço como ambiente, como a falta de equipamento. Então eu acho que se nós tivermos pessoal suficiente e uma estrutura boa... Você vê aonde estou..... Aqui é uma sala cedida, então nós não temos uma sala de comissão, nós não temos nenhum plenário, aí tem que ficar dividindo o plenário...

4.3 Como o Secretário é escolhido?

Eu não sei. Acho que é uma indicação da diretoria que às vezes conhece uma pessoa que tem o perfil e a competência que eles precisam para a função. Então vem da diretoria nas comissões essa indicação.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

Ah, é bem legal. A gente tem um bom trânsito. Nós nos respeitamos e nos ajudamos. Se tiver alguma dúvida a gente sempre recorre... da minha parte eu aceito a todos e acho que todos me aceitam.

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

O regimento ajuda muito... O regimento é a minha base para tudo. Então se você souber bem na hora, aí você não tem problema, porque o regimento dirige. Então eu acho que o regimento, apesar de ter as brechas, não esclarecer algumas coisas, quem trabalha muito tempo aqui nessa função... porque a gente demora a agir rapidamente, mas ele embasa muito. Nossa, sem o regimento... Ele me dá autonomia para eu tomar uma decisão positiva até.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

É como eu estou lhe falando. Eu vou lhe falar do presidente que eu estou trabalhando agora. Dá bastante autonomia... dá bastante a autonomia.

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

To até lembrando de uma matéria agora, mas não posso falar... Mas assim, eu acho um absurdo, mas eu pauto e faço o que tenho que fazer. Eu não coloco muito a minha vontade, eu to fazendo o serviço. Você ta fazendo o seu trabalho. Então pede para pautar, está pautado. Não posso fazer nada.

4.8 A senhora conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

Não é... eu acho que falta muita coisa dentro do nosso plano de carreira para implementar. Algumas coisinhas ainda tão faltando.

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo? É mais ou menos valorizado que o Executivo?

Eu acho que são duas coisas diferentes. Os servidores do legislativo são mais conhecidos, mas eles são desvalorizados. Porque eu acho que a sociedade vê a gente como se fosse um marajá, como se a gente não fizesse nada, como se a gente não trabalhasse, entendeu? É essa visão negativa que eles têm da gente. Os mesmos que falam mal estão dos funcionários estão fazendo o concurso do Senado para entrar. Então é uma questão cultural nossa. Infelizmente é assim...

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Eles têm respeito. Porque eles sempre recorrem a gente na hora. Porque o que pega no processo legislativo e no nosso regimento interno é o detalhe. Porque o arroz com feijão todo mundo sabe, mas assim... Quantos dias um ministro tem para responder a um requerimento de informações do Senado? Isso que pega. E eles têm essa confiança na gente.

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

São coisas diferentes. Um funcionário que está em uma área mais administrativa ou uma área como a secretaria de editoração, que é a antiga gráfica, ele acha que secretário é um secretário que atende o telefone. Então aqueles não têm essa dimensão, a maioria não tem... Mas os outros funcionários que estão mais ligados diretamente à área legislativa mesmo, aí eles têm bastante respeito e admiração pelo trabalho da gente. Aí eles não iam querer estar aqui...

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido.

Assim não, não é bem isso.... O reconhecimento vem a partir do conhecimento do que gente faz, né? Então se tivesse uma divulgação do processo legislativo mesmo para as outras áreas... É que a gente trabalha tanto e as outras áreas também, que a gente não tem uma visão assim do todo... “Ah, trabalha no Senado? Qual a sua área? Eu sou digitador...”

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

É mais técnica. É o que eu estou te falando, o regimento é muito bom para a gente. Ele te dá essa segurança de poder oferecer um parecer imparcial. Pode? Pode. Não pode? Não pode. Ou, pode, mas se for por aqui.... é mais nesse sentido.

ENTREVISTADO M

1. Perfil:

Sexo: F

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

22 anos

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Eu acho que sim.

b- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Tem lugares muito específicos, então você precisa dispor de um tempo para entender o trabalho daquele órgão. É como eu falo, 22 anos para conhecer todo o Senado não, mas dá para ter uma noção. Em órgão de parlamentar a gente se molda ao parlamentar, mas no órgão técnico não.

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

Dez anos nas comissões, 10 anos como secretária da XX

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Em gabinete de parlamentar.

1.4. O Sr(a) já trabalhou em outra Comissão? Qual? Qual cargo?

CPI, secretaria

1.5. Qual a sua área de formação?

Comunicação social e letras.

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

No executivo, em ministério.

1.7. Como o Sr(a) ingressou no Senado?

Concurso.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

Dia-a-dia do Senado falando das comissões, tem bastante trabalho. Não é uma coisa assim esporádica não. É trabalho mesmo. Em comissões que têm mais demanda, em outras é menor. A nossa aqui não é como a XX ou a XX, mas também não é sem nada para fazer. Eu diria que ele está dentro de um padrão normal de trabalho.

2.2. Como o Sr. vê o Senado?

O processo legislativo é uma coisa direta na Casa. Ele não pára e não pode parar. Tem uma parte mais de CPI, de investigação que em alguns momentos é o que mais chama a atenção. O que mais chama atenção é quando está investigando qualquer assunto com muito interesse público. Então aí dá muita divulgação, atrai muita gente, muita mídia... Esse corredor não para. E as comissões têm isso. O Senado é muito de momento. Se tiver interesse do público, a imprensa dá uma divulgação maior e o Senado pega fogo. Mas no processo legislativo normal é o trabalho mesmo a Casa. Para mim é o dia-a-dia do Senado.

2.32 Relação entre o Executivo e o Legislativo

Quanto ao executivo, o que a gente mais discuta falar são as medidas provisórias. É isso o que interfere um pouco. Como o presidente da Casa vem falando, elas não deixam o Senado trabalhar. No mais, eu vejo que existe um respeito entre o executivo e o legislativo. Não tem essa coisa de briga.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Eles falam muito e a gente vê. O Senado como Casa revisora, é um pouco... Eu não vejo essa briga, essa disputa entre a Câmara e o Senado não. Eu vejo mais isso é quando tem eleição de presidente, essa coisa toda forma... Comumente elas funcionam tranquilamente...

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

Eu acho que o processo legislativo em primeiro lugar é o plenário do Senado, depois as comissões. E depois tem o trabalho fim, que é o expediente, que é a parte revisora que manda para o executivo. Então eu vejo que isso aí que é o processo legislativo.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

As comissões permanentes são muito importantes. Elas são muito importantes porque é um órgão técnico que analisa cada assunto, cada projeto. Ela discute, ela trás gente fora, se for preciso. Ela não é estática, é uma coisa bem dinâmica. Então eu vejo que o processo legislativo sem as comissões não dava para funcionar, pois é onde um grupo menor de parlamentares com os quais você pode discutir, que você pode chegar a uma conclusão melhor do assunto, do projeto, do parecer, principalmente quando é terminativo. Então é um lugar assim onde dá para discutir, dá para fazer as audiências públicas para dirimir qualquer dúvida, ou mesmo se a sociedade quiser que faça, ouça mais o próprio assunto... E aí eles vão e convidam as autoridades. Por isso eu acho que a parte das comissões é uma parte rica do processo legislativo. O não dá para ficar sem. Inclusive para Câmara também, a Câmara tem muito mais comissões permanentes do que o Senado, mas também é proporcional.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

Pois é... Olha. Não são todos ruins não, a gente tem que tirar ai... Têm pessoas muito boas mesmo para governar, para comandar. Mas por outro lado a gente não pode deixar de ver a podridão que tem, frustra a gente. Essa eleição mesmo eu nem vou votar. Mais eu vejo um panorama, um retrato de tudo, que a gente não pode também desiludir.

Mais eu vejo ainda com bons olhos... Eu vejo uma porcentagem ainda maior nos bons. Um pouco maior só...

3.2 Como é trabalhar com os Senadores?

Com esse tempo no Senado, tem Senadores muito bons para trabalhar, são educados, tem todo respeito para lidar com a gente, para falar. Mas com outros a gente não pode dizer a mesma coisa, são mais nervosos, não tem paciência, querem que leve as coisas na hora, pensa que tudo pode fazer, mas não pode. Então tem Senadores que são difíceis, mas outros são assim de uma educação que não tem igual. Mas a gente tem até que contar nos dedos as pessoas mais educadas, geralmente eles não têm muita paciência, querem as coisas muito rapidamente, querem tropeçar no regimento, acha que tudo pode. Então é assim meio complicado... Mais com o tempo a gente vai lidando com essas coisas. Mas parlamentar é complicado.

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

A participação deles, eu posso dizer aqui na nossa comissão, vai muito do interesse. Vai muito do interesse do governo, do projeto. Agora falar assim “nossa aquela obrigação que eu tenho, o dia comissão”, eles não tem não. Tem que ter um trabalho bem perto de chamar, de estar nos corredores, “olha tem reunião”. Corpo-a-corpo, eles não vão por livre e espontânea vontade não. Mesmo no plenário grande eu vejo essa dificuldade, que eles têm que ficar brigando, chamando e aquela coisa toda. Ou então por interesse do líder mesmo de cada partido, o líder do governo, se tem interesse eles estão direto ligando.. E é uma coisa assim a mil por hora. Aí encham as comissões. Eu acho que deveria ser uma coisa mais natural, eles deveriam vir e participar sempre, mas a consciência ainda não chegou lá.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

A secretaria faz toda a parte, desenvolve toda a parte dos trabalhos, das reuniões que são feitas. Regimentalmente ela funciona às terças-feiras às 14h. Mas é um horário meio difícil, aquela coisa toda. Então, toda essa parte de preparo das reuniões, dos projetos, das entradas, da tramitação de cada processado, de fazer cada reunião, preparar a pauta, isso tudo é feito aqui na secretaria. Então sem a secretaria não funcionaria as comissões. O papel é muito importante, ela desempenha todas essas atividades para a realização da reunião, para o andamento das matérias, para a expedição de ofício, para convidar para a audiência pública, porque o presidente pede e a gente tem que se virar. É uma gama de atividades. Não adianta falar que a gente está aqui só por sentar, de jeito nenhum. Temos um pós e um pré reunião que é imenso... É muito grande... Agora a Cláudia Lyra quer dar uma transparência maior e isso está acarretando mais rigor. Eu estou gostando porque precisava modernizar algumas coisas, melhorar.

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão? Quais problemas o Secretário enfrenta?

Maior dificuldade são os andamentos dos processos. Você tem que estar ciente de tudo. A gente tem que saber tudo do processado. Quando ele chega aqui na mesa, tem que dar entrada, abrir prazo para emendas, designar o relator, aí vai para o Senador, quando volta você tem que dar uma olhada no parecer, ver o que o parecer diz. Você tem que fazer muitas coisas ao mesmo tempo. Os consultores são o máximo, então a gente não pode falar que eles estão errados ou ir contra alguma uma coisa em desacordo com o regimento. A

gente tem que chamar, tem que falar. Às vezes a conclusão vem toda truncada, aí mostra para o diretor, essa é a parte mais delicada. A gente tem que prestar muita atenção para não errar nada. Às vezes quando há alteração de Senador ou pede licença e entra outro, tem que mudar a relatoria. Quando um Senador sai tem que designar o novo relator, por mais que este aceite o relatório do anterior. São essas coisas... e eles não deixam passar, eles fazem pente-fino em tudo na parte de projetos. Já houve caso de matéria vir para comissão e não era para vir. Não pode errar essa tramitação, não pode dar furo. Quando chega um projeto você que tem que ler do começo ao fim os boletins de acompanhamento legislativo. Você não pode vacilar... não pode vacilar... Qualquer coisa que aconteceu em errado, os parlamentares vêm em cima. Pode acontecer o pior: desfaz do funcionário, é muito desgastante... Por outro lado aprende muito. É um aprendizado.

4.3 Como o Secretário é escolhido?

O secretário-adjunto é escolhido pelo próprio secretário. Se tiver afinidade com a pessoa e a pessoa trabalha, desenvolvendo um trabalho bom, ele convida. O secretário é quem comanda, é a pessoa de frente. O adjunto fica recuado então você não leva tanto.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

A relação entre os secretários é muito amigável, bastante. E tem que ser assim, sem rixas, porque trabalha muito junto. O mesmo com os secretários adjuntos. Quando precisa tirar dúvida, eles estão sempre disponíveis para ajudar no que for preciso. Há uma recepção muito boa com os colegas.

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

O regimento interno, a gente é pautado por ele. A gente não pode fugir do regimento. E tem certas coisas que o parlamentar não aceita.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

Tem hora que o presidente bate o pé, mas não pode porque esbarra no regimento. Não adianta querer ultrapassar o regimento, nem dar um jeitinho. Muitas vezes os parlamentares querem ultrapassar, mas secretário não deixa. Porque qualquer coisa que acontecer depois quem responde é o secretário, porque deveria saber, deveria ter visto...

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

Às vezes a gente quer ajudar, a gente pensa “isso não poderia estar acontecendo”, mas não pode dar nenhum conselho fora do que está pautado. Quem determina é o próprio presidente, ele comanda o trabalho, está à frente. Se ele quiser fazer qualquer coisa, ele assume.

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

O plano de carreira tem 4 ou 5 anos que foi aprovado. Ele ainda não está todo pronto, ainda há coisas, como adicional de especialização, que precisa ser colocada em prática. Mas no geral, eu estou. Eu acho que o servidor do Senado não pode reclamar... Esse plano veio melhorado, mas poderia ter sido melhor. Hoje ele iguala muito os funcionários então poderia ser melhor elaborado para não ficar essa coisa tão igual. Porque tem gente que quer trabalhar, tem gente que não quer trabalhar e todo mundo ganha igual. Aí não estimula, isso desmotiva.

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo? É mais ou menos valorizado que o Executivo? Por quê?

Essa questão de valorização eu não vejo. Eu já trabalhei no executivo e em termos salariais a diferença é gritante. Principalmente para as pessoas que não tem DAS. A diferença é muito grande. No legislativo eu acho que os funcionários poderiam aproveitar mais a capacidade de cada um. Eles poderiam aproveitar mais, pois os funcionários ficam muito a mercê. Não oferecem coisas ao funcionário, como a disputa por um cargo de diretor, porque aqui no Senado em qualquer lugar tem diretoria. A desmotivação que hoje acontece vem muito dos órgãos superiores da Casa. O diretor-geral privilegia muito, pega pessoas sem condição...

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Eles vêm pelos dia-a-dia das comissões. Eles veem com bons olhos. Tem alguns que não, mais a maioria vê com muito respeito, às vezes tem muitos convites até da parte deles pelo desempenho do secretário. Eles recebem convites. Então os parlamentares enxergam isso.

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Os próprios funcionários da Casa não enxergam. Quando eu vim para cá eu achei uma coisa tão ridícula... Quando eu vim para cá, antes eu trabalhava em gabinete, ouvi gente falando que lugar para trabalhar era gabinete parlamentar. Mas ao contrário, porque no gabinete parlamentar você fica muito subordinado ao parlamentar. Então é muito complicado, entra muito atrito, não dá. Até para responder às cartas do gabinete você tem que conhecer o estilo do parlamentar, a base do parlamentar, então é complicado. Quando eu vim para as comissões as pessoas faziam pouco caso, “logo as comissões...” Aí eu pensava como as pessoas têm a mentalidade tão pequena. Então os funcionários não enxergam, não entendem que é um trabalho importante para área legislativa. De forma alguma, eles não enxergam.

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido. (Por quem?)

Também não acho que deveria ser mais bem reconhecida. Porque a gente trabalha não em função dos funcionários, mas em função dos parlamentares. É a gente tem esse reconhecimento do lado deles, que a gente vê que eles valorizam a gente, tem uma boa aceitação pelo lado deles. Então isso a gente sente. Mais dos funcionários de forma alguma.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

Aqui é mais técnico e operacional. Essa parte fazer trabalho político, a gente não faz. Então a gente precisa saber mesmo é do regimento, do que acontece nas comissões, qual seu papel, e desenvolver. Você só aprende se botar a mão na massa.

ENTREVISTADO N

1. Perfil:

Sexo: M

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

25 anos

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Demais.

b- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Um ano, seis meses dá para pegar. O Senado trabalha com a questão legislativa e a administrativa dá suporte. Então em seis meses dá para pegar.

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

4 anos

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Secretaria geral da mesa.

1.4. O Sr(a) já trabalhou em outra Comissão?

Não, essa foi a única.

1.5. Qual a sua área de formação?

Direito

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Trabalhava no setor privado.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

Eu como cidadão é uma coisa, como funcionário outra. Terça, quarta e quinta é uma coisa, é bem ativo. Mas depende da questão política do que tá rolando, do que aconteceu, o que vai acontecer. De repente tem uma medida provisória trancando a pauta. Depende muito. A oposição não vai deixar de obstruir, vai negociar tudo, depende...

2.2. Como o Senhor vê o Senado? Como ele funciona?

Excelente. A questão logística, de infra-estrutura para o funcionário é excelente. O Prodazen dá um suporte enorme, em todas as áreas há pessoas excelentes.

2.3 Como o Sr (a) entende o papel do Legislativo no Brasil? Relação entre o Executivo e o Legislativo.

Com certeza há interferência. Os parlamentares têm interesse, em primeiro lugar, nas suas emendas para atender sua base, seus municípios. Um depende do outro. O executivo depende do legislativo para votar a matéria deles, MPs, mensagens, indicações, chefes de missão diplomática. Acho que, com certeza, há muita coisa em comum.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr (a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Não existe interferência. Um revisa o outro, anda em consonância. Muito raramente há problema. A CPMF foi aprovada na Câmara e rejeitada no Senado, depende muito.. é questão política. Apenas não foi aprovada a CPMF no Senado por uma questão política.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

Muitas. A taquigrafia, a gráfica, a consultoria. Tudo gira em torno do processo legislativo que é nosso objetivo fim. Todo mundo deve trabalhar para isso, mesmo quem está em uma área administrativa. Agora a que é mais importante é a consultoria que é quem realmente entende do mérito, tem vários departamentos, como agricultura, reforma agrária, constitucional, tudo. Eles fazem os PL, preferem parecer, relatório. A taquigrafia, o arquivo, a biblioteca, geral.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

As comissões favorecem muito, como nos projetos terminativos, por exemplo. A constituição de 88 facultou as comissões permanentes apreciar matéria terminativamente. Apenas cabe recurso ao plenário para que também seja apreciado pelo Plenário. As comissões apreciam qualquer tipo de matéria, desde Banco Central até projetos da justiça, enfim uma enorme contribuição. Muita coisa que chega ao plenário já está arrumadinha apenas para apreciar e terminativamente.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

Eu gosto de poucos políticos. Agora mesmo eu perdi uma aposta com o Gabeira no Rio e ganhei com o Obama. Sou completamente desacreditado dos políticos. Deixam muito a desejar em termos de prestação de contas, de ética.

3.2 Como é trabalhar com os Senadores?

Tem Senadores excelentes. A relação pode ser autoritária. Eu tenho a sorte de ter encontrado pessoas bacanas, quer dizer, algumas questões pequenas, mas de modo geral gente muito fina.

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

Acho que é igual sim. Porque todos os projetos têm que passar no plenário, que é o colegiado de todos Senadores. Muita coisa é votada no plenário, tudo é votado no plenário, um projeto de lei da Câmara, por exemplo, não é terminativo nas comissões. Geralmente, a não ser que tenha sido tramitado lá terminativamente. Tudo passa no plenário.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

Para mim, a secretaria é muito importante. Em primeiro lugar, a secretaria das comissões foi dividida em 3: comissões permanentes, a CPI e as comissões mistas. Acho que funciona muito bem... A secretaria dá suporte a todas elas. A nossa secretaria é muito legal e une todo mundo. Nesse momento a subsecretaria está trabalhando em unificar e padronizar todas as informações via internet, por exemplo, as informações são disponibilizadas de forma padrão.

4.21 Quais problemas o Secretário enfrenta? Exemplo específico?

No caso da XX e XX o maior problema é o volume de matéria mesmo, de proposição... Eu não vejo nenhum problema. O dia-a-dia é difícil para qualquer um. Eu não tenho nenhum tipo de dificuldade, a não ser eu mesmo.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

Ótima, ótima. Gosto de todos. Nunca houve nenhum problema. É muito harmônica.

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação do Secretário em relação ao Regimento?

O regimento é muito transparente, muito coerente. Exatamente de acordo com a Constituição... porque tudo se baseia na constituição. Espero que seja rigorosamente seguido e às vezes não é. Muitas vezes... é bem complicado.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

Estou completamente satisfeito com minha autonomia. O presidente é uma pessoa muito fina para trabalhar e a reciprocidade é a mesma.

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

Aqui a gente trabalha, tem que dar tramitação, dar andamento aos projetos. Eu pessoalmente eu não gosto de travar nenhuma matéria. As matérias... às vezes tem vários relatores que ficam um ano, isso quando não pedem vista para presidente e o presidente concede para protelar... Eu não gosto de trabalhar assim. Eu falo já com presidente, transmito a ele. Aqui na comissão a gente tem metade dos dias regimentais para trabalhar no relatório, menos que isso. Aí usam de maneira até diferente de segurar o projeto e eu não gosto disso nem pensar. Gosto de tocar pra frente.

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? Está satisfeito?

Estou. O servidor do Senado não pode reclamar.

4.81 Como é a carreira de servidor do Legislativo em comparação ao Executivo?

Eu acho que o judiciário e legislativo estão mais ou menos equilibrados, mas o executivo deve subir um pouquinho mais. A impressão é de que somos mal vistos pela sociedade, muito malvisto. Os jornalistas não vão ficar mexendo com o judiciário. Não vão ficar lá... por exemplo, a questão do nepotismo. Lá um juiz, um desembargador tem 50. Mas eles não vão ficar batendo lá todo dia, porque eles entram com mandado. Manda fechar o jornal, manda fechar, manda prender. Aqui não. A galera aqui trabalha para jornalista, pô, eles ficam tirando essa onda...

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Não sei, sinceramente. Como os que trabalhei, graças a deus, a minha impressão é que valorizam nosso serviço. Não é o secretário, é uma equipe que eu considero. A nossa equipe é muito bacana...

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

É um trabalho específico. Quem lida com poder com processo legislativo, eu creio que seja raro na Casa. Poucas pessoas gostam de trabalhar, como eu. Eu adoro trabalhar com processo legislativo. Já daí as outras pessoas devem olhar e acabar admirando.

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido.

Não, está legal. Eu estou satisfeito.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

Mais técnico. Operacional, de gestão. Uma responsabilidade enorme porque os acertos são nossos e os erros são meus. Eu considero assim: eu vacilei, deveria ter feito um trabalho melhor...

ENTREVISTADO O

1. Perfil:

Sexo: F

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

24 Anos

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Eu posso te devolver pergunta? Eu acho que é, né? Eu já trabalhei em vários setores aqui na Casa.

b- quanto tempo a senhora acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Geral? Se você trabalhar em todos os setores, acho que uns 5 anos.

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

2 anos

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Comissão XX e antes em gabinete.

1.4. O Sr(a) já trabalhou em outra Comissão? Qual? Qual cargo?

XX, como secretário adjunto

1.5. Qual a sua área de formação?

Matemática

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Nenhuma, entrei como estagiária com 17 anos.

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

Depende do período. No período eleitoral é muito devagar. Mas geralmente é corrido. Dependendo dos temas que você tem na comissão... aqui gente trabalha bastante com projeto de XXX. É agitado, a demanda é grande.

2.2. Como o Sr. vê o Senado?

É uma instituição que eu acredito que deve ser respeitada. Ultimamente anda muito sem crédito. Uma Casa que faz a leis. Uma Casa que me acolheu.... eu não conheço outro lugar de trabalhar. O que mais destaca é legislar. Isso que as pessoas precisam entender, que área fim é legislar. Começa o processo legislativo nas comissões para terminar no plenário... às vezes nem isso porque uma matéria de caráter terminativo...

2.3 Como o Sr(a) entende o papel do Legislativo no Brasil? Relação entre o Executivo e o Legislativo.

O executivo interfere muito no legislativo com as medidas provisórias. Isso incomoda muito. Todo mundo sabe disso pela mídia mesmo, não precisa nem estar aqui dentro para saber da interferência.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Não há preponderância. Cada um tem seu quadrado. Cada um no seu quadrado. Cada um tem seu papel, na sua função mesmo.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

A secretaria geral da mesa. Como Senado é uma Casa de fazer leis, você trabalhando aqui dentro você percebe que, às vezes, dão mais valor, por exemplo, aos gabinetes, enquanto as comissões ficam aquém. O mais importante é a área legislativas, comissões e plenário. Gabinetes claro que têm seu papel. Cada Senador precisa de seu assessor, de seu chefe de gabinete. Mas se não for a área fim, que é a comissão e o plenário, não anda.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

É uma pergunta ruim para fazer para um secretario de comissão. Eu não tenho o que falar não. Cada um tem seu aspecto, tem seu papel. Eu acredito que essa legislatura é uma legislatura diferente das outras. A gente tem muitos parlamentares inexperientes. A gente está carente de Senadores, deputados mais atuantes, mais envolvidos com a causa. Eu sinto falta disso. Às vezes, a gente tem que implorar para trabalhar...

3.2 Como é trabalhar com os Senadores?

Eu gosto de trabalhar com eles. Dependendo do caso, às vezes é autoritária. Eu acho que eu tenho muita facilidade para lidar com eles. Consigo sempre reunir. Não sei se você acompanha, muitas comissões caem por falta de quorum. Você vê a dificuldade que é de reunir. Eu tenho que fazer um trabalho de véspera, ir *in loco*, para fazer a cabeça de cada Senador para poder reunir. CPI atrapalha demais as comissões...

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

Eu acho que eles participam mais do plenário do que das comissões.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

A gente abrange muitas áreas temáticas. Não sei se você sabe a história da comissão. É uma comissão nova (...) houve um processo na virada da mesa e dividiram as comissões. Eu estava em gabinete e me convidaram pra vir para cá, eu já tinha experiência em comissão... Os temas são de grande importância para o país inteiro (...)

4.2 Quais são as principais atividades de um Secretário de Comissão? Quais problemas o Secretário enfrenta?

Você tem que acompanhar todas as matérias, todos os projetos que chegam do início ao fim. Às vezes as questões regimentais são problema... porque nem todos gostam de seguir o regimento. Mas eu confesso para você que eu não tenho problema, eu consigo gerenciar bastante bem as matérias, o trâmite. Não tem muita ciência, muita dificuldade.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários? Há muita divergência?

Meu contato com eles é perfeito. Tenho acesso total a todos eles.

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

Está bom.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

Bastante. O presidente me dá muita autonomia.

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

Mas aí é que está. Eu faço isso. Não sei se todos os secretários fazem isso. Eu faço o meu papel. Eu não posso interferir no conteúdo da matéria. Esse é o papel do parlamentar. Eu sou técnica. Meu papel é seguir o processo legislativo, eu não posso entrar no mérito da questão. Esse é o meu pensamento. Você acha que é certo? Às vezes eu até acho escandaloso o que está ali, mas tem que distribuir. A obrigação é do relator rejeitar. Eu sou uma simples funcionária, não posso me fazer a Senadora.

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

To. Não posso crescer mais, só se fizer concurso.

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo?

4.9.1 É mais ou menos valorizado que o Executivo?

A nível de salário tem diferença sim. Agora de valorização não tenho idéia. Me falta experiência no executivo. Tem vontade trabalhar lá.

4.10 Como o Sr (a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

De todo jeito. Você tem um comentário de toda natureza. Até de alguém que fica inventando assunto para fazer, entendeu? Mas eu acho que no geral eles estão gostando dos secretários. Um ou outro Senador do que chega limpando a área. Geralmente eles mantêm... 90% mantêm os secretários, que são servidores do Senado, já estão há muitos anos.... Essa comissão não, essa comissão é nova.

4.11 Como o Sr(a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Não sei, sabe? Nunca tive essa curiosidade não.

4.12 O Sr(a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido.

Acho. Acho que devia ter uma revisão. As pessoas não entendem, eu mesmo não entendia o papel do Secretário de comissão. Antes de vir trabalhar aqui eu não entendia nada.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

Eu acho que eu sou mais técnica. Às vezes a gente faz um pouco da política, mas não deveria, porque o papel é do presidente. Às vezes precisa, mas não deveria. Você tem que ter o aval do chefe. Você não pode passar por cima não, a gente deve sempre acompanhar o que presidente fala para não pisar na bola.

ENTREVISTADO P

1. Perfil:

Sexo: M

1.1 Quanto tempo o senhor trabalha no Senado?

30 anos.

a- esse tempo é suficiente para conhecer a Casa?

Mais do que suficiente.

b- quanto tempo o senhor acha que é suficiente para conhecer a Casa?

Dois a cinco anos.

1.2. Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha como Secretário/Adjunto nas Comissões Permanentes?

15 anos secretário, adjunto há 3 anos.

1.3. Onde o Sr(a) estava lotado antes de vir para essa Comissão?

Fui secretário da comissão XX.

1.5. Qual a sua área de formação?

Sou advogado.

1.6. Qual era sua experiência profissional antes de ingressar no Congresso?

Foi meu primeiro emprego .

2. Dimensão: Senado

2.1. Como é o dia a dia do Senado?

Rotina normal de trabalho.

2.2. Como o Sr. vê o Senado?

É uma instituição de bastante relevância... É o poder legislativo, de alta relevância...

2.32 Relação entre o Executivo e o Legislativo

Em alguns momentos existe harmonia e em outros existe uma ingerência indevida, inclusive por excesso de medidas provisórias.

2.4 No âmbito do Congresso, o Sr(a) acredita que o Senado e a Câmara contribuem de igual forma no desempenho das funções legislativas?

Isso aí está na Constituição, existe harmonia entre as duas Casas. E o Senado é a Casa revisora, como está escrito na Constituição Federal.

2.5 Pensando no Senado como um todo, quais as funções da Casa são mais relevantes para o processo legislativo?

As comissões, sem dúvida alguma.

2.6 Qual o papel desempenhado pelas Comissões Permanentes no âmbito do Legislativo?

Dão fluidez, ainda mais agora que as matérias terminativas se encerram na comissão respectiva de mérito. Não havendo recurso ela segue direto para outra Casa legislativa.

3. Dimensão: Políticos

3.1 Como o Sr(a) vê os políticos brasileiros?

É a pergunta mais difícil... Existem alguns responsáveis, assíduos, atuantes. E existem outros que infelizmente não honram a cadeia ou o estado que estão representando...

3.2 Como é trabalhar com os Senadores?

Olha, existem aqueles que são mais acessíveis, vamos dizer assim, e existem outros que não são muito acessíveis.

3.3 A atuação dos Senadores no Plenário é igual nas Comissões? Como é a participação?

Existe um grupo que atua mais nas comissões e existe outro grupo que atua mais no plenário, com discursos.

4. Dimensão: Funcionários da Casa

4.1 Qual é o papel e a importância da Secretaria da Comissão?

A secretaria é de suma importância, porque é aqui que a gente recebe as matérias, dá as diversas informações a respeito do andamento, da tramitação.

4.21 Quais problemas o Secretário enfrenta? Exemplo específico?

Eu não vejo nenhum problema, sem problemas maiores.

4.3 Como o Secretário é escolhido?

Quem escolhe é o diretor da área, o diretor das comissões.

4.4 Como é a relação com os outros Secretários?

É boa, é boa.

4.5 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Regimento?

Em determinados assuntos o regimento engessa um pouco, mas está havendo atualmente uma revisão do regimento interno Senado. Aí vai suprir várias lacunas que hoje existem.

4.6 Considerando o dia a dia das comissões qual é o grau de autonomia de atuação Secretário em relação ao Presidente da Comissão?

A gente é totalmente subordinado a ele.

4.7 Qual a sensação de mesmo discordando do conteúdo da matéria ter que colocar em pauta, sem poder interferir na decisão final?

O secretário e o adjunto são apolíticos... Nós somos técnicos.

4.8 O senhor conhece o plano de carreira? O que poderia mudar?

Estou satisfeito com plano de carreira, mais ainda faltam algumas regulamentações, como adicional de especialização. Em breve vão resolver esse problema.

4.9 Para a sociedade o servidor legislativo é mais ou menos conhecido que o Executivo? É mais ou menos valorizado que o Executivo?

O servidor do legislativo em comparação ao executivo provavelmente são vistos de outra forma. Eu acho que nós do legislativo somos valorizados. Em relação ao executivo eu não sei, só pelo que a gente lê no jornal.

4.10 Como o Sr(a) acredita que os políticos veem o trabalho do Secretário de comissão?

Espero que vejam com bons olhos.

4.11 Como o Sr (a) acredita que os outros funcionários da Casa veem o trabalho do Secretário de Comissão?

Alguns por não conhecerem, não sabem. E outros que atuam na área junto com a gente, eles reconhecem.

4.12 O Sr (a) pensa que o trabalho dos Secretários/Adjuntos deveria ser melhor reconhecido. (Por quem?)

Eu acho... Pela direção e pelos Senadores.

4.13 Para terminar, como o senhor enxerga a sua vida, o seu trabalho aqui dentro: ela é mais administrativa, técnica, política? Por quê?

Eu gosto da minha área de atuação. Atuo há mais de 20 anos aqui nas comissões e gosto de lidar com processo legislativo. É uma mescla de todas essas coisas, operacional, político e técnico. Político porque a gente joga de acordo com que o presidente determina.